

Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Marília Raiane Rodrigues Silva

NAS MARGENS DO RIO PERUAÇU

A apropriação da natureza e a natureza das práticas

Belo Horizonte

2021

MARÍLIA RAIANE RODRIGUES SILVA

NAS MARGENS DO RIO PERUAÇU

A apropriação da natureza e a natureza das práticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de mestra em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Linha de Pesquisa: Cultura, ecologia, política e educação em geografia

Orientadora: Doralice Barros Pereira

Belo Horizonte

2021

S586m Silva, Marília Raiane Rodrigues.
2021 Nas margens do Rio Peruaçu [manuscrito] : a apropriação da natureza e a natureza das práticas / Marília Raiane Rodrigues Silva. – 2021.
178 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Doralice Barros Pereira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2021.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Cultura, Ecologia, Política e Educação em Geografia.

Bibliografia: f. 166-178.

1. Ecologia dos rios – Minas Gerais – Teses. 2. Secas – Minas Gerais – Teses. 3. Proteção ambiental – Minas Gerais – Teses. I. Pereira, Doralice Barros. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU:577.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO / PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

NAS MARGENS DO RIO PERUAÇU: A apropriação da natureza e a natureza das práticas

MARÍLIA RAIANE RODRIGUES

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 11 de fevereiro de 2021, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Gustavo Meyer

UFVJM

Guilherme Moura Fagundes

UnB

Fábio Soares de Oliveira

UFMG

Flavia Maria Galizoni

UFMG

Doralice Barros Pereira - Orientadora

UFMG

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Soares de Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 11/02/2021, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Doralice Barros Pereira, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 11/02/2021, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Maria Galizoni, Professora do Magistério Superior**, em 12/02/2021, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Moura Fagundes, Usuário Externo**, em 12/02/2021, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Meyer, Usuário Externo**, em 12/02/2021, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0559632** e o código CRC **75D1040F**.

À Nelinda e ao Zé Torino, pelos sonhos que plantam na terra, e pelo rio que brota desses sonhos.

Meio a meio o rio ri
Por entre as árvores da vida
O rio riu, ri
Por sob a risca da canoa
O rio viu, vi
O que ninguém jamais olvida
Ouvi ouvi ouvi
A voz das águas

(Milton Nascimento / Caetano Veloso)

AGRADECIMENTOS

À professora Doralice Barros, agradeço por acompanhar com entusiasmo cada um dos passos dados até aqui, e pelo incansável incentivo desde as primeiras ideias que moveram esta pesquisa. Agradeço principalmente pelo exemplo de generosidade que nos oferece. Enquanto pessoa-professora, posso assegurar que vem promovendo transformações positivas no mundo!

Agradeço à professora Rogata Soares e aos colegas do grupo de orientação: Bruninho, Lucas, Fred, Luciana, Maria Clara, Naiemer, Paola, Natália, Leandro. Nosso pequeno “núcleo” de trocas afetivo-acadêmicas permitiu que o fôlego investigativo se renovasse a cada encontro e, graças a isso, foi possível chegar ao fim da jornada. Sou grata aos ouvidos atentos e às ricas contribuições a esta pesquisa.

Em Fabião I, agradeço especialmente à Andreia, pela acolhida generosa em sua casa. Agradeço também aos carinhos de Dona Dete e aos ensinamentos de Sr. Getúlio, Norim e Quinca. No escritório do ICMBIO, agradeço à Gilmara, Dayane, Peixe, Genivan e André. Agradeço também à Flávia Vieira, pela companhia ao longo de alguns dos trabalhos de campo.

Na cidade de Januária, sou grata ao Gley, por acompanhar com alegria minhas expedições ao longo do rio Peruaçu. Agradeço também à Elisângela e ao João, pela amizade e pela generosa acolhida. À Elisângela, agradeço ainda pelo entusiasmo com que abriu as portas da Escola de Fabião para os nossos primeiros diálogos. No escritório do IEF, agradeço ao Sr. João, pela disposição com que nos conduziu pelos tortuosos caminhos do Parque. Agradeço também ao geógrafo Walter Viana, por me conceder uma rica entrevista.

Em Olhos d’água, agradeço ao Zé Torino e à Dona Nelinda, pelo carinho com que me receberam e por todo aprendizado proporcionado. Por fazerem do invisível o visível.

No seminário de dissertação, agradeço à Fernanda Monteiro, ao Guilherme Fagundes e ao Gustavo Meyer, pelas valiosas contribuições a este trabalho. Ao Guilherme e ao Gustavo, agradeço ainda por contribuírem uma vez mais na defesa final, permitindo um reconhecido amadurecimento das ideias que movem esta pesquisa. Ao Gustavo, agradeço ainda pela amizade e pelos momentos de partilha ao longo do ano em que estive em Brasília.

Aos professores Flávia Galizoni e Fábio Soares, agradeço pelas ricas contribuições na banca final. Ao professor Fábio agradeço ainda inspirar um olhar mais sensível para a geomorfologia.

À amiga-parceira Paola, agradeço pelos empurrões que serviram para movimentar as ideias aqui presentes. Certamente, devo a estes empurrões parte do que sou hoje. Para agradecê-la, as palavras serão sempre insuficientes.

À Larissa, amiga de longos anos, agradeço pela companhia na travessia da vida. Sou grata por me ensinar a hacer lo que me gusta, porque es bueno para la salud.

À minha mãe e ao meu pai, raízes de minha existência, agradeço pela presença e o apoio constantes. Admirando-os, aprendi a ser forte sem dispensar a sensibilidade. Agradeço por cada uma das lutas que travaram para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao Gabriel sou grata pela doce partilha dos dias e da vida. Agradeço, em especial, por sustentar comigo longos debates cujos resultados se materializam nas linhas aqui escritas. Agradeço também por nossa casa, lugar onde a vida se transveste de teatro, onde dançam os afetos e onde pude encontrar paz e inspiração para a escrita do texto.

Ao CNPq, agradeço pela bolsa de pesquisa.

RESUMO

Por meio desta investigação buscou-se identificar caminhos para compreender os efeitos da escassez hídrica no contexto do vale do rio Peruaçu, afluente da margem esquerda do alto-médio São Francisco. Ao passo que foram sendo descortinadas alguns aspectos da formação territorial da região norte de Minas Gerais, as motivações para a seca do rio Peruaçu também se delinearão. Enquanto pano de fundo metodológico, operamos uma divisão da bacia do Peruaçu em três diferentes compartimentos – cabeceiras, médio curso e baixo curso para refletirmos sobre processos geofísicos, histórico-sociais e técnico-políticos responsáveis pela seca parcial do rio, bem como pelos efeitos da escassez hídrica no âmbito da manutenção da vida no território. Os trabalhos de campo, focalizados em diferentes trechos da bacia, serviram para costurar as análises por meio de entrevistas e da observação participante, metodologias tributárias do método etnográfico. Ainda que estes três compartimentos apresentem diferenças substanciais entre si (tanto do ponto de vista geomorfológico quanto socioespacial), as transformações que se dão nos diferentes trechos do rio mostraram-se intimamente interligadas. Elas são consequências de uma contingência de fatores, que encontram centralidade em duas principais motivações: a) as reverberações, em escala regional e local, de processos produtivos ligados à exploração agroindustrial do eucalipto, iniciada ainda nas décadas de 1970-80, cuja principal herança são os conflitos fundiários depreendidos da grilagem de terras e a consequente vulnerabilização social e ambiental; b) e, mais recentemente, as formas de controle jurídico-administrativo do território por parte do Estado sob as unidades de conservação, voltadas a garantir a proteção de seu patrimônio cultural e ambiental. A confluência destes dois modelos de apropriação do território revelam um caráter agenciador de transformações técnico-políticas e vitais no espaço. Ainda que a seca se apresente como o principal problema para a manutenção da vida local, redes de atores operam às margens destas transformações e vem tornando concretas as respostas à necessidade de manutenção das águas.

Palavras-chave: Escassez hídrica; veredas do Peruaçu; conservação ambiental; fogo; tecnologias sociais; rio São Francisco.

ABSTRACT

Through this investigation, we sought to identify ways to understand the effects of water scarcity, in the context of the Peruaçu river valley, a left bank tributary of the upper-middle São Francisco. While some aspects of the territorial formation of the northern region of Minas Gerais were being unveiled, the motivations for the drought of the Peruaçu river were also outlined. As a methodological background, we operate a division of the Peruaçu basin into three different compartments – headwaters, mid-course and low-course to reflect on the geophysical, historical-social and technical-political processes responsible for the partial drought of the river, as well as the effects of water scarcity in the context of maintaining life in the territory. The fieldwork, focused on different parts of the basin, served to stitch the analyzes together through interviews and participant observation, which are tributary methodologies of the ethnographic method. Although these three compartments present substantial differences between them (both from a geomorphological and socio-spatial point of view), the transformations that take place in the different stretches of the river proved to be intimately interconnected. They are consequences of a contingency of factors, which are central to two main motivations: a) the reverberations, on a regional and local scale, of production processes linked to the agro-industrial exploitation of eucalyptus, which began in the 1970s and 1980s, whose main heritage they are land conflicts arising from land grabbing and the consequent social and environmental vulnerability; b) and, more recently, the forms of legal-administrative control of the territory by the State under conservation units, aimed at guaranteeing the protection of its cultural and environmental heritage. The confluence of these two models of land appropriation reveals an agency character of technical-political and vital transformations in space. Although drought presents itself as the main problem for the maintenance of local life, networks of actors operate on the margins of these transformations and are making concrete responses to the need for water maintenance.

Keywords: Water scarcity; footpaths of Peruaçu; environmental Conservation; fire; social technologies; San Francisco River.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do rio Peruaçu e das unidades de conservação inscritas ao longo da bacia

Figura 2: Mapa com a divisão da bacia do rio Peruaçu em 4 compartimentos geomorfológicos

Figura 3: Mapa de localização do PEVP e das demais unidades de conservação da bacia do rio Peruaçu

Figura 4: Imagens de satélite do PEVP

Figura 5: Mapa de localização da região do Semiárido Brasileiro

Figura 6: Poço artesiano na comunidade de Olhos D'água (Januária – MG)

Figura 7: Mapa da área de atuação do projeto Águas Brasil, no médio curso do rio Peruaçu

Figura 8 – Mapa da composição do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 1: Imagens do Parque Estadual Veredas do Peruaçu

Prancha 2: Imagens das Tecnologias sociais

Prancha 3: Imagens das distintas práticas agrícolas na comunidade de Olhos d'água (Januária – MG)

Prancha 4: Imagem das “novas” nascentes do rio Peruaçu, em Olhos d'água (Januária – MG)

Prancha 5: Imagens do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Interlocutores de pesquisa na comunidade de Fabião I – baixo curso do rio Peruaçu

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O início da travessia, 14

O contexto de investigação, 18

O rio Peruaçu em três quadros socioespaciais, 24

Aspectos teórico-metodológicos, 28

PARTE I - FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

O gerais corre em volta, 36

No redemoinho da colonização brasileira, o sertão do rio São Francisco, 40

Jagunços, mandões e coronéis: poder político às margens do Estado, 52

As terras gerais: fazendas de gado e regime camponês, 56

PARTE II – NAS MARGENS DO RIO PERUAÇU

Cabeceiras: as águas como miragem, 62

No meio do caminho fluvial: a escassez hídrica e as “novas” águas, 98

Terras de vazante: onde a fazenda encontra o Parque, 133

Foz: o deságue como recomeço, 163

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 168

APRESENTAÇÃO

Por meio desta investigação busco compreender em que medida as mudanças advindas da inclusão de projetos e racionalidades técnicas, mercadológicas e institucionais em determinado contexto territorial, na região Norte de Minas Gerais, incidem sobre as práticas sociais dos sujeitos que lá residem. Buscarei analisar quais são os conflitos, adaptações e reposicionamentos resultantes desse processo. A inquietação aqui em ressonância possui origem bem demarcada, mas não foi de maneira uniforme que se deu o processo de sua elaboração. As motivações para o desenrolar da travessia surgiram de interesses múltiplos, desde aqueles predominantemente acadêmicos aos pessoais-afetivos. Nas próximas linhas narro o encontro que me colocou à frente das questões que movem esta pesquisa.

O início da *travessia*

Alguns meses antes da minha primeira chegada ao Vale do Rio Peruaçu, no extremo Norte de Minas Gerais, eu havia participado do memorável evento de lançamento da primeira edição da revista Manzuá¹, na cidade de Januária – MG. A data, um sábado perdido no calendário entre os meses de setembro e outubro de 2016, reunia motivos suficientes para um burburinho generalizado na cidade. Além da efusão coletiva que conduzia a organização de um evento festivo-político, havia também uma apreensão repercutida pelas eleições municipais que ocorreriam no dia seguinte àquele. O calor extremo característico do mês de setembro, quando a seca atinge seu ápice, me conduzia a um

¹ Tendo sua primeira edição lançada em setembro de 2016 e a segunda e última (até o momento) em Janeiro de 2018, a Manzuá é uma revista de arte e cultura editada pelo Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão (Chapada Gaúcha, MG), pela Lira Cultura (Belo Horizonte) e pelo Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. A produção do material conta com apoio financeiro do Fundo Socioambiental da CAIXA, sob o edital de financiamento do Plano Territorial de Base Conservacionista (DTBC) do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, cuja última etapa, a de “divulgação”, figura na distribuição gratuita da revista.

atordoamento cognitivo que se misturava à perplexidade e entusiasmo por estar diante de uma aura artística-cultural pujante e reveladora das raízes históricas de Minas Gerais.

O evento de lançamento da revista, uma verdadeira festa aberta ao público, aconteceu no Centro de Artesanato da Região de Januária, importante ponto de cultura² do Norte de Minas, sediado em uma antiga casa do centro histórico de Januária, próximo ao cais que margeia o rio São Francisco. Nesse dia eu presenciei um sem números de apresentações artísticas - desde recitais de poesia do famoso pescador-poeta que encabeçou a imagem completa da capa da primeira edição da revista, até apresentações interativas de rodas de coco, quando arrisquei uns passos desengonçados da famosa dança nordestina importada para o Norte de Minas Gerais.

A despeito da aparente leveza com que o evento era conduzido, muitos desafios eram encarados pela população que neste dia festejava: a luta diária pela manutenção da terra e do trabalho diante do atual contexto de violência a pequenos produtores rurais, pescadores, artesãos e outros atores condicionados à precária situação imposta pelo processo de financeirização da agricultura levado à cabo enquanto política nacional ao longo das últimas décadas. O encontro destes sujeitos em comemoração à primeira edição da Manzuá³ deslindava uma operação de resistência, que tinha como fio condutor o uso da “cultura” e da “tradição”, como instrumentos de reivindicações políticas⁴.

Antes de detalhar melhor alguns desses aspectos, preciso dizer ainda de um segundo momento que marcou o prenúncio da feitura desta pesquisa. Diz respeito ao meu retorno

² Os Pontos de Cultura fazem parte de uma política pública do Ministério da Cultura iniciada em 2002 e dizem respeito a projetos artístico-culturais propostos por organizações locais diversas (em geral ONGs e prefeituras), a partir de editais públicos federais e estaduais. O Centro de Artesanato da Região de Januária atua como Ponto de Cultura, desde 2009 promovendo e divulgando as mais variadas manifestações culturais, artísticas e de saberes e fazeres ligados às práticas tradicionais da região do alto-médio rio São Francisco. Além disso, é um ponto de comercialização do artesanato da região, onde promovem oficinas nas áreas de artesanato, culinária tradicional, música e apresentações de grupos tradicionais, reisados, etc. (< Culturaviva.gov > acesso em 20/04/2020).

³ A primeira edição da revista Manzuá tratou, além de outros assuntos, da diversidade ambiental dos Gerais e da cultura alimentar dos povos geraizeiros; e de costumes e cosmologias do povo indígena Xacriabá, cujo território está localizado em São João das Missões, a 80 km de Januária. Em uma tentativa de disputar narrativas acerca do sertão mineiro, colocava-se em primeiro plano os aspectos sociais e culturais do Cerrado e do Vale do Rio São Francisco, em oposição ao estereótipo que comumente vincula a ideia de pobreza e de vazio demográfico à região.

⁴ O estudo realizado por Gustavo Meyer, no contexto do território Arinos-Chapada Gaúcha, no Noroeste de Minas Gerais, nos oferece esclarecimentos preciosos acerca do “uso” da arte e cultura tradicionais como meio para o enfrentamento ao discurso e às práticas hegemônicas, com vistas a um desenvolvimento rural ligado à economia de base local. Processo este que não está isento de contradições, como demonstra o autor.

ao município de Januária, em meados de fevereiro de 2017, desta vez a uma das comunidades da zona rural: Fabião I. Este segundo trabalho de campo tinha como finalidade cumprir com os objetivos do projeto de pesquisa que um grupo de estudantes, incluindo eu, junto à professora Doralice Barros Pereira teríamos dado início no ambiente universitário. O projeto se chamava “Saberes em Mosaico”⁵ e seu objetivo era confeccionar materiais lúdicos de geografia junto às escolas e comunidades envolvidas no Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu (MSVP), com o intuito de discutirmos temas pertinentes ao contexto local: escassez hídrica e ameaças implicadas no modelo do agronegócio, impossibilidade de manutenção das atividades ligadas à agricultura familiar, contradições do modelo de proteção ambiental, dentre outros temas. Através dos primeiros trabalhos de campo, figurado em nossa participação no evento de lançamento da Manzuá, e na visita a Fabião I, foi possível estabelecer contato junto aos diversos atores/entidades envolvidos com as problemáticas do território e, assim, delinear as primeiras inquietações do projeto de pesquisa que desenvolveram-se no âmbito da graduação, entre os anos de 2016 e 2018.

Nos retornos subsequentes a Fabião I, passamos a estreitar os laços que compunham a ideia de um trabalho conjunto entre a universidade e aqueles interessados na confecção do material pedagógico. À época, a escolha pelo local se deu por sugestão de lideranças ligadas aos projetos do Mosaico, as quais enxergavam o Fabião I como um terreno fértil para tratar dos enigmas embutidos na relação entre sociedade e natureza. A adesão e o interesse de lideranças da atuação pedagógica da comunidade pelo projeto de pesquisa/extensão, permitiu que o processo de construção do material ocorresse durante o próprio cotidiano escolar, junto às atividades dos professores ou nos espaços de afetividade recomendados pelos estudantes.

Distante 60 quilômetros da sede municipal de Januária, já na divisa com o município de Itacarambi, no extremo Norte de Minas Gerais, a comunidade de Fabião I abriga o escritório e sede do ICMbio, além de funcionar como “porta de entrada” do Parque

⁵ O projeto de pesquisa “Saberes em Mosaico” teve início em agosto de 2016 financiado pelo CNPq, na modalidade ‘iniciação científica’. Durante o primeiro ano de projeto participei enquanto voluntária junto a outros três voluntários e uma bolsista. No ano seguinte (2017-2018) tornei-me bolsista do projeto, que durou ainda mais um ano (2018-2019), etapa que não participei ativamente, mas acompanhei através de diálogos informais. O projeto envolveu ainda parcerias junto ao Centro Pedagógico da UFMG, ao curso de Jogos digitais da PUC Minas e a instituições ligadas aos projetos de base local no MSVP.

Nacional Cavernas do Peruaçu⁶ e encontrar-se ainda compreendida pelos limites territoriais da Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu⁷, ambas as unidades de conservação sob gestão do órgão federal. A comunidade, com cerca de 600 moradores, está situada no baixo curso do rio Peruaçu e junto às águas desse rio, fundou uma territorialidade ditada pelo regime das fazendas de gado, que predominou na região norte de Minas até meados da década de 1980.

Nos últimos anos, a escassez hídrica decorrente da progressiva seca do rio Peruaçu estabeleceu-se como o pano de fundo através do qual se desenrola o cotidiano, os afetos, os conflitos e as transformações no uso do território. Constatação que podia ser feita logo nos primeiros diálogos junto aos moradores locais. Entorno dessa questão parecia orbitar diversas outras, como: a migração de jovens para as cidades próximas; a necessidade e a busca por empregos formais junto aos órgãos ambientais que ali vieram a se instalar; o empreendedorismo relacionado à atividade turística; e sobretudo as mudanças na forma como se estruturavam as relações sociais.

Nesse sentido, o principal interesse dessa investigação é traçar um caminho para responder à seguinte questão: Como descrever os efeitos da seca do rio Peruaçu e a reestruturação das relações sócio espaciais no entorno da bacia? Como a compreensão do contexto territorial do vale do rio Peruaçu poderia oferecer subsídios a uma reflexão mais ampla, acerca das transformações sugeridas no contexto agrário da região Norte de Minas Gerais?

O Objetivo desta pesquisa é investigar a forma como a seca do rio Peruaçu engendra transformações no território, tanto do ponto de vista socioeconômico ligado à produção agrícola e ao trabalho, quanto das representações que sublinham estes processos, e como estas transformações se conectam ao contexto regional do Norte de Minas.

⁶ Unidade de conservação criada em 1999 sob a categoria “proteção integral”.

⁷ Categoria de unidade de conservação ambiental de uso sustentável cuja definição oferecida pelo Ministério do Meio Ambiente é: “área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.” (www.mma.gov.br) Acesso em: 20/06/2020.

O contexto de investigação

Durante os primeiros trabalhos de campo em Fabião I, nos chamava a atenção a notória preocupação de pais e professores com relação ao desinteresse dos jovens pelas atividades agrícolas tradicionalmente exercidas na comunidade, e a constante mobilidade destes para as cidades próximas em busca de trabalho ou para dar continuidade aos estudos⁸. A rotina de crianças e adolescentes no Fabião I se assemelhava à de jovens moradores dos centros urbanos: longas horas de dedicação aos *smartphones*, redes sociais e *TV's*, além do desinteresse por outras formas de interação - apesar de alguns deles conservarem o costume de brincar na rua e ajudar parentes que seguiam exercendo trabalhos nas 'roças' próximas.

Os muitos relatos dos moradores atestavam ainda a progressiva estagnação do local em oposição a um passado mais dinâmico que o atual, tanto em termos econômicos quanto festivo-culturais. Essa tendência se somava a um envelhecimento populacional e ao esvaziamento da comunidade ao longo das últimas décadas. Através destes depoimentos foi possível traçar paralelos entre as dinâmicas que se desenrolavam em uma escala local e algumas das consequências repercutidas pelo processo de modernização agrícola brasileiro, intensificado nas últimas décadas do século XX.

Ao mesmo tempo em que elementos lidos na chave da *modernidade* avançavam freneticamente sobre o cotidiano da vida no campo, outros fatores da mudança social me impeliavam a não simplesmente aceitar uma "dissolução" do rural em favor de uma urbanização completa do espaço. Conforme demonstraram Castillo *et al.* (2016) as relações campo-cidade se transformaram substancialmente desde o chamado êxodo rural, processo que marcou os momentos iniciais do paradigma da modernização conservadora no Brasil. Sobretudo a partir de 1990, esta relação vem sendo marcada por um complexo sistema de interações espaciais com substanciais mudanças na dinâmica demográfica. Os

⁸ Uma das importantes atividades realizadas pelos estudantes de Fabião I foi a confecção de diários em que eles relataram parte do cotidiano na comunidade, a rotina na escola e alguns de seus desejos e expectativas para o futuro. A pedido nosso, uma das professoras solicitou a atividade aos alunos de sua turma e depois tivemos acesso aos diários, o que propiciou rico material de análise.

Ver: BRAGA, P. L.; Sertão sagrado, Sertão improfanável: Ensaio sobre Acumulação de Capital e a terceira margem do Rio São Francisco, 2019

autores destacam uma combinação de migração ascendente com migração descendente; um fluxo permanente e estrutural de pessoas (trabalhadores de diversos níveis de qualificação), mercadorias (insumos produtivos e matérias-primas) e informação (banal e produtiva) entre o campo modernizado e a cidade funcional à agricultura intensiva. (CASTILLO *et al.*, 2016, p. 269)

Para melhor compreendermos as mudanças recentes, faço uma retomada àquelas transformações deflagradas a partir de 1950, no campo brasileiro. Naquele período vale destacar a sucessiva diminuição da população no espaço rural, face ao aumento expressivo da população urbana (IBGE), que serviu para conformar uma massa de trabalhadores excedentes em centros urbanos cada vez mais inflados. A migração populacional mais notória se dava no eixo nordeste brasileiro e norte de Minas Gerais para o estado de São Paulo – apesar de ter havido ainda uma pulverização da ocupação no espaço rural em todo o território brasileiro, aumentando o número de pequenas e médias cidades no interior dos estados. (WANDERLEY, 2004)

No período citado, a forte industrialização do país foi possível graças aos estímulos iniciados no governo Vargas, na década de 1930, os quais serviram para subsidiar, através de maquinários e fertilizantes, a modernização da produção agrícola nas décadas que se seguiram. Esta modernização no campo, no entanto, não pretendeu modificar a estrutura fundiária brasileira - o que significaria acompanhar a tendência dos países capitalistas em desenvolvimento - mas, ao contrário, produziu um aumento ainda maior na concentração de terras através da “regularização” jurídica das mesmas, ao passo que pequenos e médios produtores foram sendo expulsos das terras que outrora haviam ocupado por meio da antiga lei de uso e ocupação (MOURA, 1988). Estes viram-se golpeados pela promessa, mais uma vez adiada, da reforma agrária,⁹ em um processo que diversos autores chamaram de *modernização conservadora* (MARTINS, 1975; PORTO GONÇALVES, 2000; OLIVEIRA, 2004).

⁹ A reforma agrária no Brasil foi uma promessa adiada desde 1850, quando entrou em vigor a Lei de Terras, até os governos petistas, considerado na época de sua primeira eleição uma verdadeira via para a concretização da reforma. Outros diversos países do mundo, em meio à ascensão de um projeto capitalista moderno, lograram incluir pequenos e médios produtores rurais na ampliação do mercado de produção e consumo industrial, como foi o caso dos Estados Unidos (SAMPAIO, 2004). No Brasil, no entanto, o “assalto” às terras públicas vai se concretizando como a base de uma economia voltada à exportação de commodities. A reforma agrária vai ficando cada vez mais distante do horizonte de esperança e luta do campesinato

No Norte de Minas Gerais, a concentração fundiária acentuou-se a partir da década de 1970, quando a região passou a ser alvo, por parte da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁰, de incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico. A “indústria da seca”, como assim ficou conhecida, dizia respeito ao processo de compra ou mesmo grilagem de terras públicas por parte de empresas privadas, que desejavam implantar projetos agropecuários no Norte de Minas, vinculando para isso, discursos que associavam o subdesenvolvimento da região ao clima semiárido (CASTRO, 1996), a estereotipando como região enclave.

Em grande parte do Gerais, chapadas em que predominam o bioma Cerrado, a regularização fundiária ficou a cargo da Fundação Rural Mineira - Ruralminas, uma empresa pública encarregada de ceder as terras devolutas pertencentes ao estado, a empresas privadas interessadas no plantio de eucalipto (BRITO, 2006; NOGUEIRA, 2009; RIBEIRO, 2005). Na época, a ênfase na atividade do “reflorestamento” visava oferecer suporte à indústria de celulose que se aquecia. Posteriormente, esta deu lugar à produção de carvão vegetal a fim de atender à indústria siderúrgica mineira (BRITO, 2006). A preferência pelas áreas de chapadas, por serem altas e planas, encontrou no Gerais o ‘terreno fértil’ para o grande empreendimento agroindustrial do eucalipto. A regularização fundiária realizada pela Ruralminas beneficiou proprietários de terra interessados na produção do eucalipto em detrimento de posseiros, sitiante e agregados que tinham como foco a chamada *agricultura familiar de excedentes* (MARTINS, 1975).

As décadas que se seguiram a 1960 foram protagonizadas pelo chamado *êxodo rural*. Um processo que marcou profundamente os contornos observados desde então no meio rural brasileiro. Algumas das tendências que acompanharam este processo e atualmente estão mais visíveis no quadro geral da estrutura agrária brasileira são: a crescente valorização das terras para a produção de *commodities* e extração mineral (ou seja, manutenção da produção de mercadorias para o mercado externo e da dependência internacional em termos de compra), tornando a especulação fundiária um dos mais rentáveis negócios financeiros no Brasil (SAUER; BORRAS, 2016); os enclaves territoriais responsáveis pelo surgimento dos “sem-terra” como sujeito social (MARQUES, 2004); a ascensão de

¹⁰ A Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) foi criada em 1959, com a missão de gerir a região do Polígono da Seca. Este, por sua vez, se refere a uma divisão regional realizada em termos político-administrativo e que não corresponde, exclusivamente, à zona semiárida, pois apresenta diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, agrupando desde áreas com características estritamente de seca, com paisagem típica de semideserto a áreas com balanço hídrico positivo, como é o caso de parte da região do alto-médio rio São Francisco (CODEVASF, 2020).

movimentos sociais ligados à luta pela terra, sobretudo nas décadas de 1980 e 90 (*idem*); e, mais recentemente, a partir de 2016, um expressivo aumento do uso da violência por parte de ruralistas, em detrimento de acampamentos e ocupações levados à cabo pelos movimentos camponeses¹¹, dado que sugere uma maior ofensiva por parte de proprietários de terras e grileiros (CPT, 2019).

Durante o regime das fazendas de gado e o tradicional sistema coronelista que prevaleceu na região norte mineira até meados de 1960, a livre ocupação de terras era balizada pela violência física por meio da qual se conduziam os processos de apropriação privada da terra. Tal violência tem sido atualizada na contemporaneidade, pelo processo de mercantilização fundiária e seu aparato jurídico, que impossibilitam a compra da terra e sua regularização em termos de documentação (tais são as burocracias e o custo dos trâmites legais) por parte da majoritária classe camponesa. Ao costume da violência física é adicionada uma camada de violência jurídica.

Passados mais de 50 anos desde que o êxodo rural brasileiro marcou o início de novas relações entre o campo e a cidade, as consequências de uma massiva desterritorialização camponesa permanece ecoando, atualizada pela fase do capitalismo financeiro (SAUER; BORRAS, 2016). As dificuldades de reprodutibilidade da população rural diante da evasão dos jovens, afetados pelos sistemas simbólicos moderno-capitalista, cuja ideia de urbano acompanha as utopias de fartura, segurança e liberdade (WANDERLEY, 2004), acompanha o comprovado envelhecimento da população rural (IBGE, 2010).

Além disso, em decorrência da implementação do modelo agroindustrial no Norte de Minas Gerais, os trabalhadores do campo vêm deparando-se com sucessivas secas de rios, riachos e ribeirões, meios fundamentais para a manutenção da agricultura familiar (RIBEIRO, 2010; GALIZONI, 2005). Os conflitos por água são os que mais crescem na região, devido aos usos concorrentes e inadequados, como à sua particular apropriação pelos grandes fazendeiros e à omissão de gestores públicos em reconhecerem o direito dos veredeiros, geraizeiros e ribeirinhos, impedidos de acessarem o bem natural já escasso na região do semiárido (CPT, 2019).

¹¹ Ver, por exemplo, a série de reportagens recentemente produzidas pelo Repórter Brasil, cuja manchete é: “Ameaças, milícias e morte: A nova cara do Velho Chico” (REPÓRTER BRASIL, 2020) – Site: <https://reporterbrasil.org.br/velhochico/> (Acesso em 10/06/2019). Através das reportagens, é possível observar a íntima relação estabelecida entre grandes proprietários de terra e o Ministério Público de Minas Gerais, em um movimento armado e violento dirigido aos vazanteiros, pescadores e agricultores que residem nas margens do Rio São Francisco.

Isso porque a dinâmica hídrica do Cerrado sofreu profundas alterações a partir da substituição da floresta original pelas monoculturas irrigadas. No caso da plantação de eucalipto, por exemplo, pesquisas apontam que, a medida em que a infiltração de água no solo diminui, devido às características próprias do eucalipto - cujas raízes consomem mais água do que é possível ser repostas pela chuva - graves consequências são verificadas, como o rebaixamento dos aquíferos e a extinção de veredas e nascentes de rios - ambientes frágeis do ponto de vista da interferência humana (NOGUEIRA, 2009). O escasseamento já é largamente verificado no geral, inclusive no contexto do Rio Peruaçu como veremos mais adiante nesta pesquisa. Estima-se que tenha ocorrido a extinção de até 60 rios perenes na região do norte mineiro, até o ano de 2010 (RIBEIRO, 2010).

Simultaneamente ao avanço da onda desenvolvimentista pelo Cerrado e pela Amazônia brasileira, a partir das décadas de 1960 e 1970, a criação de unidades de conservação ambiental nestes dois biomas também ganhou destaque no âmbito de políticas nacionais de desenvolvimento. O estabelecimento de áreas sob domínio estatal destinadas à proteção ambiental, teve como discurso balizador a proteção da biodiversidade, e iam ao encontro dos acordos internacionais para o desenvolvimento sustentável¹², estimulados, por sua vez, pela guinada da produção industrial nos países subdesenvolvidos.¹³ No Brasil, os critérios estabelecidos para a seleção de área prioritárias para proteção foram baseados em estudos técnico-científicos advindos, sobretudo, das ciências naturais (BARRETTO FILHO, 2004).

As investigações acerca dos diversos casos de consolidação de UC's em contextos rurais no Brasil revelam que as políticas de proteção ambiental, ao longo do tempo aprimoradas, não deixaram de acompanhar a forma contraditória como a produção capitalista do espaço se faz presente no contexto de subdesenvolvimento brasileiro (MUNGAI, 2008; MONTEIRO, 2011; MARTINS, 2011). Além de se legitimarem através de uma série de procedimentos técnico-científicos, que forjam uma concepção de natureza enquanto “recurso” (DEL GAUDIO; PEREIRA, 2014), essas políticas se consolidam em meio aos

¹² Segundo Brito (2000), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Conferência de Estocolmo no ano de 1972, foi um dos grandes marcos na história do ambientalismo. A Conferência representou a primeira grande tentativa de trazer os países em desenvolvimento, para a discussão internacional relativas às questões ambientais e contou com a participação de 114 nações.

¹³ Segundo o Relatório Brundtland, documento intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, nos anos 1970 registrou-se uma expansão de mais de 80% das áreas protegidas em todo o mundo, sendo que 2/3 deste total correspondiam à áreas estabelecidas em países em desenvolvimento (BRITO, 2000, p. 27).

muitos contrassensos historicamente fabricados no âmbito do jogo entre apropriação privada da terra e controle estatal sobre os bens naturais, seja para a sua exploração ou para a proteção natural (BARRETTO FILHO, 2004).

Ainda que as determinações do atual sistema produtivo agroindustrial, somadas ao cerceamento de áreas voltadas à proteção ambiental e ao crescimento da atividade turística, apontem para saídas cada vez mais ligadas às lógicas urbano-capitalista, Carneiro (1997) nos recorda que “é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo”. Esta perspectiva “congela” o conceito de camponês e reproduz a velha dicotomia entre campo-cidade ou moderno-tradicional. Assim, a autora chama a atenção para a “possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo, ou de antigas práticas assumirem novos significados” (CARNEIRO, 1997, p. 56).

O rio Peruaçu em três quadros socioespaciais

Nascido nos chapadões areníticos do Norte e Noroeste de Minas, o rio Peruaçu percorre originalmente uma extensão de aproximadamente 100 quilômetros, primeiro por entre rochas sedimentares areníticas, onde se conformaram cabeceiras de drenagem natural, e posteriormente sobre um terreno de rochas carbonáticas, onde estão presentes as formações milenares de grutas e cavernas (AUGUSTIN *et al.*, 2015). Por fim, o Peruaçu desagua na planície de inundação do vale do São Francisco, servindo de limite natural entre os municípios de Januária e Itacarambi, no extremo Norte de Minas Gerais. Junto a outros afluentes do São Francisco inscritos na mesma região, como o rio Cochá, o Carinhanha e o Pandeiros, o Peruaçu se apresentava como uma das poucas drenagens perenes do Norte mineiro, região pertencente ao semiárido brasileiro e incluída, a partir de 1962, na área de atuação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

A extensão completa do rio engloba atualmente três unidades de conservação, notadamente criadas entre a década de 1980 e o final da década de 1990, quando o paradigma da proteção ambiental se consolidava institucionalmente, através dos acordos internacionais e, juridicamente, através da criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei 9985/2000) (Figura 1).

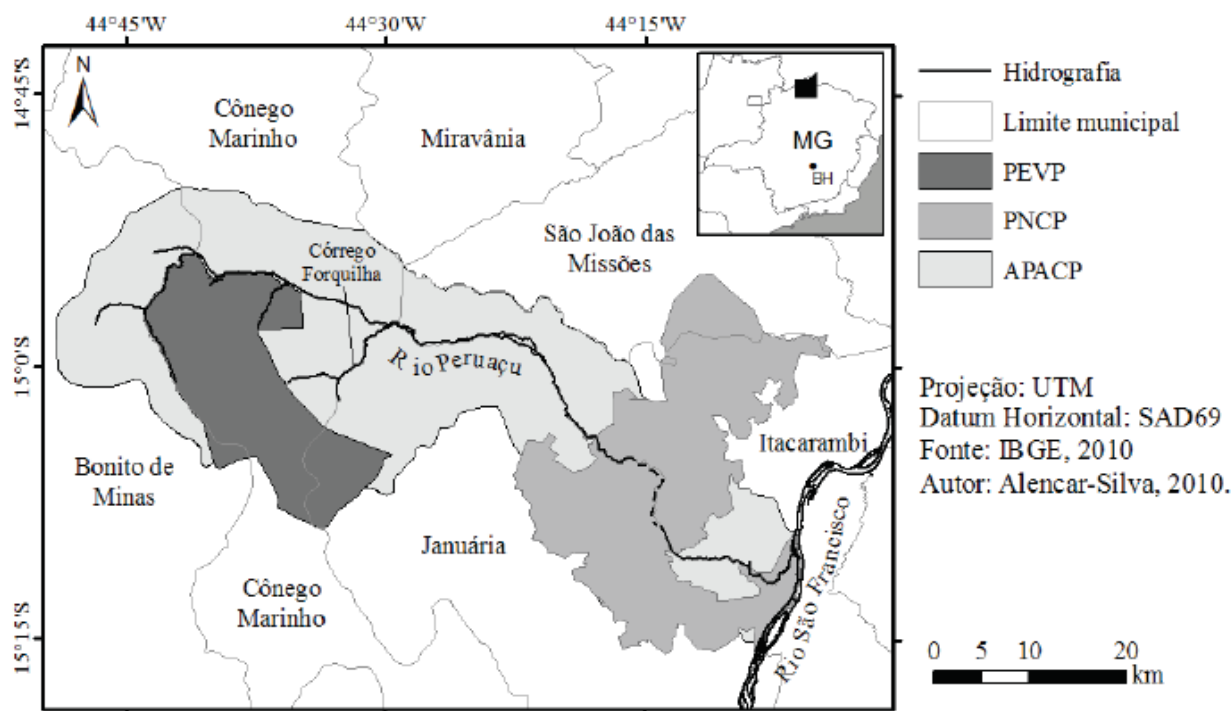


Figura 1: Mapa do Rio Peruaçu e as unidades de conservação inscritas ao longo da bacia. Fonte: Silva e Maillard (2010)

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP), situado no médio-baixo curso do rio, e o Parque Estadual Veredas do Peruaçu (PEVP), localizado na região das cabeceiras, são ambos de uso restritivo, portanto não permitem a ocupação e nem o desempenho de atividades produtivas por parte dos moradores locais em seus interiores. A Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu, por sua vez, uma área de 143.355,59 ha, abrange toda a extensão do rio, além de várias comunidades rurais e permite o uso sustentável de sua área.

Em termos metodológicos foi realizado um percurso por alguns trechos do rio Peruaçu. Essa escolha pode ser explicada pela tentativa de investigar as causas e consequências sociais relacionadas à sua degradação desde as narrativas e práticas sociais que rondam o território. Enquanto na Parte I, as análises se centrarão sobre alguns dos aspectos da formação territorial da região Norte de Minas; na Parte II, adentrei mais especificamente ao contexto social, político e econômico da bacia do rio Peruaçu. Esta parte está por sua vez subdividida em 3 cenários que remetem a três aspectos sócio econômicos observados e analisados no contexto da bacia do rio Peruaçu – cabeceiras, médio curso e baixo curso.

Em cada um destes cenários busco descrever as dinâmicas espaciais responsáveis pelos efeitos da seca ao longo do percurso fluvial. As análises estão centradas em transformações acerca do uso e da apropriação da terra e da água e, portanto, na forma como o trabalho é desempenhado. Juntos, estes cenários, buscam subsidiar a descrição e análise dos processos de territorialização da chamada “modernização da agricultura”, no Norte de Minas Gerais, a partir da década de 1970, e ainda algumas das consequências desse processo, dentre elas, a necessidade de políticas de abastecimento de água; e a consolidação de unidades de conservação ao longo da bacia no período entre as décadas de 1980 e 1990.

Estes cenários não seguem necessariamente uma ordem cronológica (ainda que a disposição dos subcapítulos possa sugerir uma cronologia). A ideia, em verdade, é tentar dissolver as dicotomias moderno x tradicional ou atraso x desenvolvimento que sublinham muitas vezes as formas de apreensão daquele território. Tampouco, a “fragmentação” da bacia hidrográfica em três partes pretende isolar os diferentes aspectos sociais e geofísicos observados e descritos. Busca-se, ao contrário, uma integração da “questão da seca”, partindo do pressuposto de que os processos observados no baixo curso, por exemplo, não podem ser lidos separados daqueles observados nas cabeceiras, e vice versa.

A opção por dividir a análise sócio espacial em três cenários foi parcialmente inspirada na classificação que comumente se utiliza para compreender os diferentes aspectos geomorfológicos que constituem a bacia do Rio Peruaçu. Segundo Piló (2002), a bacia, em sua complexidade morfológica, pode ser melhor compreendida a partir de sua divisão em três compartimentos geomorfológicos distintos: O Compartimento do Alto Vale (ou de Cimeira), o Compartimento Carstificado (ou do Cânion) e o Compartimento da Depressão do Rio São Francisco (ou da planície aluvial). Posteriormente, Rodet *et al.* (2008), apresentaram nova classificação, adicionando mais um compartimento, além dos três presentes desde o início. Este representado na figura acima pelo número 2, recebeu o nome de “zona de transição”. Na presente pesquisa consideraremos três compartimentos apenas, sendo os compartimentos 3 e 4 aglutinados em uma única análise (Figura 2).

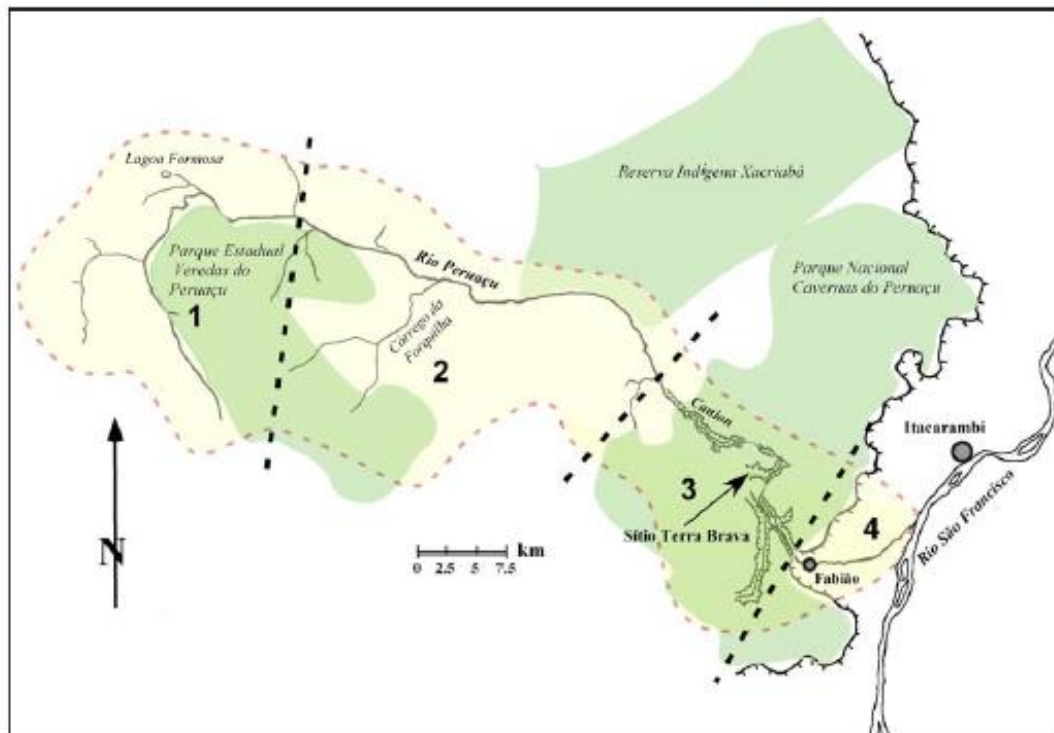


Figura 2: Mapa com a divisão da bacia do rio Peruaçu em 4 compartimentos geomorfológicos: Compartimento do Alto Vale (1); Zona de Transição (2); Compartimento do Cânion (3); Planície Aluvial (4). Fonte: Rodet *et al.* (2008)

Para além de suas intrínsecas diferenças geofísicas, estes compartimentos também sugerem distinções na forma como foram ocupados e apropriados pelos diferentes grupos sociais. As análises a respeito da arqueologia no Vale do Rio Peruaçu, por exemplo, atestam a preferência de grupos nômades por fixarem residências no baixo curso do Rio, na planície aluvial, enquanto que os rituais funerários e a coleta de frutos e remédios dava-se no “compartimento carstificado do Cântion”. Ainda que estas análises estejam inscritas em um recorte temporal específico e o início do período colonial tenha significado uma mudança substancial na apropriação do território, elas revelam o quanto as determinações do ambiente influenciaram desde o início sua ocupação. Elas seguem repercutindo, até hoje, na forma como a reprodução da vida material procede localmente.

Se, de um lado, estes ambientes e suas características possuem diferentes significados para os sujeitos que por lá desenvolveram seus modos de vida antes e durante o tempo das fazendas de gado, por outro, mais recentemente, a administração realizada pelo Estado junto a capitais transnacionais, também acaba por adequar o tipo de produção que melhor se adapta a cada um destes ambientes. Estes estão a buscar pela ampliação do lucro e a minimização dos custos. A escolha das chapadas, onde estão as cabeceiras do

rio Peruaçu e de vários outros rios da região, para a implantação dos empreendimentos industriais do eucalipto para a produção de carvão, por exemplo obedece às características físicas do ambiente: baixa declividade e presença abundante de água.

Aspectos teórico-metodológicos

O cumprimento dos objetivos desta investigação exigiu a mobilização de um conjunto de procedimentos metodológicos. Dentre eles, destaco a *Observação Participante* (BRANDÃO, 1998) e a *História Oral* (LANG, 2000), procedimentos tributários de uma prática mais ampla e antiga, o *método etnográfico*. Este, por sua vez, foi possibilitado pelas incursões em campo durante o período do mestrado (2019-2021). Além disso, as observações simples, as conversas informais e as entrevistas semiestruturadas (gravadas e escritas) foram efetuadas à luz de discussões empreendidas por autores diversos acerca das metodologias qualitativas de pesquisa (GIL, 2008). Por último, a descrição quanto a escolha e a definição dos atores-chave, aqueles com os quais foram realizadas as entrevistas, também é essencial para balizar as respectivas análises. Em cada um dos três cenários aqui analisados, explicitaremos estas escolhas e detalharemos com maior precisão os procedimentos metodológicos utilizados.

Os trabalhos de campo compuseram, desde o início da travessia investigativa, as bases para a realização de uma pesquisa em diálogo com os moradores de Fabião I e de outras comunidades inseridas no Vale do Rio Peruaçu, junto ainda aos gestores ambientais, pesquisadores e outros agentes envolvidos na tessitura do espaço geográfico. O tema que aqui proponho perscrutar teve seus primeiros contornos delineados ainda no âmbito da graduação, conforme demonstrado anteriormente no texto. No entanto, foi no período do mestrado que os trabalhos de campo, sob planejamento integrado aos objetivos da pesquisa, resultaram mais efetivamente na construção e no desenvolvimento das questões aqui apontadas.

Nesse sentido, o primeiro trabalho de campo, de caráter exploratório, foi realizado no mês de julho de 2019. Em um primeiro momento, interessava-me compreender em que medida a recente abertura do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu atuava reconfigurando as relações socioespaciais nas comunidades de seu entorno. A escolha pelo mês de julho deu-se, inclusive, na tentativa de captar a diferença na movimentação de pessoas em um mês de férias escolares, em comparação com outros períodos em que estive no local. Em campo, já com algumas pretensões de pesquisa estabelecidas, fui surpreendida em vários momentos com desabafos que se relacionavam à seca do rio. Essa questão inicialmente não se configurava no centro da minha investigação, o que implicou em repensar os contornos do objetivo geral da pesquisa, na tentativa de dar maior ênfase aos elementos condicionantes à reprodução social, como a água e a terra. Além disso, a “falta de emprego” no lugar também se apresentava constantemente como um dos motivos para a adesão dos atores a um ou outro ponto de vista com relação à chegada do Parque e à migração para cidades próximas. Consequentemente, tais elementos me levaram a refletir sobre a mudança na forma como o trabalho passou a ser percebido e praticado no local.

O segundo trabalho de campo, por sua vez, realizado no mês de janeiro de 2020, pretendeu direcionar o foco de análise para a questão já melhor formulada: diante das condições anunciadas a partir da seca do Rio, a institucionalização e regulamentação do trabalho e as determinações que regem a lei ambiental, como os atores e suas práticas sócio espaciais se (re)inserem no território? Assim, foram empreendidas entrevistas com pessoas diversas, envolvidas direta ou indiretamente com o cenário mais amplo da pesquisa: funcionários contratados e terceirizados dos Parques, antigos moradores que testemunharam a transição paradigmática no território e pesquisadores de diferentes áreas. Todos os nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios, com exceção de dois deles, os quais, por escolha nossa, foram mantidos os verdadeiros, com as devidas autorizações dos respectivos interlocutores.

A forma como a pesquisa foi sendo construída apresenta forte aproximação com o método etnográfico, na medida em que a análise de uma estrutura social específica é aqui valorizada por intuir respostas às questões mais amplas, que dizem respeito ao processo de modernização levado à cabo no âmbito do contexto rural brasileiro. Essa aproximação se dá para efeitos de um direcionamento mais geral acerca do trabalho de campo e sua complexa tradução para o texto escrito. Segundo Stratern (2014), o método etnográfico pressupõe dois movimentos distintos, mas complementares: o campo e a escrita, que se

alternam e oferecem perspectivas distintas um ao outro. Ao passo que as narrativas que deram sentido às experiências de campo são acionadas no momento da escrita, elas devem sofrer rearranjos a fim de propiciar sentido no contexto das análises teóricas e dos argumentos gerais. Assim, a escrita etnográfica participa de uma espécie de *segundo campo*. É importante observar que não há a possibilidade de evitar perdas ao buscar traduzir o primeiro campo para o segundo. Cada um deles possui sua própria dinâmica ou trajetória, por isso o procedimento de escrita constitui, necessariamente, uma recriação imaginativa de minha parte.

Os materiais de áudio que contém as entrevistas gravadas, bem como o caderno de campo e as fotografias e vídeos produzidos ao longo dos dois períodos em que estive no Vale do Rio Peruaçu são produtos do *primeiro campo* etnográfico. Para o segundo campo, o da escrita, foi necessário elaborar, junto aos argumentos teóricos, uma tradução para o material empírico recolhido anteriormente. Dessa forma, orientamo-nos pela percepção de Geertz (2009), acerca da *assinatura* do texto. O autor empreende uma crítica ao fato dos etnógrafos dedicarem grande parte de suas pesquisas aos trabalhos de campo e, contudo, no momento de elaboração do texto, ou da etnografia, costumarem a ocultarem-se a si mesmos do processo de investigação, prática proveniente de um ilusório desejo de isonomia repercutido tradicionalmente pelas ciências modernas.

Na concepção do autor, *estar lá* é um imperativo no fazer antropológico e, principalmente, etnográfico. Segundo ele, desenvolver uma narrativa que convença o leitor de suas proposições científicas, inclui não apenas acionar fontes bibliográficas e autores reconhecidos de determinado campo disciplinar, mas articular habilidades que vão da assinatura de um texto (a forma como o autor identifica-se) à coerência com que certo discurso científico é construído. Segundo Geertz (2009), o problema paradigmático que atinge as ciências modernas nas últimas décadas está mais relacionado à questão da narrativa textual e menos a um problema epistemológico. Por isso, o autor ressalta a importância da assinatura, da evidência da autoria em um texto, a fim de que os fatos contados, provenientes em muitos casos de uma intensa vivência em campo, descortinem a relação constitutiva do fazer científico e, portanto, assegurem uma maior verossimilhança com a realidade analisada.

Ao percorrer o território do vale do Peruaçu durante os trabalhos de campo, foi possível notar certa metamorfose na percepção do tempo e do espaço por parte dos atores sociais. Assim, as mudanças presentes no seio da reprodução social provocavam, a todo

momento, novas acepções acerca do passado, o que envolvia articulações entre a memória (muitas vezes gloriosa e outras vezes trágica) e as expectativas para o futuro, em meio ainda às novas dinâmicas do presente.

A História Oral foi eleita como metodologia norteadora durante as entrevistas em trabalho de campo. Trata-se de uma metodologia comumente aplicada no âmbito de pesquisas em ciências sociais para a compreensão do presente e do passado de um grupo social através do relato de experiências. Lang (2000) explicita que não se trata de uma simples técnica, mas também de uma postura, pois sua aplicação não se limita a complementar dados ou informações previamente levantados, e sim conhecer a visão dos atores a respeito de determinado tema.

Nesta pesquisa optamos por aplicar a história oral em sua versão *Relato de Vida* – ainda há outras duas versões: a história de vida e o depoimento oral. No relato de vida, “é solicitado ao narrador que aborde, de modo mais especial, determinados aspectos de sua vida. O entrevistado sabe o interesse do pesquisador e direciona o relato pra determinados tópicos” (LANG, 2000, p. 124). Esta escolha foi feita devido ao tempo, relativamente curto, possível de ser reservado aos trabalhos de campo no período do mestrado, tendo em conta ainda a longa distância que separa Belo Horizonte do vale do Peruaçu (aproximadamente 600 Km). Ainda que este direcionamento possa incorrer em fragmentações de uma realidade que, na prática, se dá de maneira mais fluida, foram preservadas durante a entrevista, a liberdade de exposição e de tratamento de outros assuntos que ao narrador lhe parecia interessante relatar.

No momento dos diálogos com os interlocutores utilizei um roteiro de perguntas previamente formuladas. Ele principiava com dados sócio demográficos, como a idade, a ocupação, se era nascido na região, como migrou pra lá, e etc. A partir daí, surgiam outras perguntas relacionadas às percepção acerca da seca do rio Peruaçu, do significado das grutas e pinturas rupestres, das mudanças relacionadas à instalação e abertura do PNCP, à forma como se dava no cotidiano a relação junto ao órgão ambiental, às atividades antigamente exercidas no local e como as enxergava atualmente.

Os diálogos foram gravados ou escritos em cadernos de campo. Muitas histórias também foram registradas em momentos não destinados formalmente ao fim da pesquisa. Nestes casos foram mantidas a discrição e o sigilo. De certa forma, estas histórias também compõem a maneira geral como percebo as questões aqui desenvolvidas. É importante

ainda anunciar que os relatos não expressam uma realidade totalizada, ou seja, eles não serão tomados para representar uma posição única acerca dos temas tratados. Eles expressam, antes, as contradições impostas aos sujeitos diante de uma realidade que ora lhes é apresentada de maneira trágica e ora enquanto oportunidade para a transformação de uma vida difícil. Assim, ao invés de endossar apenas aspectos positivos ou negativos da mudança social em curso no Vale do Peruaçu, tomarei as narrativas como forma de mapear as complexidades configuradas na realidade em que vivem os atores.

A Observação Participante, enquanto metodologia derivada da experiência etnográfica, configura-se como procedimento qualitativo para a obtenção de registros e descrições das relações estabelecidas entre pesquisador e pesquisado. Ela considera, em sua essência, a existência de um compartilhamento dessas duas ou mais experiências. Nesse sentido, o pesquisador também é visto, analisado e considerado em seus objetivos de estudo (BRANDÃO, 1998). Ao colocar minha atuação no território do Vale do Rio Peruaçu em perspectiva, busco também pressupor que a presença dos diversos pesquisadores que por ali já estiveram, acabaram compondo, em alguma medida, a maneira como vem se dando a reprodução social no lugar. Os pesquisadores que se enveredaram pela região do Peruaçu são aqui considerados atores sociais que constroem/interpretam, munidos de sua ‘ciência’ e dos discursos dela emanados, a realidade social paulatinamente produzida no território.

Os estudos realizados no contexto territorial do Vale do Peruaçu advêm principalmente dos campos disciplinares das geociências (COELHO, 2013; OLIVEIRA, 2008; PILÓ; RUBBIOLI, 2002) e da arqueologia (FREITAS; RODER, 2010; PROUS; RODET, 2009; RIBEIRO, 2006). Mais recentemente, outros importantes estudos têm sido conduzidos por pesquisadores de diversas áreas, da geologia à botânica, a respeito das mudanças climáticas globais, tendo como base os registros naturais em espeleotemas presentes em cavernas, como nas do Vale do Peruaçu. O intuito é obter comparações acerca da variação do clima no passado e as variações de clima e precipitação atuais, para melhor compreender como o clima regional têm variado diante do aquecimento global (STRIKS, 2011; SANTOS, 2019).

Um estudo, por sua vez, concluído por uma pesquisadora da área da geografia em 2008, traz importantes contribuições ao tema de nossa investigação. Na investigação “Mosaico de interesses, conflitos e representações”, Mungai (2008) tratou de mostrar os efeitos sociais da consolidação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – cuja aberto à visitação

turística ainda não havia se concretizado. A pesquisa sistematizou os conflitos que envolviam o Peruaçu à órbita de um contexto ainda mais amplo e complexo: O Mosaico de Unidades de Conservação Grande Sertão Veredas Peruaçu. Um dos interesses de nossa investigação, portanto, é compreender como os conflitos ali mapeados se atualizam diante da abertura à visitação turística do Parque, ocorrido no ano de 2016.

A despeito das valiosas contribuições oferecidas pelas investigações citadas, o levantamento das pesquisas realizadas no contexto do Peruaçu aponta para o baixo número de pesquisas que tiveram como foco estabelecer uma conexão entre os processos físico territoriais que se dão em uma escala local e as determinações regionais das atividades econômico produtivas do agronegócio, as quais, por sua vez, estão conectadas à formação territorial brasileira.

Parte I

Formação Territorial do Norte de

Minas Gerais

O gerais corre em volta

Em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada.

(Guimarães Rosa)

No texto *Minas Gerais*, Guimarães Rosa declara, logo no início da narrativa que “Minas é montanha, montanhas, o espaço erguido” e o mineiro “é velhíssimo, é um ser reflexivo” (ROSA, 2009, p. 342). Ao acionar os estereótipos mais comuns acerca da imagem de Minas Gerais, o autor ressalta aspectos ligados a “mineiridade” e ao imaginário de um estado que em sua história colonial fez-se rico e imponente - berço de ouros, diamantes e tradições europeias. No entanto, ao explicitar seu caráter “diverso” e sua capacidade de “unir” ou “misturar” diversas partes Brasil, é possível inferir que o escritor confronta a ideia de uma Minas uniforme e coesa. No mesmo texto, categorias fundantes da representação do estado, ligadas à tradição econômica da mineração e aos costumes propriamente “mineiros”, praticados majoritariamente no Centro-Sul do estado, são diretamente confrontadas: “*A que via geral se divulga e mais se refere, é a Minas antiga, colonial, das comarcas mineradoras, toda na extensão da chamada Zona Mineralógica (...) mas, entretanto, cuidado. Falei em paradoxo. De Minas, tudo é possível*” (Ibidem, 347).

Em um poema de outro expoente escritor mineiro, Drummond parece concordar com Rosa, ao versificar:

Minas não é palavra montanhosa, é palavra abissal. Minas é dentro e fundo. As montanhas escondem o que é Minas. No alto mais celeste, subterrânea, é galeria vertical varando o ferro para chegar ninguém sabe onde. *Ninguém sabe Minas. A pedra, o buriti, a carranca, o nevoeiro, o raio, selam a verdade primeira, sepultada em eras geológicas de sonho. Só mineiros sabem. E não dizem nem a si mesmos o irrevelável segredo chamado Minas.* (DRUMMOND, 1992. Grifos meus).

Carlos Drummond de Andrade procura, assim como Rosa, embaralhar os mitos que ajudaram a consolidar uma unidade territorial do estado, ao colocar em xeque sua representação mais difundida ao longo da história. Através de suas poesias e reportagens-denúncia produzidas na década de 1930, Drummond retratou os riscos iminentes da mineração predatória instalada nas serras mineiras, desde o século XVIII. Atividade também responsável por atribuir o nome ao estado e manchá-lo de sangue no passado como nos dias atuais, sistematicamente.

Nota-se ainda que no texto de Drummond, os símbolos “a pedra, o buriti e a carranca”, a partir dos quais o poeta busca exprimir a “verdade primeira”, foram provavelmente escolhidos em função da referência que fazem à região Norte do estado – o buriti é encontrado em ambientes úmidos de veredas no alto das chapadas, na região dos Gerais. A carranca se refere a uma escultura de madeira utilizada pelos pescadores do rio São Francisco em seu curso médio e alto, a fim de protegerem-se do caboclo d’água e de outros seres míticos que rondam seus barcos. Assim, ao evocar símbolos culturais próprios da tradição popular, é provocada certa tensão entre as categorias fundantes da representação de Minas, sendo a principal delas, a atividade econômica da mineração, praticada majoritariamente no Centro-Sul do estado.

Diferentemente de muitas obras literárias brasileiras, quase sempre apontadas pela crítica como replicadoras de um regionalismo simplista, habituadas a construir narrativas a partir de imagens pré-estabelecidas, os textos que aqui selecionamos apontam para os contrastes acerca das representações de Minas Gerais. Ao tencionar estas categorias pretendo expor um outro lado da formação territorial do estado, menos focalizado pela historiografia tradicional, mas igualmente importante para a compreensão do processo social que resulta na integração do estado. O *gerais*, em sua extensão continental, não diz respeito apenas a um adjetivo do sujeito “Minas”. Ele comporta um complexo e particular ambiente, tradicionalmente produzido pelas populações que lá residem. Embora seja difícil delimitá-lo, o mesmo ficou conhecido por abranger os campos gerais e chapadões ao Norte e Noroeste de Minas, que se emendam com os estados de Goiás e parte da Bahia, seguindo por Tocantins até o Piauí e parte do Maranhão.

Eduardo Ribeiro (2010), ao referir-se ao gerais da margem esquerda do alto-médio São Francisco, reconhece-o como um tipo de enclave no sudeste do Brasil, pois é “diferente do Nordeste e diferente do Sudeste” (*Idem*, p. 23). Segundo o autor, o gerais ali é caracterizado pelas chapadas extensas, cobertas por uma vegetação arbustiva e rasteira.

Para além de suas características puramente físicas, e avançado um pouco na discussão, Nogueira (2009) reconhece o gerais do Norte de Minas como sinônimo de Cerrado, paisagem que sofreu grandes alterações decorrentes da instalação da agroindústria do eucalipto a partir da década de 1970. A autora ainda atesta a existência de duas unidades ecológicas principais, o “espaço-gerais” e o “lugar-veredas”, ambientes “estratificados pelos geraizeiros de acordo com o relevo, cor, textura e pedregosidade do solo, além das espécies nativas presentes em cada um” (NOGUEIRA, 2009, p. 83). Os geirazeiros, por sua vez, seriam os “camponeses da porção de Cerrado no Norte de Minas Gerais – bem como noutras localidades, sobre as quais se estendem os Gerais” (*Ibidem*, p. 15).

Mais recentemente, pesquisadores que se debruçam sobre o tema das transformações socioespaciais no contexto do gerais, miram para o esforço de diferenciar aquilo que é o Cerrado (uma classificação fitogeográfica e, portanto, científica de um determinado conjunto de paisagens presente em uma porção específica do território brasileiro) do que podemos entender por “gerais”. Fagundes (2019), ao propor um entendimento diferente sobre o tema, nos instiga a refletir sobre a mesologia do gerais, ou seja, sobre as particulares interações que se dão naquele contexto entre humanos, não humanos e um meio. Ao rastrear as ações e os valores que emanam das relações no/do gerais, seria possível concebê-lo para além da separação entre natureza e cultura e romper assim com uma imparcialidade abstrata e objetiva características das ciências positivistas, dentre elas a ecologia. Retomaremos uma parte desta discussão no capítulo das “Cabeceiras”, por ora basta que estejam estabelecidas as bases conceituais de algumas categorias que nos são especialmente caras.

Ainda no tema das representações que constituem o nosso território de análise, a região do alto-médio rio São Francisco, esteve também sob influência da Sudene, quando este órgão foi criado em 1959, e parte de seu território foi reconhecido pelo IBGE como pertencente à categoria ‘sertão’. Ainda que não tenha se consolidado enquanto uma categoria identitária entre os moradores daquela região, o termo “sertão” segue sendo evocado por atores envolvidos em projetos socioculturais no Norte de Minas Gerais¹⁴. Além disso, os significados que essa categoria assume no seio da formação social brasileira, nos ajuda a refletir sobre as representações que imantaram a região aqui

¹⁴ Conforme veremos no último capítulo dessa dissertação, o uso do termo sertão hoje em dia, carrega significados bastante distintos daqueles responsáveis por difundirem o termo, ao longo de toda a história colonial brasileira.

analisada, bem como a influência de tais representações para a consolidação das posições político-econômico assumidas pela região do alto-médio São Francisco no decorrer da formação histórico-social brasileira e mineira.

Durante os primeiros séculos de colonização brasileira, o termo “sertão” foi utilizado para designar as vastas porções do continente ainda pouco reconhecidas pelos portugueses. A palavra provém do dicionário de Angola e deriva de “mulcetão”, que significa “locus mediterraneus”, ou seja, que fica no centro ou no meio da terra (Amado 1995). No Brasil, a ideia de sertão foi forjada através de imaginários diversos, ora permeado pelo temor do desconhecido, da natureza bruta, de povos “bárbaros, hereges e antropófagos; seres sem cultura, lei ou religião”, e ora por um delírio febril que associava o interior da colônia a grandes reservas de ouro e metais preciosos, fato que deu ensejo às expedições banditistas que partiam do litoral rumo ao interior do continente - sendo ainda aquele o lugar ideal para a captura de índios que serviriam ao projeto de escravização em que luso brasileiros se empenharam durante os primeiros séculos de colonização.

O sentido de sertão também foi apropriado por certos habitantes do Brasil colônia de modo diametralmente oposto. O lugar do desconhecido e do isolamento representava também a possibilidade de abrigo, lugar para onde se fugia em busca de readaptação. Representava, em última instância, a chance de sobrevivência em um contexto de perseguição e violência extremada contra indígenas e africanos escravizados nas regiões costeiras da colônia. “Desde o início da história do Brasil, portanto, figurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”.

Segundo análise de Janaína Amado (1995), no período entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, precisamente entre 1870 e 1940, o sertão ganhou importância na historiografia brasileira, firmando-se como categoria essencial para a compreensão do processo de construção da nação. Essa época marca o início da República e o afloramento de desejos e iniciativas ligados ao projeto de nação.

Robert de Moraes explica que o sertão não é um tipo de meio natural singular, pois não são suas características físicas que o qualificam enquanto tal, e tampouco pode ser identificado pela forma como foi apropriado materialmente pelos grupos sociais. Sendo assim, o entendimento acerca do sertão escapa aos moldes explicativos da geografia tradicional. Trata-se, segundo ele, “de um símbolo imposto – em certos contextos

históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração (...) sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares” (MORAIS, 2003, p. 2).

Essa “realidade simbólica”, construída no Brasil desde os primórdios da expansão ultramarina, é parte essencial do projeto de “civilização” e “modernização” que a colônia portuguesa teve de perseguir desde a sua fundação até depois de emancipada. Portanto, se a ideia de sertão é múltipla e não aferível a um lugar específico, sua característica mais comum é estar profundamente imbuída de um senso ‘inevitável’ de transformação e de desenvolvimento (MORAES, 2003).

Nesse sentido, é pertinente a crítica feita por Prado (2020) acerca da ideologia construída pela própria intelectualidade brasileira acerca do desenvolvimento. Segundo o autor, desde tempos remotos, o pensamento social encarregou-se de apontar o desenvolvimento como um horizonte possível de ser alcançado através da racionalização política. O que jamais se concretizou de fato. O sentido de desenvolvimento perde sua aparente neutralidade quando refletimos sobre a construção simbólica da categoria “sertão” no imaginário nacional: uma tentativa de naturalizar a condição de atraso e imprimir uma adesão imediata ao projeto de modernização, para o qual é necessário o extermínio do *outro*. (PRADO, 2020, p. 32)

No redemoinho da colonização brasileira, o sertão do rio São Francisco

Ao nos debruçarmos sobre o estudo da formação do território brasileiro deparamo-nos com uma constante mudança na divisão inicial que Portugal impôs às capitanias da colônia, por exemplo: o centro sul de Minas, nos séculos XVI e XVII, pertencia à Capitania de São Paulo, e o norte mineiro à Capitania de Pernambuco e, posteriormente, esteve sob influência da Bahia. A capitania “Minas Gerais” só foi criada em 1720, quando a exploração de ouro vivia seu apogeu e tornava-se difícil para a coroa portuguesa

estabelecer o controle sobre o grande volume de mercadorias que era extraído da região¹⁵. No entanto, o que hoje é o Norte do estado só foi anexado à província de Minas no século XIX, quando se sanou o desejo de parte da região em criar um estado independente, de nome “São Francisco” (MATA MACHADO,1991). A Formação Territorial, entendida por Moraes (2014) como o processo de valorização do espaço, permite uma análise capaz de captar o movimento histórico em contextos e recortes espaciais específicos, e revelar as particularidades que lhes são próprias em face à universalidade do modo de produção capitalista.

Autores que se debruçaram sobre o tema da formação territorial brasileira atestam a supremacia do modelo econômico mercantilista de apropriação primitiva, cuja marca principal era a escravização e violência conduzidas nos processos de colonização da terra (FREYRE, 2007; FURTADO, 1998). O interesse português pela instalação de monocultivo de cana de açúcar e, posteriormente, pelas plantações de café e outros insumos agrícolas (ao invés de objetivar uma busca frenética por metais preciosos, como foi o caso da estratégia espanhola nas colônias que lhe couberam) refletiu no modo como o território foi sendo dividido, em sesmarias e colonizado, através da violência e escravização indígena e negra para a produção de mercadorias. Refletiu, portanto, nas relações socioespaciais que foram se conformando no decorrer dos séculos (FURTADO, 1998).

No início, quando chegaram, parecia impossível à metrópole portuguesa empreender um negócio de tão ampla magnitude quanto o que se ambicionava para o Brasil, devido às enormes distâncias que separavam as Américas da Europa, o que dificultava o escoamento da produção e a importação de mão de obra. No entanto, Celso Furtado (1998) nos explica alguns dos motivos para o sucesso da empresa agrícola portuguesa foram: 1) Os lusos já possuíam experiência com a produção de cana de açúcar, em ilhas do Atlântico; 2) O fato de a empresa espanhola não oferecer risco de concorrência aos produtos portugueses, pois estavam muito mais preocupados em enriquecer rapidamente, através da busca exclusiva por metais preciosos. Assim, criaram os portugueses todo um

¹⁵ O alvará de 2/12 de 1720 cria a Capitania das Minas. Até então, não havia uma denominação única para a região; eram correntes expressões como "morador das minas" ou "caminho para as minas", às vezes especificavam-se "as minas dos Cataguases, ou Cataguás", designando as de Ouro Preto, "minas do Ribeirão do Carmo", "minas do Rio das Velhas" ou "as minas do Rio das Mortes".

mercado de produtos manufaturados que tinha como mercado consumidor, na época, o grande continente europeu.

Diferentemente das entradas espanholas, menos controladas pelo Estado e mais direcionadas ao interior do continente, a política adotada por Portugal para a ocupação do território brasileiro era baseada em relações comerciais centralizadoras. Elas eram rigorosamente controladas pela coroa e estabelecidas quase exclusivamente no litoral brasileiro:

Construiu-se, assim, uma nação de costas para a terra e de frente para o oceano, ou melhor, para o Velho Mundo, que se situava no além-mar. As diversas expedições para o interior trazem de volta uma bagagem de maravilhas fantasiosas e de perigos assustadores, em que a natureza e a gente encontradas encantam e atemonizam. (RIBEIRO, 2005, p. 148-149)

Daí que as primeiras representações cartográficas elaboradas pelos portugueses apresentassem grande detalhe da costa brasileira, com os principais rios reconhecidos e nomeados e as nove capitanias demarcadas até a linha de Tordesilhas, conforme tratado estabelecido com a Espanha. É notável, entretanto, que as representações trouxessem o interior da colônia como um vazio, um ‘*certão*’ desconhecido¹⁶. Caberia às expedições colonizadoras produzirem a ‘geografia’ do interior do continente, nomeando localidades, reconhecendo distâncias e criando, através dos mapas, os limites administrativos do território colonial. Assim, a reprodução da imagem dos dois “brasis”, um litorâneo e outro sertanejo, categorias opostas e ao mesmo tempo complementares, foi constante desde a chegada dos portugueses.

A expedição de Spínosa, primeira expedição aos sertões mineiros, data de 1554, quando nem mesmo havia nascido a vila de São Paulo. A comitiva que partiu de Porto Seguro em busca de pedras e metais preciosos seguiu até o Rio São Francisco, enfrentado os medos repercutidos pelo imaginário acerca de índios “bestiaes e feros” (VASCONCELOS, 1948, p. 14). O relato do padre jesuíta João Navarro, designado como capelão e missionário da entrada, representa o documento oficial que comprova a passagem pioneira dos colonos por terras sanfranciscanas: “Fomos até um rio mui caudal por nome “Pará”, que segundo os índios nos informaram é o rio de São Francisco e é mui largo” (*Idem*, p. 14).

¹⁶ Ver o famoso mapa de Luís Teixeira, produzido aproximadamente em 1586 (CINTRA, 2015).

O primeiro século de colonização portuguesa termina, no entanto, quase sem contatos efetivos com o sertão. Foi somente a partir de 1650 que se organizaram de fato, as primeiras tentativas de colonização do interior do continente. A partir de uma decisão do governo geral, que pretendia “organizar a administração das capitanias e a comunicação entre as mesmas” (BAETA, 2009, p. 159), foram doadas grandes porções de terras às famílias de potentados chefes. Estes seriam responsáveis pela captura dos índios e pelo reconhecimento e a posse do território.

Uma grande sesmaria à margem esquerda do Rio São Francisco foi doada a Antônio Guedes de Brito, bandeirante de confiança da coroa, a quem também lhe foram designados 200 homens devidamente armados com o objetivo de estabelecer “ordem” na região. À margem esquerda do rio, notadamente onde encontram-se os municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões, era, em grande parte, ocupada por indígenas *caiapós*¹⁷ em duas grandes aldeias: Guaíbas e Tapiraçaba (BAETA, 2009). A ferocidade atribuída aos caiapós, segundo Ribeiro (2005), serviu para justificar as ações violentas de colonos contra esta nação indígena e marcou aquilo que alguns historiadores chamaram de uma das mais prolongadas lutas travadas contra os índios em toda a América.

A respeito da figura de Antônio Guedes de Brito, Vasconcelos (1974) explicita a relevância deste personagem na história da ocupação na região do alto-médio São Francisco:

Contratado, pois, o serviço, deu-lhe o Governador a patente de Mestre-de-campo, e a provisão de Regente do S. Francisco, ajuntando-lhe a doação de cento e sessenta léguas, que mediriam do Morro do Chapéu até onde se completavam, em rumo às nascenças do Rio das Velhas. Concebeu o Governador este meio de pacificar a zona do grande rio, *combinando na mesma pessoa o próprio interesse e o poder da autoridade*. Uma espécie de senhorio feudal. O Regente defenderia sua própria terra e com esta se pagaria das despesas e trabalhos feitos a bem da ordem. Recebendo, logo, do governo munições e armas, o Mestre-de-campo entrou em ação com o seu corpo forte de duzentos homens” (VASCONCELOS, 1948; 21; grifos meus).

¹⁷ Nome genérico atribuído aos indígenas. Posteriormente, uma parte destes recebeu o nome de Chacriabás ou Xicriabás (Baeta, 2009). Segundo Ricardo Ribeiro (2005), os Kaiapós eram uma grande e poderosa nação indígena que posteriormente dividiu-se no que indigenistas designaram por Kaiapós Setentrionais e Meridionais. Relatos históricos colhidos pelo autor demonstram que esta era uma nação que não entrava em guerra contra os portugueses, como as muitas outras tribos, mas usava da traição e rapina. Por isso foram considerados pelos colonos como perigosos, cruéis, bravios e até mesmo antropófagos, assim dificilmente sofreram com o domínio completo dos sertanistas.

A exemplo de Antônio Guedes de Brito era comum que se combinasse na mesma pessoa, as qualidades de mestre-de-campo, regente ou governador (altas patentes ligadas à estrutura de governo da época) e dono de grandes extensões de terra - também como foi o caso, veremos, do bandeirante Matias Cardoso. É preciso chamar a atenção para a relação que se faz entre os *particulares* (empresas banditistas) e a Coroa portuguesa, estância suprema que representava o Estado à época. Conforme análise de Ana Carolina Leite (2010):

O Estado absolutista metropolitano não se encontrava *autonomizado* com relação aos particulares, para garantir o exercício da violência. Justamente porque o exercício da violência é empresa que depende do capital *personificado* pelos particulares para se realizar, o que explicita que as próprias condições para que o Estado possa exercer sua autoridade não estão autonomizadas do financiamento particular. A separação entre o capital e a violência ainda não ocorreu. (LEITE, 2010, p. 49; grifos meus)

Esta prática comum no início da colonização do interior do Brasil serviu para consubstancializar a forma como as relações políticas se deram ao longo da história. Distintamente dos grandes centros de produção à época, localizados no litoral e controlados diretamente pela metrópole, a vastidão de difícil domínio interior à colônia foi legada a um poder político suplementar, na figura de mandatários dispostos a exercerem sua autoridade sob violência.

Com a ostensiva entrada de bandeirantes ao interior da colônia, os indígenas, muitos dos quais haviam sido expulsos anteriormente da costa litorânea, devido à significativa ocupação portuguesa que ali se estabeleceu, passaram a oferecer ainda mais resistências às investidas colonizadoras. Cleube Silva (2006), em seu estudo acerca dos *Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás*, agrupou em três categorias distintas as práticas político-estratégicas que se destacaram durante os contatos dos povos nativos do interior da colônia com os luso-brasileiros, são elas: 1) civilizatória 2) eliminatória 3) autonomista.

A prática *civilizatória*, adotada quase exclusivamente pelos administradores metropolitanos, defendia o uso de meios pacíficos no contato e na conversão dos indígenas em “seres civilizados”, processo que teve como mote a adesão destes à crença

católica e à vassalagem ao reino português. Para isso, os colonos utilizavam da doação de regalos e oferta de possíveis vantagens, o que acabava levando os nativos a aderirem ao modo de vida em aldeamentos. Os administradores acreditavam ser possível o uso da população nativa para uma mais efetiva ocupação do interior da colônia.

De outro modo, os luso-brasileiros, nas figuras de comerciantes, trabalhadores da mineração e da abertura de fazendas de gado, adotaram de forma majoritária um objetivo *eliminatório* dos grupos indígenas. Estes mesmos luso-brasileiros caracterizavam-se pelo repúdio à ocupação dos índios em território colonial, pois estes eram vistos como empecilhos à conquista dos metais preciosos e à produção agropecuária:

Argumentavam ainda que o desenvolvimento do povoamento de Goiás só iria acontecer de forma eficiente com o aldeamento dos índios mansos e o combate bélico aos bravios. E se os indígenas, quando vencidos, optassem pelo aldeamento e ocorresse sua redução esses deveriam ser mantidos confinados e sobre constante vigilância porque só assim se podia vencer sua barbárie. (SILVA, 2006, p. 106)

A prática *autonomista*, por sua vez, dizia respeito às formas de resistência efetuadas pelos grupos nativos quando do contato com o colonizador. A partir de uma metamorfose das características político-guerreiras próprias de seu cotidiano, as populações nativas que não podiam se adaptar a uma situação completamente nova, na qual armas e linguagem europeias eram desconhecidas, ofereciam batalha contra os invasores, expulsando-os de seu território.

Outra forma que encontravam de preservar a autonomia tribal era assumindo migrações para as áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva:

Nesse processo, os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá desenvolveram ações diferenciadas por grupo e região e, também, por situação e período vivenciados no contato. Fizeram guerra ou optaram pela paz em aldeamentos (SILVA, 2006, pg. 107).

Os Xacriabá, nação indígena que atualmente ocupa uma área de 43 mil ha localizada nas fronteiras dos Municípios de Itacarambi, São João das Missões, Cônego Marinho e Miravânia, no Norte de Minas Gerais, em uma terra indígena reconhecida por lei, foram apoiadores de Januário Cardoso na guerra contra os caiapós em 1728 e, por isso, segundo

estudo realizado por Célia Xacriabá (2018), conseguiram a restituição da terra ainda naquela época.¹⁸

Com relação à negociação estabelecida entre Januário Cardoso e os Xacriabás, Escobar (2012) explica que em função da guerra contra os Caiapós, que vinham invadindo e queimando as terras de fazendeiros que ali se estabeleciam - ataques que presumivelmente acabavam por atingir também os Xacriabás – foi doada uma porção de terra aos Xacriabás como parte da aliança que fizeram contra os Caiapós. Entretanto, os Xacriabás foram submetidos à condição de aliados e, ao mesmo tempo, escravos dos colonos. Pois, ainda com o título da propriedade, não foi sem uma série de batalhas que conseguiram manter sob seu domínio a área que hoje ocupam:

A "liberdade" de vida no território concedida por Januário Cardoso é acompanhada de uma série de normas a serem cumpridas pelos índios. Tais normas revelam a preocupação em controlar possíveis traços culturais característicos dos índios Xacriabá: a prática de "correrias", as caçadas, a extração do mel e a coleta de frutos nos Gerais, além da agricultura na área fértil do Brejo Mata-Fome. Havia limitação quanto ao trânsito dos índios que deveria ocorrer somente dentro da área da missão, imposição quanto ao aprendizado religioso e ao casamento, instruções em relação ao trabalho e utilização dos recursos naturais, além de ameaças em relação à ocorrência de furtos, insolência e perturbação nas fazendas vizinhas. (ESCOBAR, 2012, p. 42)

Os Xacriabás são um exemplo de população que após se deslocarem, procuraram estabelecer um tipo de política de autonomia. Segundo Cleube Silva (2006), este grupo ocupou inicialmente a margem esquerda do alto Rio São Francisco, sendo obrigado a se deslocar para a província de Goiás posteriormente, para enfim retornarem ali depois de longos anos.

¹⁸ Célia Xacriabá (2018) elucida que o território ocupado atualmente pelo povo Xacriabá não passa de um terço do tamanho original que ocupavam. Restritos a uma área que não possui acesso às águas do rio São Francisco, os indígenas enfrentam inúmeras dificuldades relacionadas à manutenção concreta e simbólica de seu modo de vida, pois esta é uma nação que se reproduziu originalmente a partir do contato com o Rio. De sua relação íntima com as águas doces surgiu o nome Xacriabá, que quer dizer “bom de remo”. Segundo a autora, toda uma cosmologia construída a partir desta relação os fazem sentir hoje a falta de um contato ancestral, decorrendo daí, conflitos internos e dificuldades de organização e articulação comunitária mais efetivas.

Dos fatos acima explicitados decorre a redução de informações acerca da quantidade de pessoas que ocupavam o interior da colônia brasileira, antes da massiva eliminação dos nativos. Primeiros a estabelecerem contato com os indígenas, os bandeirantes os enxergavam não com curiosidade ou mesmo desejo civilizatório, e sim como mercadorias e, portanto, como seres irracionais e selvagens.

Assim, a alteridade sugerida no encontro de dois mundos distintos (neste caso o encontro do europeu com os povos nativos das colônias) é aniquilada durante o processo da colonização. Isso ocorre, pois o “outro” do encontro não é concebido como semelhante, mas como um objeto ameaçador contra o qual é necessário defender-se ou simplesmente eliminar, quando há possibilidade de não poder controlá-lo (MBEMBE, 2018, p. 29).

Na colônia brasileira, conforme crescia a resistência indígena ao projeto de captura e escravização imposto pelos colonos, aumentava também a apreensão da coroa acerca do êxito da colonização, o que tornava ainda mais rígidas as estratégias adotadas pelos bandeirantes. Por isso, em 1690, após a morte de Antônio Guedes de Brito, Matias Cardoso, bandeirante reconhecido por ter acompanhado Fernão Dias em expedições pelo sertão nordestino e por ter chefiado combates nesta região da colônia contra revoltas indígenas, é nomeado governador absoluto das Minas Gerais. Ele recebe uma grande sesmaria entre o Rio Pardo e o Rio Doce, ao Norte da província mineira. A famosa expedição de Matias Cardoso, no ano de 1690 marcou o início de uma incisiva entrada nos sertões mineiros e baianos e de um extermínio em massa, das populações indígenas, sobretudo dos Caiapós.

Simultâneo ao violento processo de colonização do sertão mineiro, o apogeu da mineração no centro-sul do estado fez com que o fluxo comercial aumentasse de maneira vertiginosa, alcançando tempos “áureos” à colônia portuguesa. O escoamento das mercadorias se dava pelo Rio São Francisco, o que resultou em uma forte interligação entre os centros auríferos, o sertão mineiro-baiano – que cumpria o papel de zona de abastecimento, e a capital da colônia, à época em Salvador. Neste momento, a grande preocupação das bandeiras chefiadas por Matias Cardoso era de instaurar pequenas vilas, abrir fazendas de gado e escravizar indígenas, no intuito de aumentar a produção agropecuária o tanto quanto fosse necessário ao abastecimento das zonas mineradoras. (BAETA, 2009)

Vale salientar que o caráter *móvel* das sociedades caipiras paulistas foi um dos principais responsáveis pela adesão em grande escala desta população ao bandeirantismo da época. Segundo Antônio Candido (2001), a grande disponibilidade de terras e a escassez de técnicas para manejá-las, constituíam-se em fatores para uma alta mobilidade dos paulistas. Através de uma economia rudimentar (os trabalhos agrícolas eram exercidos pela própria família e vizinhos e a posse da terra era mais ou menos estável, devido à precariedade dos títulos de propriedade), os paulistas desenvolveram espírito migratório: “A posse, ou ocupação de fato da terra, pesou na definição da sua vida social e cultural, compelindo-o para as áreas despovoadas do sertão, onde o esperava o risco da destruição ou da anomia social” (CANDIDO, 2001, p. 109).

Empreender expedições aos sertões era considerado à época, um verdadeiro rito de passagem, através do qual os jovens paulistas eram colocados à prova. Muitos daqueles que se dispuseram a cumprir as expedições eram filhos abastados de portugueses: corriam no sangue as marcas da violência sexual com que se dirigiam os colonos às mulheres indígenas. Os luso-brasileiros, então, rejeitando o prenúncio da escravização dos de raça “inferior”, partiam revoltosos para o interior da colônia, a fim de “buscar remédio para a sua pobreza” e escravizar, eles mesmos, seus parentes longínquos. Assim, “estavam os paulistas preocupados em braços que pudessem trabalhar a terra, pois, do contrário, seria do seu próprio esforço que deveriam sair os produtos necessários à conquista da fortuna, ou pelo ou menos à sua sobrevivência” (RIBEIRO, 2005, p. 151).

Alguns deles eram até mesmo aceitos nas famílias dos colonos, compondo parte do contingente de agregados nas fazendas. Por vezes, eram mandados pelo pai às expedições que este não pudesse comparecer: “Não o renegam os outros membros da família. Aceitam-no, porque têm consciência mais ou menos clara de que se trata de um elemento inferior, mas necessário, do organismo de que fazem parte” (RIBEIRO, 2005, p. 154).

Além do fluxo de paulistas que se direcionavam ao Norte de Minas em busca de metais preciosos e da escravização indígena, outro movimento populacional acabou contribuindo para a ocupação da região: eram os grupos que vinham da Bahia e Pernambuco através do Rio São Francisco e traziam a pecuária que outrora servira ao abastecimento da zona açucareira. Esse movimento ocorreu, sobretudo no início do século XVIII, quando se expandia vertiginosamente a exploração das minas:

Em 1711 Antonil traçou a geografia e a estatística dos currais. Calculou em quinhentos mil as cabeças de gado da parte da Bahia e em oitocentas mil as de Pernambuco. Na época, ainda segundo o autor, a pecuária já tinha alcançado o Rio das Velhas. (MATA-MACHADO, 1991, p. 30)

O boi passou a figurar como o produto de maior valor da região do alto-médio São Francisco, voltado principalmente para a comercialização de carne e couro junto às áreas mineradoras.

O povoado de Matias Cardoso¹⁹ foi o primeiro a ser fundado no Norte de Minas Gerais, por volta de 1663, e tinha o claro objetivo de estabelecer uma espécie de base militar para a captura dos indígenas. Tendo sido fundado em local pouco seguro contra as enchentes do Rio São Francisco, procurou-se transferir o arraial para uma localidade mais alta. No entanto, “os melhores trechos do rio São Francisco ainda estavam, naquela ocasião, ocupados por aldeias de índios Caiapós, sendo as principais: a das Guaíbas e a de Tapiraçaba (localidade onde atualmente se situa o município de Januária).” (BAETA, 2009, p. 162)

Assim, Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso e responsável por continuar o projeto de colonização do pai, passa a empreender forte ataque às aldeias ainda estabelecidas na região, em uma sangrenta guerra que durou cerca de sete anos. No mesmo período, o bandeirante fundou os arraiais de São Romão e Porto do Salgado, hoje Januária (Ribeiro, 2005). Outra figura responsável pelo extermínio das aldeias indígenas na região foi Antônio Gonçalves Figueira, a quem atribuíam-se a fundação dos municípios de Manga, Barra do Rio das Velhas, hoje Barra do Guaicuí e Formigas, hoje Montes Claros:

As terras adjacentes foram repartidas por Januário Cardoso a seus parentes de São Paulo. Seus primos, capitão Francisco de Oliveira e D. Catarina Cardoso do Prado, ocuparam terras do alto-médio São Francisco; o sobrinho Matias Cardoso de Oliveira instalou-se na região de Urucuia; Domingos do Prado Oliveira em Pedras do Angico (São Francisco) e Salvador Cardoso Oliveira em Pedras de Baixo (Pedras de Maria da Cruz). Derrotadas as nações

¹⁹ O município de Matias Cardoso é considerado o marco inicial da colonização de Minas Gerais. Os chamados currais do São Francisco começaram a ser ocupados por volta de 1660, antes mesmo da descoberta de ouro em Mariana, em 1696, segundo Costa (2003). Em pouco tempo o Vale do São Francisco, região então conhecida como campos gerais, passou a abastecer o Recôncavo Baiano com carne, peixe seco e farinha de mandioca.

indígenas, os paulistas ali se fixaram com seus escravos e tornaram-se grandes criadores de gado (MATA MACHADO, 1991, p. 35).

A partir de uma série de violentos ataques, os fazendeiros de gado se apropriaram e repartiram entre os próprios parentes as terras dos Gerais. Assim, estabeleceram na região a ordem da propriedade privada e das relações de parentesco, assegurando o máximo controle sobre a vida e o trânsito das populações indígenas que permaneceram no território. Os municípios que hoje compõem o Norte de Minas possuem sua gênese completamente forjada nos propósitos coloniais: eliminação ou escravização dos povos indígenas e produção de bens manufaturados para o abastecimento da sociedade capitalista que se aquecia.

A despeito da tendência à privatização das terras que naquela época se fazia vigente, é possível resgatar uma característica marcante do sertão mineiro que o permitia integrar-se ao circuito do mais importante movimento político-econômico da época, a mineração. Ao mesmo tempo, o sertão mineiro preservava sua autonomia, voltando-se para dentro e estabelecendo certa independência econômica. Em suma, a produção de carne e couro para a exportação era pequena se comparada a outros tipos de atividades exercidas à época para o abastecimento interno da região: caça, pesca, coleta de frutos, agricultura e criação de gado à solta (MATA MACHADO, 1991; NOGUEIRA, 2009; RIBEIRO, 2005; RIBEIRO, 2010).

Após um período de intensa produção comercial no Norte mineiro, a metrópole portuguesa estabeleceu, em meados de 1701, uma política de isolamento da região, motivada pela falta de controle sobre os metais preciosos. Esses acabavam dispersando-se clandestinamente em meio às trocas comerciais entre o sertão mineiro e os centros mineradores. Assim, a abertura de um caminho em direção ao Rio de Janeiro possibilitou uma nova rota de comercialização e garantiu o abastecimento dos centros mineradores. Portanto, se antes era a partir da capital Salvador que irradiava a maior parte das relações econômicas - ficando o Norte mineiro em localização privilegiada no estabelecimento de trocas comerciais extra regionais - agora, com o novo caminho para o Rio e o rígido controle português sobre as minas, o sertão ficou restrito à comercialização inter-regional (MATA MACHADO, 1991).

Terminado o breve período do apogeu da mineração, a condição de isolamento do sertão durou ainda muitas décadas, condição que evidenciou a sua capacidade de manter-se fechada em sua própria economia. Os desempenhos destas atividades econômicas estavam ligados ao aproveitamento dos recursos florestais, da agricultura, da caça e da pesca - além das restritas trocas comerciais intrarregionais com a Bahia, através do rio São Francisco, e com Goiás, através do rio das Velhas. Mata Machado (1991), nesse sentido, faz uma importante observação:

O isolamento do sertanejo dos centros litorâneos mais desenvolvidos do país gerou a crença de que aquelas regiões afastadas eram habitadas por uma população miserável e sem recursos. Lá não se encontravam as comodidades e o luxo vividos na Corte, no entanto, a miséria era praticamente inexistente e a desigualdade social, pouco acentuada. (MATA MACHADO, 1991, p. 94)

Essa época também foi pontuada pelo início de um grande conflito entre os potentados do sertão mineiro e a corte portuguesa. Depois de a coroa resolver taxar em altos impostos as mercadorias que saíam da região para o abastecimento da zona mineradora e sinalizar maior controle sobre o sertão, motins foram sendo organizados afim de atentarem contra a fiscalização da Metrópole. A Sedição, como foi chamada a revolta de 1736, abalou profundamente a relação entre os portugueses e os potentados fazendeiros que ocuparam o sertão mineiro.

Maria da Cruz²⁰, importante figura reconhecida por liderar os motins do sertão, foi objeto de estudo de Alexandre Souza (2011). Em *“A dona do sertão: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII”*, o autor demonstra que esses motins, denominados também de “Conjuração Sanfranciscana”, tinham uma composição social variada; além dos potentados chefes de fazenda, participaram garimpeiros, trabalhadores livres, indígenas, quilombolas e mulheres, todos em favor de uma causa comum: impedir o controle português sobre a região. Os negros, índios e despossuídos em geral viam nos motins uma oportunidade de conquista de terras e bens materiais. As mulheres tratavam de colocar em prática os conhecimentos que tinham: cuidar dos feridos, preparar alimentos para, conseqüentemente, reafirmar a importância de sua posição na sociedade

²⁰ Pedras de Maria da Cruz acabou tornando-se o nome de um dos distrito de Januária, criado em 1911, em homenagem à Maria da Cruz, figura conhecida por empreender batalhas armadas na Sedição de 1736. Emancipado em 1992, o distrito foi elevado à categoria de município (Souza, 2011).

em formação. Assim, os diferentes grupos levaram para a cena pública e para o espaço político a “expressão de seu próprio cotidiano” (SOUZA, 2011).

Este evento é importante para a compreensão do processo de formação política da região, pois demonstra a posição de insubordinação dirigida pelo sertão mineiro ao governo português ao longo dos anos. A falta de controle político sobre a região acabou sendo favorável ao estabelecimento de uma ordem social menos verticalizada, na qual fazendeiros e mandões locais ditavam as regras da dinâmica social. A seguir abordaremos alguns aspectos deste sistema político que vigorou até meados da década de 1970 na região.

Jagunços, mandões e coronéis: poder político às margens do Estado

O século XVIII representou enormes mudanças na ocupação territorial do Norte de Minas, conforme mostramos. Com a chegada de paulistas, nordestinos e negros (em sua maioria livres) e uma clara herança da cultura e dos costumes indígenas (dos quais os paulistas eram os principais tradutores), a população passa a sedentarizar-se e estratificar-se socialmente através da hierarquia *donos de fazenda e agregados*. Concomitantemente, essa população revela-se extremamente dinâmica em termos de produção alimentar, devido às condições naturais oferecidas pelos múltiplos ambientes de Cerrado.

Com relação à estrutura de poder vigente, Eduardo Ribeiro (2010) nos explica que até meados do século XX, a forma de controle político em Januária e na região do alto-médio Rio São Francisco ocorria menos pela propriedade da terra por parte de um chefe, e mais pela violência armada de grupos: “Não eram grandes fazendeiros que se tornavam coronéis na política, ao contrário; a política era uma plataforma para bons negócios, que dependiam mais do mando do que do acesso à terra” (RIBEIRO, 2010, p. 26). Assim, mais importante do que o tamanho da propriedade de determinado fazendeiro, era o número de agregados que compunham o seu exército particular e lhe asseguravam a força necessária à manutenção do poder.

Os jagunços que empreenderam lutas armadas e alcançaram certo status dentro do regime político à época figuram hoje como personagens heroicas e bandidas do sertão. Eles seguem sendo retratados nas estórias contadas de geração em geração. A moral e o caráter sempre ambíguos dessas figuras expressam a contradição na qual se baseia o próprio sistema jaguncista. Antônio Dó e Saluzinho são exemplos clássicos dessas emblemáticas personagens. Os dois foram tema da pesquisa de Hugo Moreira que concluiu, ao averiguar as vidas destes homens sob a luz da história do Norte de Minas:

A conduta violenta acabou se incorporando à sociedade sertaneja e essa mesma sociedade acaba por valorizar tal tipo de conduta, devido, principalmente, ao fato de circularem desimpedidas de juízos restritivos, [o que] indica também que a violência é incorporada não apenas como um comportamento regular, mas positivamente valorado. Nessa situação de valorização da violência, determinada por um contexto onde as notícias sobre a violência circulam livremente, pode-se observar todo um sistema de valores centrados em atributos como a “coragem pessoal”, a “honra”, a “bravura” e a “força”. (MOREIRA, 2010, p. 126)

A história de Antônio Dó, figura emblemática do sertão mineiro, simboliza o fenômeno explicitado pelo autor. Ao longo dos anos em que foi duramente perseguido por milícias e grupos com força política nos municípios por onde passava (Lontra, São Romão, Paracatu, Januária, São Francisco, Urucuia em Minas Gerais, além de Cocos e Carinhanha, na Bahia), o jagunço conseguiu refúgio junto a um dos fazendeiros aliados em Vargem Bonita, Januária. Lá ele foi reconhecido por mediar conflitos por posse de terras e bens, tendo sempre optado por ajudar aos mais pobres e despossuídos, característica que lhe confere grande visibilidade e admiração social. No ano de 1929, em um último conflito do qual foi mediador, Antônio Dó sequestra um agrimensor contratado por um grande fazendeiro local e obriga-o a rever a demarcação de terras que havia realizado em beneficiamento do latifundiário. Jagunços a mando deste último se infiltram no bando de Antônio Dó e o assassinam, vingança que gerou grande comoção por parte da população e eternizou a figura de Dó no imaginário social. Segundo Mata Machado (1991), Dó foi umas das muitas vítimas dos conflitos políticos da região norte e noroeste de Minas, onde a justiça, a polícia e a Câmara municipal existiam apenas para manter a dura estrutura de poder concentrada nas mãos de alguns poucos mandatários.

Maria Isaura de Queiroz (1976), em referência à obra “os Sertões” de Euclides da Cunha - na qual os jagunços aparecem na figura de seguidores de Antônio Conselheiro – observa

que esse grupo de sujeitos constituintes do processo histórico brasileiro podem ser diferenciados segundo seus principais objetivos. De um lado estavam aqueles engajados por dever de lealdade nas lutas dos próprios parentes e amigos e, de outro estavam os mercenários, aqueles que recebiam pagamento pelos serviços de matar. A autora apreende as características principais do jaguncismo na obra máxima de Euclides:

- a) O Jagunço é um “tabaréu”, isto é, um habitante da caatinga e não um habitante de vilas e cidades (...); b) O jagunço é um vaqueiro e se apresenta “vestido de couro curtido, das alpecartas sólidas ao desgracioso chapéu de abas largas e afeiçoado aos arriscados lances da vida pastoril”; nos cerrados “quase impenetráveis”, caminha “zombando dos espinhos que não lhe rasgam sequer a vestimenta rústica”; c) O jagunço é um guerrilheiro astuto, audacioso e valente (...) d) O jagunço é também crente fervoroso da santidade de seu chefe, “uma tradução justalinear quase do iluminado da idade média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte, dão-lhe o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo.” (QUEIROZ, 1976, p. 653)

Hobsbawn (1975), em seu livro “Bandidos”, trata de explicitar como o fenômeno social do banditismo pode ser considerado um dos mais universais da história. Segundo o autor, o banditismo ocorre no meio rural em contextos de transformações advindas do processo de modernização: “Do ponto de vista social, parece ocorrer em todos os tipos de sociedades humanas que se situam entre a fase evolucionária da organização tribal e de clã, e a moderna sociedade capitalista e industrial” (HOBSBAWN, 1975, p. 16). O banditismo reflete a “desagregação de toda uma sociedade, a ascensão de novas classes e o surgimento de novas estruturas sociais” (*idem*, p. 17), situação verificada no período de relativo isolamento do sertão mineiro, em meados do século XVIII até o início do século XX, quando a divisão territorial passa figurar-se no regime das grandes e médias fazendas de gado.

Se os bandidos têm realmente um “programa”, será tal programa a defesa ou a restauração da ordem de coisas tradicionais “como devem ser” (o que nas sociedades tradicionais significa a maneira como se acredita que tenha sido em algum passado real ou mítico). Os bandidos corrigem os erros, desagravam as injustiças, e ao assim proceder aplicam um critério mais geral de relações justas e equitativas entre os homens em geral, em particular entre os ricos e os pobres, os fortes e os fracos. (HOBSBAWN, 1975, p. 19)

Ainda assim, o fenômeno do banditismo no sertão mineiro não está tão bem situado no desejo por reformas de valores tradicionais, como explicitado por Hobsbawn (1975) e exemplificado na história de Antônio Dó. Ele é produto de uma sociedade complexa que em seu processo de formação mescla as duas faces típicas da condição colonial: o tradicionalismo e a ideologia civilizatória da modernização. Assim, Hobsbawn esclarece por último, que a estrutura política rural situada nesse contexto de transformação exerce dois efeitos: por um lado, ela gera, protege e multiplica os bandidos e, por outro, integra-os ao sistema político formal.

Por isso, no norte mineiro o caráter ambíguo do jaguncismo está ancorado na própria forma social que ali se configurava. De um lado, este sistema expressa o desejo de parte da população pela recuperação de valores tradicionais ligados à terra, pois a veem cada vez mais cerceada e privatizada. E, por outro, expressa o interesse de mandões e fazendeiros que, na ausência do Estado e suas leis, consolidam incessantemente a manutenção do poder através da violência.

Mata Machado (1991) explica que os fenômenos do banditismo e do coronelismo aparecem de forma interdependente, no contexto do sertão mineiro. Os jagunços dependem dos proprietários para negociarem os frutos dos saques e para refugiarem-se nas fazendas durante fugas e motins. Os fazendeiros, por sua vez, acatam este elemento da estrutura social ao recolherem para si parte dos exércitos sertanejos e ao deixarem de lado a possibilidade de intervenção das forças expedicionárias armadas na implementação da justiça social.

Conforme sublinhado por Walnice Galvão (1972), a grande massa de sujeitos disponíveis em suas “essências avulsas”, a plebe rural livre, foi muito bem aproveitada pelos chefes e autoridades locais, como mão de obra que presta serviços “sujos” voltados para a defesa dos limites de territórios. Além disso, tais sujeitos serviram para a formação de cabos eleitorais em épocas de eleição, o que levou o sistema jaguncista a ser tornar uma espécie de trampolim para o acesso às câmaras e prefeituras municipais e até estaduais:

Essa é a situação ideal para o florescimento do banditismo. Ela proporciona uma necessidade natural e um papel político para os bandidos, um reservatório local de homens armados e descomprometidos que, caso possam ser induzidos a aceitarem a proteção de algum aristocrata ou rico proprietário, aumentará enormemente o prestígio deste e poderão, no momento azado, lutarem por ele ou atuarem como cabos eleitorais (além disso, as redes de servidores mantidas

pelos nobres proporcionam emprego conveniente para bandidos isolados, reais ou em potencial) (HOBSBAWN, 1975, p. 90).

Com a ampliação capitalista dessa sociedade e o enrijecimento do direito constitucional, o fenômeno do banditismo tende a enfraquecer. Uma vez que a elite econômica está agora respaldada pela lei da propriedade privada, exercida através da ampla participação do Estado no controle social. Assim, os ricos passam a enxergar os bandidos como ameaças à propriedade e não mais como participante da estrutura social. Nesse sentido Hobsbawn (1975) traz interessante observação:

É talvez nesse ponto que surge a antimitolgia do banditismo, na qual o ladrão aparece como o oposto do herói, como (...) uma fera em forma humana, pronto para profanar tudo quanto é sagrado, a matar, a pilhar, a incendiar, a violar a vontade de Deus e do Estado. (...) Desaparece o mecanismo para integração do banditismo na vida política normal. O ladrão passa agora a pertencer apenas a uma parte da sociedade, a dos pobres e oprimidos. (HOBSBAWN, 1975, p. 94)

As terras *gerais*: fazendas de gado e regime camponês

O coronelismo²¹ e o mandonismo constituíram os pilares da organização social no sertão mineiro até a década de 1970, aproximadamente – ainda que alguns de seus traços se mantenham atualizados no presente. Relatos de pessoas mais velhas revelam que a vida nas grandes fazendas e em suas imediações era ditada pela ordem de uma única autoridade, apesar de conservarem, em menor ou maior grau, a liberdade de, na terra que recebiam por doação, tirarem proveito de sua produção para consumo próprio, troca com vizinhos e comercialização nas vilas e cidades.

²¹ De acordo com Leite (2014), “o monopólio da violência foi o expediente capaz de reproduzir o [monopólio] da terra e o do capital, além de fazer deles a condição que permitiu forçar e se apropriar do mais-trabalho social, dominado territorialmente. O monopólio do emprego da violência ainda não estava centralizado no Estado, uma vez que ele mesmo se encontrava em processo de formação. Nesse contexto, o poder regional era exercido por “coronéis”, os membros da Guarda Nacional, instituição que explicitava a falta de autonomia entre economia e política, pelo menos até o fim da (seu fim com a) República Velha”. (Ibidem, p. 89)

A estrutura política fundada nos preceitos do coronelismo que durante a primeira República tomou corpo e se institucionalizou, era ainda mais acentuada no contexto do vale do São Francisco devido à força dos potentados locais. O poder econômico de um fazendeiro estava fundado em certo direito de ceder terras para o plantio e criação de animais e assim proteger seus agregados contra um possível despejo por parte de grileiros. O favor, nestes termos, representava a dívida jamais sanada do agregado com o fazendeiro e, portanto, a moeda de troca vigente na época. Donos de fazenda eram comumente reconhecidos por prover as necessidades de seu contingente de agregados como, por exemplo, o pagamento a professores que lecionavam às crianças, a promoção das festas religiosas e a doação de certa quantia de cabeças de gado aos empregados de maior confiança. Essas práticas se configuraram em uma sociabilidade baseada em personalismos, cujas arbitrariedades praticadas pelo fazendeiro se tornavam legítimas. Meyer (2015) observa que se o fazendeiro não exercia seu domínio por meio do controle de votos, o exercia enquanto mediador entre o Estado e uma parte expressiva dos residentes daquele espaço. Pode-se dizer que o ‘fazendeiro’ era o próprio Estado. (*idem*, 2015)

Carmem Andriolli (2011), em estudo etnográfico acerca da vida de Samu, um vaqueiro que viveu no contexto das fazendas de gado do noroeste de Minas, explicita como se dava o trabalho destes empregados de fazenda, durante o antigo regime:

Como vaqueiro da Fazenda Pau Grande tinha o que nomeia ‘direito de criar’, isto é, tinha direito a morada, a fazer roçado e a criar seu gado tirado na sorte embolado com o rebanho do patrão e nas terras desse [...] Assim, formava seu próprio rebanho, que era criado solto. Arame [para fazer cerca] não existia (ANDRIOLLI, 2011, p. 110).

Como no velho costume do regime geraizeiro, o gado do patrão e o do vaqueiro pastavam nas vazantes e veredas no tempo da seca. E, no tempo das águas, o gado se dirigia para as áreas abertas das chapadas, onde costumam surgir lagoas. Os grupos de pessoas que viviam sob o julgo e a proteção desses donos de fazenda conformavam a *fazenda geral*, como era chamada pelos antigos moradores. O território, então, estava dividido dentro da lógica das grandes propriedades rurais. No entanto, estas apresentavam-se como mais ou menos “públicas” – a fazenda geral Mamede, a fazenda geral Pandeiros, etc. Assim

também conservavam certa liberdade de acesso aos cursos d'água, já que as fazendas em geral estavam bem próxima destes (RIBEIRO, 2010).

Em outro trecho da etnografia de Andriolli (2011), evidencia-se o fato de que o poder de um fazendeiro residia no provisionamento de terras e no controle que exercia sobre seus agregados. Segundo o vaqueiro Samu,

Nas propriedades da família Carneiro morava muita gente. [...] Tinha gente que morava mais perto que Raimundo. Quase que o quintal era um só! Devagar famílias foram chegando da Carinhonha 'pediram pouso' aos Carneiro e, esparramados no princípio, como agregados, fizeram suas moradas e roçados.” (ANDRIOLLI, 2011, p. 116).

A autora observa que as relações entre fazendeiros e agregados eram regidas segundo valores de honra e reciprocidade, o que conformou uma ética camponesa particular. Ao mesmo tempo, seria possível observar a força de um modo de patronagem, no qual a assimetria das relações se expressava no tipo de contrato de trabalho estabelecido: a contração de dívidas e favores nunca finalizados.

Cabe destacar que, assim como ocorria na capitania de São Paulo (CANDIDO, 2001), no sertão mineiro, a posse da terra era mais ou menos estável, bastando àquele que se interessava por adquirir uma sesmaria ocupá-la e estabelecer roças, criações de gado e etc. Apesar da tendência à privatização de terras através da abertura de grandes fazendas de gado, havia ainda na região o regime dos *comuns*, do gado criado à solta e da coleta livre de frutos do Cerrado. Eduardo Ribeiro (2010) atesta que só havia o domínio exclusivo de uma família sobre a terra, nas beiras de água – rios, riachos e veredas – onde o gado matava a sede:

Ao longo dos corpos de água essas terras se expandem na perpendicular, mas a demarcação vai só até determinada altura, até a divisa de terras de cultura ou de capões com os gerais. Daí em diante era o comum, que podia até ser parte do domínio de uma família, mas não se demarcava, não era cercado e era livre a coleta (RIBEIRO, 2010, p. 27).

Assim, apesar de o fazendeiro deter a posse formal da terra, ele não era dono absoluto dos recursos naturais que ali estavam presentes. Importantes áreas, como as de nascentes, as de recarga das veredas e os divisores de água ficavam fora da demarcação, segundo um antigo costume: essas áreas de terra eram conhecidas como *sobrados*, “terras que

sobravam nas divisões das fazendas gerais, que deveriam permanecer sobrando para conservar intocados recursos preciosos e manter as áreas que exigiam cuidado maior, como responsabilidade coletiva” (RIBEIRO, 2010, p. 28).

Esse regime acabou por facilitar a criação de redes de solidariedade no uso dos ambientes. O conhecimento era muito amplo acerca das atividades possíveis de serem combinadas naquele rico território: Gerais para a criação à solta do gado durante o ano todo; brejos e matas para plantio de mantimentos na época das chuvas; e as vazantes eram usadas para plantios de acordo com a cheia ou a seca do rio. Assim,

Essas combinações fortaleciam as virtudes de fertilidade, reduziam as incertezas e faziam do produtor um criador extensivo de gado no tempo das chuvas, o qual plantava mantimentos nas culturas, arroz no brejo e coletava nos gerais. No tempo da seca seu movimento se concentrava na borda da casa: na irrigação do brejo, no cuidado intensivo com os animais recolhidos ao piquete, às mangas ou mangas-de-pasto. (RIBEIRO, 2010, p. 25)

Carlos Dayrell (1998) também atenta para o fato de haver, além do regime de fazendas “o regime campesino”, composto por famílias chefiadas por vaqueiros autônomos, escravos fugidos, indígenas, “desclassificados e despossuídos em geral” (*ibidem*, p. 69). Eles ocupavam os chamados “sobrados”, além dos sertões mais distantes: “Havia sempre a possibilidade de conseguirem mais terra, especialmente entre os mais poderosos, e, ao mesmo tempo, era constante o deslocamento da fronteira em várias direções” (RIBEIRO, 2005, p. 195).

Cabe destacar que a condição de migrante, de sujeito “provisório”²², esteve historicamente associada à plebe rural, aos trabalhadores do campo, jagunços e homens livres no geral. Seu costume residia na constante transposição de fronteiras em busca de novas e melhores terras, porque eram expulsos pelos grileiros ou porque a terra já não podia lhes oferecer os alimentos de que necessitavam. Do lado destes, era a própria família que apresentava o braço responsável e necessário para trabalhar a terra. Por outro lado, os homens “definitivos”, aqueles que se fixavam em boas e extensas terras contavam

²² Sujeitos provisórios e homens de terra definitivos são expressões utilizadas por Gabriel Barbosa (2013) em referência à obra de Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas. “O “homem muito provisório”, citado por Riobaldo, protagonista do romance, corresponde ao jagunço, o guerreiro das grandes batalhas, mas também ao homem comum do campo, o trabalhador autônomo em sua luta cotidiana. Enquanto que os “sujeitos de terra definitivos” referem-se àqueles que conseguem perpetuar o poder da propriedade privada (p. 122)

geralmente com relativa estabilidade de alimentos, muitas cabeças de gado para a produção agropecuária, além de vaqueiros livres e famílias de agregados dispostos para ele trabalharem.

Segundo Dayrell (1998), os três regimes principais da época – grandes fazendas, camponeses autônomos e garimpeiros – eram interdependentes.

A produção da grande fazenda articulava-se com a produção camponesa, os camponeses dependiam em parte da fazenda que representava o poder, inclusive o do Estado. (...) Tanto fazendeiros quanto os camponeses, podiam, eventualmente, se envolverem com a atividade garimpeira.” (*ibidem*, p. 70)

Este quadro geral passa a sofrer mudanças a partir da segunda metade do século XIX, quando entra em vigor a lei de terras, que dispõe sobre o direito de propriedade das mesmas. Segundo a Lei de 1850, o acesso à terra não poderia mais se dar através do uso e ocupação, mas exclusivamente pela compra, mudança jurídica que inaugura um imbróglia fundiário que se estende até os dias atuais. Esta foi a solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre às terras por parte dos ex-escravos e a população pobre (incluindo os imigrantes que chegavam ao Brasil) e garantindo a presença de trabalhadores livres nas lavouras de café que à época predominavam no sudeste do país.

Na parte central do Brasil, incluindo o Norte de Minas Gerais, as determinações desta lei tardaram a surtir efeito. O baixo interesse do governo brasileiro pela abertura da produção agrícola nas áreas de Cerrado, à época designado como “terras improdutivas”, fez com que a estrutura fundiária se mantivesse praticamente inalterada na região, fato que permitiu a continuidade do regime das fazendas de gado até meados de 1980. A industrialização do país, estimulada pelo governo Vargas a partir de 1930 e o aumento da produção técnica e científica nas décadas subsequentes, ofereceram subsídios para a exploração econômica do segundo maior bioma brasileiro e, como veremos nos próximos capítulos, inaugurou-se formas de territorialização nunca antes desempenhadas naquela região, sob consequências sociais e ambientais incalculáveis.

PARTE II

Nas margens do rio Peruaçu

I. Cabeceiras do rio:

As águas como miragem

Elas tinham um nome conjunto – que eram as Veredas- Mortas. O senhor guarde bem.
No meio do cerrado, ah, no meio do cerrado, para a gente dividir de lá ir, por uma ou por outra, se via uma encruzilhada. Agouro? Eu creio no temor de certos pontos.

Guimarães Rosa

O primeiro trabalho de campo, concentrado na comunidade de Fabião I, se deu entre julho e agosto de 2019, os meses tradicionalmente mais secos do ano. O abastecimento de água na comunidade, efetuado através de um poço artesiano, não era plenamente satisfatório nestes períodos de maior aridez. De tempos em tempos, a bomba hidráulica responsável por bombear e distribuir a água para as casas era fechada, fazendo com que o abastecimento fosse interrompido por algumas horas e causando um clima constante de tensão entre os moradores. Isso acontecia sempre de maneira inesperada, de modo que não era possível prever em que momento haveria água na torneira para cozinhar ou no chuveiro para tomar banho. O uso coletivo da água em quantidade escassa configurava o objeto de conflito mais agudo que eu poderia perceber naquele tempo em que estive por lá.

Nos muitos quintais onde antes havia o leito do rio, agora figurava apenas uma vala seca onde eram depositados objetos e onde era possível encontrar galinhas ciscando e crianças brincando. Era impossível fugir ao assunto do desaparecimento do rio, ele estava entranhado no cotidiano e nas casas das pessoas. Sem que eu precisasse perguntar, diversos moradores dirigiam a mim uma diversidade de desabafos e opiniões acerca da gestão coletiva da água e das possíveis causas para o progressivo desaparecimento do rio na comunidade.

Nesse sentido, o processo de degradação que vinha ocorrendo próximo às cabeceiras do rio Peruaçu, há cerca de 100 quilômetros da comunidade de Fabião, era reiteradamente acionado para explicitar as causas possíveis para o problema da água. Ouvi diversas vezes, que antes aquele era um ambiente marcado pela presença de belas veredas, cercadas por numerosos buritis, abundantes em água e em vida, um verdadeiro oásis em meio à vegetação árida do Cerrado em transição para a Caatinga: *“Peruaçu era a coisa mais linda. A coisa mais linda! Cê só via buriti. Cê não podia nem entrar lá dentro de tanto jacaré e sucuri!”*. (Sr. Joaquim, morador de Fabião I – 72 anos) (Quadro 1).

No entanto, ainda que eu guardasse imagens fascinantes desse lugar, sabia que o processo de degradação das veredas encontrava-se em estágio avançado, devido, entre outras coisas, às atividades do agronegócio deflagradas ao longo das últimas décadas. O mesmo morador também me alertara: *“Houve um desmatamento exagerado aqui pros lados das veredas, sabe? Ih, maltratou as veredas demais! Gradeou, derrubou essas veredas, plantou... Acabou as veredas. As veredas é um braço forte do Peruaçu, era elas que*

segurava a água lá em cima, e depois ia soltando aos poucos. Então as veredas morreu, aí o Peruaçu também ficou com essa dificuldade tamanha!”

De certa forma, as percepções que tive ao longo dos primeiros trabalhos de campo, concentrados no baixo e no médio cursos do rio, me impeliu a subir a chapada e verificar com meus próprios olhos aquilo que se passava com as cabeceiras do Peruaçu, parte mais sensível e problemática do rio. Seguindo as orientações de Bruno Latour (2012) em sua teoria do ator-rede, busquei seguir as pistas que os atores me ofereciam durante os campos para “cartografar as controvérsias” e (re) estabelecer as conexões entre os objetos e ações que se davam ao longo da bacia.

Parte da área onde estão as cabeceiras do Peruaçu, mais especificamente a margem direita do alto curso do rio, foi convertida em unidade de conservação no ano de 1994 e ganhou o nome de Parque Estadual Veredas do Peruaçu (PEVP), (Figura 3). Gerido pelo Instituto Estadual de Florestas - MG, órgão estadual que possui sede em Januária, a área de 31.221 hectares, inscrita nos municípios de Cônego Marinho, Bonito de Minas e Januária, é o ponto fulcral das análises que se seguem nesta parte da dissertação

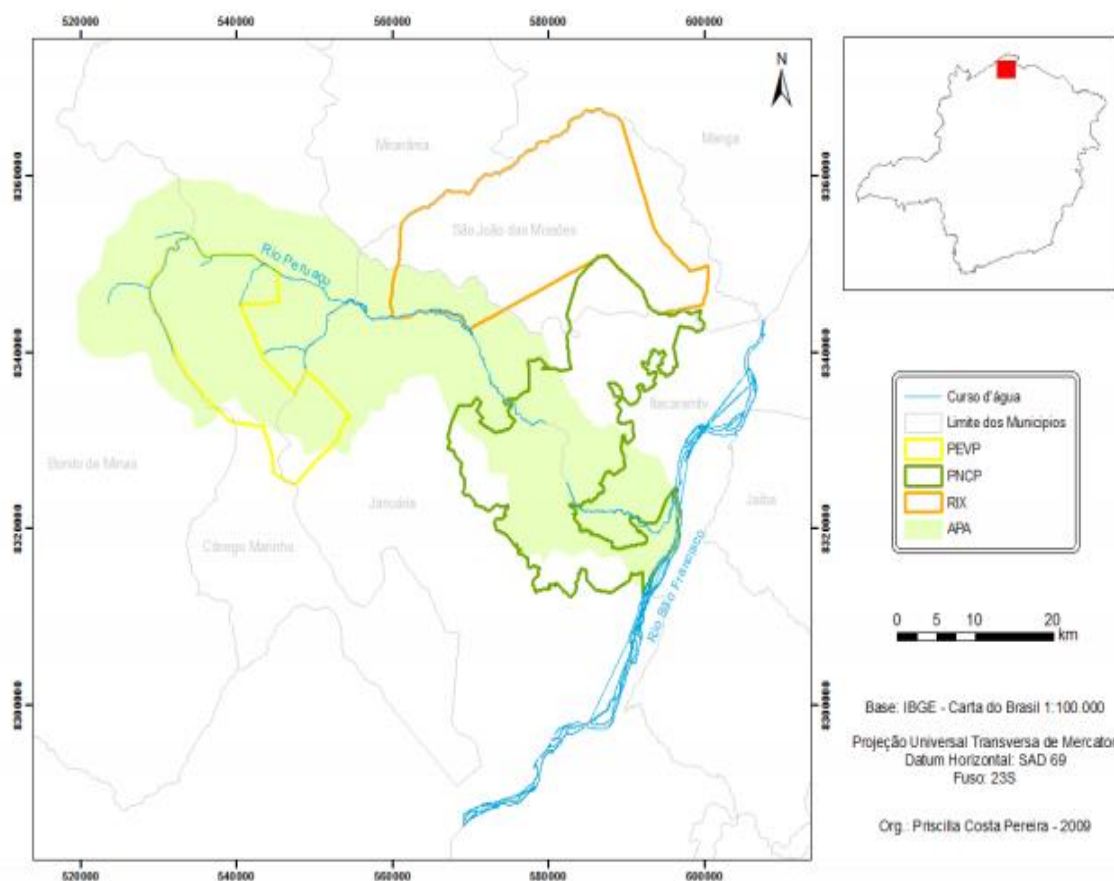


Figura 3: Mapa de localização do PEVP e das demais unidades de conservação da bacia do rio Peruaçu. (PEREIRA, 2009, p. 25)

Ainda que as percepções acerca das cabeceiras do rio Peruaçu tenham partido de uma inserção de campo diretamente em uma unidade de conservação ambiental, o leitor perceberá que as análises desenvolvidas não se restringem ao tema da proteção natural. As questões levantadas a seguir pretendem analisar os efeitos do processo de modernização agrícola legado ao Norte de Minas a partir da década de 1970; a conversão da área onde estavam as cabeceiras do Peruaçu em unidade de conservação, na década de 1990; as recentes disputas fundiárias que marcam o alto curso do rio; bem como as condições atuais em que se encontram as veredas ali presentes. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os seguintes atores: dois pesquisadores que investigaram o processo de seca das veredas do Peruaçu; o chefe do Parque Estadual Veredas do Peruaçu; e um funcionário do IEF. Por meio de um roteiro com perguntas previamente formuladas, busquei estabelecer um diálogo a respeito da problemática da

bacia do Peruaçu como um todo, dando ênfase na região das cabeceiras. As entrevistas foram gravadas, com a permissão dos interlocutores e posteriormente transcritas. Alguns trechos serão mobilizadas ao longo do texto afim de balizar as análises feitas a partir das observações em campo.

De Januária às nascentes do Peruaçu

Não foi por coincidência que o último trabalho de campo realizado no mestrado tenha terminado na cidade de Januária, lugar onde começam meus primeiros vislumbres de pesquisa e de afetos em relação ao sertão mineiro. Ainda que a cidade não esteja no centro de nossas análises, é impossível não prestar atenção às suas dinâmicas atuais ao investigar o alto curso do rio Peruaçu. Além dos fluxos migratórios que ocorrem do interior do município para a sede municipal, importante elemento de análise em nossa investigação, o escritório do IEF e sede administrativa do PEVP encontram-se em Januária (ainda que a maior parte da área esteja incluída no município de Cônego Marinho), e é de lá que irradiam as decisões políticas e administrativas da UC.

Por isso, depois de já ter passado uma temporada em Fabião I e na comunidade de Olhos d'água, localizadas no baixo e médio curso do rio Peruaçu respectivamente, estabeleci contato junto ao Instituto Estadual de Florestas de Januária e marquei uma visita ao PEVP. O meu encontro como chefe do Parque aconteceu no mês janeiro de 2020, em uma destas manhãs escaldantes que marcam os dias de intervalo entre as chuvas de verão no Norte de Minas. Do escritório do IEF partiríamos em uma caminhonete rumo ao município de Cônego Marinho, onde está localizada a entrada da UC. As recomendações para que eu levasse água em abundância, pois não haveria onde recarregar garrafas, anunciava uma previsão que se confirmaria durante a visita: a seca e o calor haviam se intensificado enormemente diante dos incêndios e do atraso nas chuvas daquele ano.

Sendo classificado como pertencente à categoria semiárido, os gerais do Norte de Minas apresentam baixos índices de precipitação, altas temperaturas e regimes de chuva irregulares. Segundo Jardim e Moura (2018) o clima em Januária é de transição do regime tropical quente semiúmido para semiárido, podendo chegar a 6 meses de seca. De acordo

com os autores os “dados das Normais Climatológicas 1961-1990, apontam que as médias anuais de chuva e temperatura em Januária, próximo à foz do Rio Pandeiros, indicam, respectivamente, 826,5 mm e 24,4°C, concentrados entre os meses de novembro e março”.

O pesquisador Gildarly Cruz (2018) demonstrou, através de investigações realizadas no contexto do vale do Peruaçu, que a distribuição de chuvas em Januária, já concentrada em apenas 6 meses do ano, tornou-se ainda mais assimétrica nos últimos anos. Segundo ele, “desde 2012, as chuvas tenderam a se concentrar entre três a quatro meses, com longos períodos de ‘veranico’, os intervalos sem chuvas nos meses tradicionalmente chuvosos” (CRUZ, 2018, p. 16). Por isso, vêm sendo identificados dois períodos de estiagem num mesmo ano: “(i) entre os meses de abril e início de outubro, o histórico período seco, e (ii) durante a própria época das chuvas, com outubros e janeiros muito secos” (*idem*). Diante do prolongamento dos períodos de estiagem, o pesquisador, que investigou os efeitos da seca em duas comunidades rurais inscritas no vale do Peruaçu, Araçá e Onça, concluiu que o cultivo agrícola por parte destas comunidades esteja inevitavelmente condicionado às ações e políticas públicas para a convivência com o semiárido, as chamadas “tecnologias sociais”: calçadões, caixas d’água para captação de água da chuva e poços artesianos. Aspectos que serão melhor explorados na segunda parte deste capítulo.

O aumento da temperatura média anual de Januária também é uma realidade constantemente reforçada pelos cientistas. De acordo com um estudo realizado por Jardim e Moura (2018) sobre a bacia do rio Pandeiros, afluente do São Francisco circunvizinho ao Peruaçu, uma das consequências da supressão em larga escala da vegetação nativa no contexto local é uma variação de temperatura que pode chegar até 4°C nas áreas de pastagem em relação às áreas de mata ciliar, em situações horário-diárias (*idem*, p. 181). A aridez causada pela seca das veredas parecia potencializar o calor, também na região da chapada, onde estão as nascentes de importantes rios da região, conforme me alertara o chefe do Parque antes da nossa visita.

A programação para a inserção de campo ao Parque Estadual Veredas do Peruaçu no mês de janeiro de 2020, a partir da cidade de Januária, me fez passar alguns dias na cidade, quando aproveitei para perceber as transformações recentes no centro urbano, não só do ponto de vista das mudanças climáticas, mas também da produção do espaço. Em Januária eu havia me hospedado junto a um casal de amigos que conheci durante trabalhos de campo anteriores em Fabião I. A casa deles havia sido recentemente comprada por meio

de um financiamento facilitado, e estava localizada em uma nova área de habitação da cidade, próximo aos limites do perímetro urbano. O novo bairro era composto por diversas ruas com casas iguais, muitas delas ainda em processo de construção, um grande conjunto habitacional que denunciava a vertiginosa expansão da cidade.

O surgimento de um novo bairro de casas populares em uma das cidades mais importantes do Norte de Minas anunciava a tendência que vem sendo comprovada pelos dados do IBGE e Atlas Brasil. O percentual relativo à população urbana cresceu de 51% em 1991 a 63% em 2010, em face a um decréscimo da população rural, de 48% a 32% nos mesmos anos (IBGE, 2010)²³.

No caminho do novo bairro onde eu estava hospedada até o centro da cidade, onde localiza-se o escritório do IEF e de onde eu partiria para a visita ao PEVP, passei caminhando por um dos bairros antigos de Januária. Ali, uma construção recentemente erguida me chamou também a atenção, um hipermercado da rede “supermercados BH” com seus imensos letreiros em azul e amarelo tomavam praticamente todo o quarteirão estreito de um bairro predominantemente residencial e de pequenos comércio. A entrada da loja era precedida por um longo estacionamento descoberto, com as numerosas linhas de demarcação das vagas pintadas em amarelo no bloco de concreto cinza, um convite ao transporte individual e automotor. Por dentro, uma infinidade de produtos eram expostos em prateleiras que iam do teto ao piso, vendidos nas modalidades atacado e varejo.

A inauguração do hipermercado BH de Januária em setembro de 2019, causou grande alvoroço na população local. Um dos amigos junto aos quais me hospedei havia participado dos processos seletivos abertos para preenchimento das vagas no hipermercado e contou-me que o evento mobilizara um sem número de pessoas, o que fez com que filas enormes se formassem na madrugada do dia da seleção. Segundo informações do site da empresa, ainda que a rede conte atualmente com mais de 200 lojas de supermercado em praticamente todas as regiões mineiras, essa foi sua estreia no formato “atacarejo”. Foi pensada pelos sócios Pedro Lourenço, Waldir Rocha Pena e Walter Santana Arantes, para atender, além de Januária, as cidades adjacentes, como

²³ O município de Januária conta com a terceira maior população da região Norte de Minas Gerais, 68.584 habitantes, dos quais 24.141 estão situados na zona rural (IBGE, 2010). A extensão do município é relativamente grande e atualmente são reconhecidos 8 distritos, além de outras diversas comunidades rurais ao longo de sua extensão.

Pedras de Maria da Cruz, Juvenília, Miravânia, Manga, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, dentre outras.

No âmbito das relações contemporâneas entre campo-cidade, Castillo *et al.* (2016) assinalam que a precarização da vida e do trabalho das classes mais baixas se dá de forma simultânea nas duas unidades espaciais. De um lado, “os pequenos agricultores à margem da acumulação ampliada do capital do agronegócio são expulsos de suas terras ou resistem a duras penas, por conta própria ou com a ajuda ínfima de órgãos públicos” (*Idem*, p. 270). De outro, as cidades pequenas que fazem fronteira com as agroindústrias aglutinam cada vez mais pessoas, comércios e serviços, sem que a infraestrutura urbana acompanhe o aumento da densidade populacional verificável nestas cidades. Por exemplo as capacidades das redes de água, esgoto e elétrica muitas vezes estão subdimensionadas, o que gera precariedade ou falta de serviços. Assim, a segregação urbana compreende:

Espaços ocupados pelas classes sociais mais abastadas e pelas empresas, atendidos por infraestruturas e serviços de alta qualidade e, por outro lado, os espaços pouco assistidos pelo poder público local, onde habitam os mais pobres, tanto aqueles vinculados às empresas do circuito superior, quanto aqueles que se filiam ao circuito inferior da economia urbana.” (*Idem*, p. 270)

Estas pequenas cidades funcionam como verdadeiras extensões das unidades agroindustriais, que se consolidam com o apoio dos governos do estado e dos municípios, tornando-se parte fundamental das Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA's) (CASTILLO *et al.*, 2016). Segundo os autores, “as regiões produtivas do agronegócio (RPA) são constituídas pela combinação entre espaços agrícolas modernos e espaços urbanos não metropolitanos (principalmente pequenas cidades)” (*Ibidem*, p. 269). Particularmente, os centros urbanos das RPAs,

(...) tornam-se importantes elos dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação, cujo alcance é mundial. A agricultura intensiva demanda um espaço urbano capaz de oferecer um conjunto de atividades especializadas que atendam a seu crescente consumo produtivo por máquinas e implementos agrícolas, sementes, insumos químicos, assistência técnica agrônômica, finanças, pesquisa agropecuária, laboratórios, transporte, logística entre outros. (*Ibidem*, p. 279)

Sobretudo nos países da América Latina e da África, a especulação fundiária, a grilagem de terras por agentes e empresas transnacionais, bem como a massiva desterritorialização das populações do campo correspondem a fenômenos que vem sendo continuamente acentuados na última década. Diversos autores defendem a tese de que estes são alguns dos resultados da crise mundial do capitalismo de 2008. Naquele momento, a necessidade de diversificação dos investimentos do capital financeiro internacional colocou uma vez mais a terra como uma das principais alternativas de lucro, por sua capacidade produtiva, minerária e sobretudo especulativa, o que gerou um aumento da corrida pela acumulação de terras, o chamado *land grabbing* (SAUER; BORRAS, 2016).

A crescente consolidação do capital varejista (redes de supermercado) e suas estratégias de controle e governança do setor agroalimentar, também pode ser apontada como uma das tendências do capitalismo financeiro-mundial. Ao investigar as regiões produtivas de frutas tropicais no semiárido nordestino, dentre elas o Vale do São Francisco, Bezerra (2015) chama a atenção para o fato de as grandes redes de supermercado, formadas geralmente por oligopólio mediante a atuação de importantes grupos no mercado internacional, exercerem grande domínio sobre o capital produtivo, influenciando decisivamente “na exclusão dos pequenos produtores, no controle de preços, na difusão de hábitos urbanos no campo, nas cadeias de valor de produtos alimentares e no controle de qualidade da produção” (BEZERRA, 2015, p. 109). Em suma,

(...) a combinação entre força oligopólica, controle das redes de produção e distribuição, definição dos preços e a conquista da credibilidade dos consumidores mediante a política de qualidade dos produtos fortaleceram o papel de destaque dos supermercados na governança das redes de produção. Tornando um desafio para os pesquisadores avaliar a extensão dos impactos sociais e econômicos engendrados pelas grandes redes varejistas (BEZERRA, 2017, p. 110).

Vale ressaltar que um dos sócios da rede “Supermercados BH”, que teve sua primeira loja aberta recentemente em Januária, Walter Santana Arantes, é um dos grandes proprietários de terras do Norte de Minas. Seu apelido, Waltinho, é frequentemente mobilizado pelos moradores do vale do Peruaçu quando pretendem explicitar denúncias acerca da posse de terra e de água na região. Em reportagem recentemente produzida pela Repórter Brasil²⁴,

²⁴ Para ver a série completa de reportagens produzida pelo Repórter Brasil, acerca das milícias do São Francisco acessar o site: <https://reporterbrasil.org.br/velhochico/>. Acesso em: 11/11/2020

o nome desse proprietário de terras aparece vinculado a uma rede de milícias rural que vem conquistando maior espaço junto ao poder público desde o início da gestão do atual governador de Minas Gerais e do presidente da república eleito em 2018. Em outras ocasiões, especificamente no ano de 2019, ele já havia acionado processos de reintegração de posse junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para promover a expulsão de acampamentos de famílias sem-terra em propriedades que supostamente lhe pertenciam, na região de Miravânia, próximo a Januária, conforme noticiado pelo site da organização não governamental Cedefes (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva)²⁵. Processo este que teve um desfecho favorável ao dono de terras, culminando na destruição completa do acampamento por parte da polícia militar mineira²⁶.

Recentemente, o presidente eleito em 2018 chegou a declarar que: “no que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena”²⁷. Além disso, em seu discurso na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) culpou os indígenas e quilombolas pelos focos de incêndios que acometeram a Amazônia e o Pantanal, em setembro de 2020²⁸. Através de uma narrativa de criminalização destes povos, seu governo ajuda a promover o recrudescimento da violência fundiária, legitimando-a não só através do discurso, mas também por meio de retrocessos na legislação. A completa desidratação de órgãos como a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), antes responsável pela demarcação de terras junto às comunidades tradicionais que ocupam as margens do rio São Francisco, bem como a expulsão massiva e violenta da população ribeirinha destas áreas, conforme analisou Anaya *et al.* (2020) em artigo recente, é um dos exemplos.

O controle territorial exercido até os dias atuais pelos grandes proprietários de terra, remonta os tempos do coronelismo da primeira metade do século XX no Norte de Minas, tema explorado no primeiro capítulo desta dissertação. Em sua versão atualizada, é

²⁵<https://www.cedefes.org.br/tjmg-manda-despejar-ocupacao-de-19-anos-em-miravania-no-norte-de-minas-injustica-que-clama-aos-ceus/>. Acesso em: 11/11/2020

²⁶<https://resistenciacamponesa.com/wp-content/uploads/2019/07/PM-de-Janu%C3%A1ria-faz-terros-contra-fam%C3%ADlias-camponesasCOR.pdf>Acesso em: 11/11/2020

²⁷<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>Acesso em: 11/11/2020

²⁸<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/09/24/sem-provas-bolsonaro-volta-a-culpar-indios-por-fogo-salles-ve-perseguido.htm>. Acesso em: 11/11/2020

possível perceber que o domínio econômico e político dos “coronéis” extrapola os limites do latifúndio e espraia pelo comércio e serviços dos centros urbanos das cidades, com vistas à obtenção de lucro não só por meio da produção agropecuária nas fazendas, mas também do monopólio do comércio nos centros urbanos.

A minha estadia na cidade de Januária naquele fatídico mês em que o atraso das chuvas causava uma angústia generalizada²⁹, foi de apenas três ou quatro dias. Se meu objetivo ali parecia apenas apresentar-me na sede do IEF, no horário marcado para a visita ao PEVP, as observações que fiz na incursão pela cidade, me permitiam também captar as transformações recentes no centro urbano à luz dos processos que ocorriam não muito longe dali, no Vale do rio Peruaçu, zona rural do município.

Minha caminhada pela cidade finalizou quando adentrei a simpática casa em estilo colonial, onde funciona a sede do IEF, em Januária. Nessa hora, o intenso calor dissipou-se automaticamente por contado resfriamento artificial de ar no interior do escritório. Ali encontrei-me com o chefe do PEVP e partimos em sua caminhonete rumo ao nosso destino. A distância que percorremos de carro da cidade até a entrada do Parque foi de aproximadamente 80 quilômetros, e o tempo da viagem foi sendo preenchido pelas histórias que ele foi gentilmente contando-me acerca do processo de criação do Parque e dos eventos anteriores à consolidação da UC, com a chegada das empresas de reflorestamento em meados da década de 1970.

História recente das cabeceiras

A chapada onde estão situadas as nascentes do rio Peruaçu fazem parte de um complexo regional pertencente ao *gerais*, planaltos que se estendem desde o Oeste e Noroeste de Minas Gerais até ao Piauí e ao Maranhão (ROSA, 2003, p. 40). Seu substrato pedológico é constituído de coberturas areníticas tabulares, e a característica arenosa dos solos faz

²⁹Como já mencionado anteriormente, no município de Januária as chuvas são esperadas entre os meses de novembro a março. No mês de janeiro de 2020, havia uma preocupação por parte dos agricultores em relação ao atraso nas chuvas, que até então não havia caído satisfatoriamente. Naquele ano, as chuvas ocorreram entre o final de janeiro/2020 e abril/ 2020. Mesmo com esse considerável “atraso”, o índice de pluviosidade se manteve dentro da média anual. (INMET)

com sejam extremamente propícios à infiltração da água. De acordo com Melo (1997), os topos destes planaltos funcionam como verdadeiras áreas de recarga dos aquíferos cretáceos, e as veredas representam zonas de descarga dessa água, mantendo a perenidade dos córregos e rios que delas dependem (*idem*). O domínio fitogeográfico predominante no Parque Estadual Veredas do Peruaçu é o do Cerrado, com variações entre diferentes subsistemas específicos, como o cerradão, as veredas e a campina, além da presença de parte da Caatinga (IEF, 2020).

Vencidos os 80 quilômetros de estrada pavimentada que separavam a cidade de Januária à entrada do PEVP, adentramos a área protegida junto ao único veículo capaz de atravessar os densos blocos de areia que se formam nas estradas de terra no interior do Parque – uma caminhonete com tração 4x4. As estradas pareciam ser a única interferência humana na paisagem rara e bucólica de um Cerrado “em pé”. O alto grau de preservação do ambiente surpreendia a mim e aos dois colegas que haviam gentilmente aceitado acompanhar-me na expedição: uma amiga e professora de geografia, de Januária, e outro amigo, atuante no Centro de Artesanato da cidade. Do volante do carro, nosso guia e gerente do Parque, chamava a atenção para as pegadas de animais de grande porte, que ali apresentam-se com frequência, como os veados e as antas. Ele mostrava-se preocupado com o grave prejuízo causado à dessedentação dos animais em função da gradativa seca de veredas e rios na região.³⁰

Ao passo que cortávamos a estrada de terra a fim de chegar ao exato local onde antes estava localizada a nascente do Peruaçu, ele apontava para os pontos do rio que já haviam secado completamente, além de nos informar sobre outros rios próximos que também haviam sucumbido, como o Riacho da Cruz, circunvizinho ao Peruaçu. Para a nossa surpresa, a área protegida encontrava-se praticamente destituída de água, não fosse a presença de duas lagoas também em vias de desaparecimento (dada a baixa vazão de água), a lagoa do Jatobá e a lagoa Azul. Minhas expectativas para encontrar vestígios do rio Peruaçu foram aos poucos se desfazendo. Ao passo que a visita se desenrolava, o imaginário construído a partir das descrições que os moradores de Fabião I faziam quando

³⁰ De acordo com Ferreira *et al* (2011), “o PEVP abriga uma rica comunidade de mamíferos de médio e grande porte, altamente representativa dos domínios do Cerrado. Algumas espécies possuem até populações significativas que podem servir de fonte para a colonização de outras áreas, como é o caso do gato-do-mato pequeno e, provavelmente da anta, ambas espécies mundialmente ameaçadas de extinção. Entretanto, tal riqueza encontra-se ameaçada, uma vez que áreas adjacentes ao PEVP que hoje servem de habitat para a mastofauna não se encontram protegidas e tendem a desaparecer em um futuro próximo.” (FERREIRA *et al.*, 2011, p. 11)

relembavam do lugar onde se situam as cabeceiras do Peruaçu, outrora considerado um verdadeiro oásis, ia sendo substituído pelo sentimento de angústia e preocupação. As águas enquanto miragem.

Em um dado momento do percurso, descemos do veículo por orientação do nosso condutor. Havíamos chegado à nascente da Vereda do Peruaçu, o ponto exato onde antes estava localizada a nascente do rio Peruaçu, um local similar a todos os outros ali: completamente destituído de água. A partir disso passamos a percorrer de carro o que era considerada a margem direita do rio. Todos os seus pontos encontravam-se secos. Ainda que numerosos buritis permanecessem ainda de pé – indicando que alguma água restara nas profundezas do lençol freático - suas folhas encontravam-se todas decaídas, e aguardavam o derradeiro momento de tombarem definitivamente seus enormes troncos no chão.



A



B

Prancha 1: Lagoa Jatobá, uma das únicas lagoas restantes no interior do PEVP, ainda assim apresentava vazão muito inferior ao normal, com cerca de apenas 1 metro de profundidade. (A); Imagem do incêndio em uma vereda no interior do PEVP. O solo fumegante expunha uma densa camada de areia, característica que propicia a propagação do fogo (B). Acervo pessoal, janeiro/2020

A margem esquerda do rio não está nos limites internos da área de proteção da unidade de conservação, conforme me explicara o gerente: “*O Peruaçu protegeu só a margem direita, o parque estadual, aí a margem esquerda é essa área que tá sendo invadida*”. A “invasão” a qual ele referia-se ficou melhor explicitada quando cruzamos de carro um pequeno incêndio provocado, segundo ele, por uma ação “criminosa”. Apesar das tentativas conjuntas de conter o fogo, os órgãos ambientais IEF e ICMBIO não haviam logrado suprimi-lo por completo, pois o fogo havia se alastrado por entre o solo turfoso da vereda³¹. O incêndio não aparecia no formato de chamas, mas na forte fumaça que dissipava do chão e subia pelos ares. O motivo da queimada, segundo ele, era a tentativa de alguns posseiros apropriarem-se da área com a finalidade de fazer “caçadas”, o que era terminantemente proibido na área protegida.

Percorremos o local da queimada na caminhonete do IEF com um certo ar de espanto e incerteza acerca do que vinha ocorrendo. Em um dado momento, quando tentávamos transpor de carro uma parte da vereda que queimava, fomos impedidos por uma cerca de arame farpado instalada com a aparente finalidade de demarcação de propriedade. Nosso condutor então desceu da caminhonete e retirou as cercas, derrubando-as e deixando-as soltas no chão. De acordo com sua narrativa, o fogo representava simplesmente uma atitude “criminosa” e “provocativa” contra a autoridade institucional que regia aquela área protegida.

No entanto, ao passo que percorríamos o local da queimada percebemos que haviam sido cultivados alguns poucos hectares de feijão sob o solo que fumegava, sendo a vereda uma das poucas áreas propícias para o cultivo agrícola naquele contexto em que prevalecem solos arenosos³². Nas adjacências da cerca de arame recém instalada, configurava-se, portanto, uma pequena roça com alimentos recém plantadas, indicando que o fogo havia

³¹ De acordo com Maillard *et al.* (2009): “incêndios em veredas podem perdurar por vários dias ou semanas e serem extremamente complexos em seu combate. As chamas podem atingir alturas de vinte metros e consumirem as copas mais altas, lambendo as palmeiras buriti. Em sua atuação subterrânea, o fogo, supostamente controlado pode ressurgir alguns dias após sua aparente extinção e continuar seu papel destruidor. A gravidade e a profundidade da penetração da queima no solo dependem notadamente da espessura do húmus, da velocidade da propagação (fogos mais lentos atingem temperaturas mais altas e são mais prejudiciais aos solos) e da profundidade do aquífero (*Ibidem*, p. 323).

³² Os solos das chapadas onde estão presentes a formação das veredas, são, em geral, constituídos de rochas areníticas e caracterizados pela predominância de areia, o que os torna pouco propícios ao cultivo agrícola. Por isso, em muitas destas regiões, a maior parte das atividades de agricultores familiares são desenvolvidas em áreas próximas a cursos d’água, em especial nas veredas (brejos ou buritizais), por serem geralmente as únicas fontes de água perene a céu aberto e por apresentarem menor incidência de areia grossa em favor de um solo mais argiloso (MELO, 1997; BORGES *et al.*, 2016).

sido empregado em circunstancia de um trabalho agrícola³³. A (s) pessoa (s) responsável pelo cultivo fugiu assim que ouviu o ruído da caminhonete, abandonando uma bacia de plástico com ferramentas no meio do caminho, temendo uma possível punição que pudesse sofrer por provocar queimadas em uma área de proteção ambiental.

A partir dessa cena foi possível levantar a hipótese de que havia um clima de disputa de terras nas adjacências do PEVP, cujo limite de demarcação seria exatamente o rio Peruaçu - ou os sulcos secos que dele restaram. Segundo o gestor que nos conduzia naquela visita, toda a margem esquerda do rio teria ficado para fora da demarcação do Parque na ocasião de sua criação, devido à falta de planejamento dos órgãos responsáveis pela regularização da unidade de conservação. Esse desconhecimento tem custos altos como os indicados aqui que poderiam ter sido evitados, por exemplo, através da criação de uma zona tampão. Atualmente esse terreno é alvo de “invasões” por parte de posseiros que o gestor qualificou genericamente como “caçadores”.

Antes de adentrarmos mais especificamente no tema das disputas fundiárias que marcam o alto curso do rio Peruaçu, e que considero um importante elemento de análise em nosso contexto de estudos, pretendo mobilizar parte da história da chegada das empresas de reflorestamento ao local a partir da década de 1970. Esta história compõe, em certa medida, o pano de fundo dos atuais embates entre posseiros e órgão ambiental. Posteriormente, retornaremos à cena do incêndio para determo-nos sobre o significado discursivo do “fogo” na disputa pelo controle territorial nas cabeceiras do Peruaçu.

Conforme explicitamos na Parte I da dissertação, a época das fazendas de gado que vigorou no norte de Minas até meados do século XX, foi fortemente marcada pelas relações de favor entre agregados e donos de fazenda. As fazendas estavam geralmente dispostas nas áreas de mata, próximas aos cursos d’água. O alto das chapadas, por sua vez, além de serem frequentemente utilizados para a caça e coleta de frutos, também era

³³ É provável que o agricultor estivesse esperando pela chuva que estava prevista para os próximos dias, que faria com o calor provocado pelo fogo subterrâneo fosse amenizado e permitiria o sucesso da brota. De fato, no dia seguinte ao da minha visita ao PEVP, dia 21/01, a precipitação esperada para aquela semana se concretizou. (INMET, 2020).

ocupada por camponeses que não se submetiam aos mandos de fazendeiros locais. Restava a eles, portanto, ocuparem os sertões mais longínquos, nos quais as beiras de veredas forneciam as melhores condições para o plantio e criação. Regime que funcionou paralelamente ao regime das fazendas (DAYRELL, 1998). “Nesse travessão aí de chapada era tudo sem dono, só em beira de Vereda encontrava morador” (RIBEIRO, 2005).

Mais recentemente, a chapada do rio Peruaçu passou a ser alvo dos incentivos fiscais para a modernização agrícola que se expandiu na região do semiárido brasileiro a partir da década de 1960. Nessa época é verificada uma maior abertura do Brasil para os investimentos externos. Em face a isso, no ano de 1963, a região Norte de Minas Gerais, inserida no chamado polígono da seca³⁴, é incorporada a área de atuação da SUDENE³⁵ sob o objetivo de conduzir a região ao desenvolvimento econômico. Seu “atraso” em relação ao Centro-sul do país, que na época apresentava-se em franca expansão industrial, configurava um entrave ao “pleno desenvolvimento nacional”.

Era comum atribuir a debilidade econômica do Norte de Minas e do Nordeste do país às condições “naturais” que marcam o semiárido brasileiro. Tal discurso por muito tempo ajudou a fomentar a chamada “indústria da seca”, conjunto de artifícios utilizados pela elite nordestina para obter recursos públicos em nome do combate à escassez hídrica. Na prática, a utilização destes recursos se dava em benefício particular de fazendeiros e políticos da região (BRITO, 2006).

O economista Celso Furtado, idealizador da SUDENE, era um dos que denunciava o problema brasileiro de “excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” (BRITO, 2006, p. 32). Ao perceber que “os problemas mais graves

³⁴ O Polígono das Secas se refere a uma divisão regional realizada em termos político-administrativo e que não corresponde, única e exclusivamente, à zona semiárida, pois apresenta diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, indo desde áreas com características estritamente de seca, com paisagem típica de semideserto a áreas com balanço hídrico positivo (CODEVASF, 2007 apud MUNGAI, 2008).

³⁵ A criação da SUDENE, na década de 1950, tornou-se possível a partir de um planejamento construído pelo economista Celso Furtado (1920/2004), uma referência nas discussões acerca do desenvolvimento nacional, o qual foi também o primeiro superintendente daquela instituição, cujo objetivo primeiro foi criar uma forma de intervenção governamental que pudesse promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste. Assim, o primeiro desafio foi identificar o espaço definido como Nordeste, chegando-se aos seguintes locais: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Quantificando a região de abrangência da SUDENE, na década de 1980, compreendia-se um total de 18,4% do território nacional, abrigando cerca de 35 milhões de habitantes, correspondendo a aproximadamente 30% da população brasileira.

não são os de natureza econômica, e sim social, ligados a estrutura de poder” (*idem*), Furtado encabeça aquilo que considerava uma mudança estrutural na política de desenvolvimento do país.

Quando é deflagrado o golpe militar de 1964, Celso Furtado deixa o país e com isso a SUDENE sofre uma mudança de perspectiva em direção a ações de valorização do grande capital através da facilitação a aquisição de terras na região do semiárido, tanto com finalidades produtivas quanto especulativas. Isso passou a ocorrer através dos incentivos fiscais e creditícios proporcionados pela SUDENE, em grande parte voltados para a agropecuária, a irrigação de monoculturas e o chamado *reflorestamento* (BRITO, 2006).

Além da atuação da SUDENE, o vale do rio São Francisco passa a contar com a atuação da CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco³⁶. Juntos, os dois órgãos passaram a cumprir com a função de planejamento dos programas de incentivos fiscais e financeiros, sob o objetivo de incorporar o Norte de Minas, região “subdesenvolvida”, ao crescimento econômico experimentado pelo sul e sudeste desde a década de 1940 (ANAYA, 2012). Cumpre ressaltar que o slogan do desenvolvimento e a promessa de superação da condição de “atraso” consistiam nas principais bandeiras dos governos da época, de Getúlio Vargas, passando por Juscelino Kubitschek, cujo mandato vigorou de 1956 a janeiro de 1961, até os governos militares, a partir do golpe de 1964, até 1985.

A fim de promover articulações junto ao projeto desenvolvimentista que se dava a nível regional, o governo do estado de Minas cria a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), em 1966. Seu intuito era de articular uma ação de intervenção sobre terras consideradas devolutas “praticamente inexploradas, no norte de Minas Gerais e, de modo específico, das terras da Jaíba e das vastas planícies dos chamados ‘campos cerrados’” (NOGUEIRA, 2009). O objetivo principal da Ruralminas era o de representar o Estado na legitimação da propriedade, uso e reintegração de posse e discriminação de terras devolutas de Minas Gerais – conforme as determinações do Estatuto da Terra, promulgado quatro anos antes (*ibidem*).

³⁶ Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, criada em 1948, junto à previsão de um plano de aproveitamento das potencialidades da Bacia do Rio São Francisco para a integração do desenvolvimento socioeconômico do país.

A chegada das “firmas” ao Norte de Minas a partir da década de 1970, evento sempre presente nos relatos de moradores locais, representou, literalmente, um verdadeiro divisor de águas na vida da população. Mudanças substanciais na forma como estava formatada a divisão social do trabalho e também na relação homem-natureza, em especial com o uso da água, são alguns dos motivos para a relevância das transformações histórico-sociais dessa época³⁷.

No começo do tempo das firmas havia uma grande promessa de crescimento econômico para a região. Dizia-se que chegaria o progresso, prometia-se emprego para toda a família, muitos se animaram com a possibilidade de acessar melhor qualidade de vida através do emprego junto às reflorestadoras (NOGUEIRA, 2009). Algumas das representações que a imagem de progresso e econômico que as “firmas” geraram nas populações do norte de Minas foram capturadas pelo trabalho etnográfico de Eduardo Ribeiro:

Quando essas firmas chegaram para cá, elas entenderam de comprar foi primeiro essas terras de gerais, terras de chapada. O homem mais esclarecido da região ficou entusiasmado quando viu passar aquele bando de trator, aquela esperança de desenvolvimento! Não tinha nem ideia... (CORREIA, 2010, p. 51)

Aos poucos, a conta começou a chegar para os moradores dessas regiões. Aqueles que não tinham o documento legal da terra (a grande maioria da população) foram sumariamente expulsos das terras, sob o argumento de que ocupavam terras devolutas que pertenciam à União. Esse argumento estava amparado pela Lei de Terras de 1850, que passou a definir que terras sem titulação pertenciam à União, e a posse só poderia se processar a partir da compra. Apesar de prever o uso de áreas comuns, os custos para a regularização destas áreas são de responsabilidade dos posseiros. Assim, as dificuldades

³⁷ De acordo com o Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental produzido pela Fiocruz: “Em diversas comunidades rurais do Norte de Minas Gerais – como, por exemplo, as do município de Rio Pardo de Minas (Curral Novo, Murzelo, Água Boa II, Vereda Funda), São João do Paraíso, e Indaiabira (Roçado e Buquém) – sofrem com a violência, a desestruturação dos sistemas produtivos e a desagregação social e cultural causadas por empresas que praticaram ou ainda praticam, sobretudo, a monocultura do eucalipto. Os conflitos remontam às décadas de 1970 e 1980 e permanecem não resolvidos até hoje. Naquela época, instalaram-se no norte de Minas Gerais aproximadamente 20 empresas – entre elas: Energética Florestal, Rio Rancho, Rima Industrial, Replasa Reflorestadora, Suzano Bahia Sul Papel e Celulose, Florestamento de Minas Gerais S.A. – Florestaminas e GERDAU S.A, todas beneficiárias de incentivos fiscais para desenvolverem agricultura irrigada, monocultura de grãos, de eucalipto e carvoejamento”. Site: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-findo-o-prazo-de-concessao-de-terras-devolutas-do-estado-empresas-monocultoras-de-eucalipto-mobilizam-trabalhadores-rurais-e-comunidades-tradicionais-pela-titulacao-de-terras-que-se-voltem-ao-ex/>. Acesso em 17/12/2020

de ordem financeira e jurídica impediram a posse efetiva da terra por parte de grande parte campesinato brasileiro.

Posteriormente, a Lei de Terras foi reforçada pelo Estatuto da Terra, promulgado em 1964 – “que criou os instrumentos conceituais e institucionais necessários para que o Estado efetivasse a incorporação das terras devolutas ao seu patrimônio” (NOGUEIRA, 2009, p. 150). Soma-se a estes dois marcos jurídicos, os incentivos fiscais oferecidos para empresas de reflorestamento e fazendeiros locais para a produção do agronegócio, conforme já mencionamos. O resultado foi um longo processo de desterritorialização de populações camponesas do norte, noroeste e vale do Jequitinhonha mineiros, o qual foi já diversamente documentado e analisado por pesquisadores brasileiros (NOGUEIRA 2009; MEYER; 2015; COSTA, 2017; BRITO, 2006).

O fenômeno da massiva desterritorialização de trabalhadores do campo a partir da chegada das reflorestadoras, também é facilmente verificável em diálogos junto aos atores em nosso contexto de investigação. O relato a seguir me foi concedido durante entrevista junto a um morador de Januária e ex-funcionário do IEF: *“os fazendeiros dava qualquer papel pra eles (posseiros) assinarem, oferecia cachaça de graça e pegava assinatura de todo mundo. Tem empresa que quando ela foi fazer a reserva legal, ela levou o documento e era tudo recibozinho, feito em folha de caderno. Assim eles compravam a terrinha de um e de outro e grilavam mais uma outra parte grande”*. Um relato similar pode ser encontrado na obra de Eduardo Ribeiro, em que uma liderança sindical afirma que:

Essas reflorestadoras, quase todas elas, se estabeleceram em cima de terras comuns, em cima de terra de comunidade, de terra solta, como a turma diz; devoluta. Terra que a comunidade usava ali em conjunto, não tomava conta de legalizar. Aí, morria o pai, o avô, e ia ficando a terra no comum dos descendentes. (CORREIA, 2010, p. 52)

Por um lado, a política de concessão e arrendamento de terras devolutas a “preços simbólicos” realizada pela Ruralminas em nome do governo do estado, incentivou a expansão dos maciços de eucalipto - produto extremamente requisitado para o atendimento à indústria de celulose e produção de carvão mineral (BRITO, 2006) - e, por outro, “reduziu o risco dos investimentos a praticamente zero e viabilizou a apropriação de enormes áreas nas regiões do Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha (NOGUEIRA, 2009). “As firmas apresentavam um projeto de reflorestamento ou exploração

agropecuária pela área que tinham. Quanto maior a área, mais financiamento, mais poder político” (CORREIA, 2010, p. 52).

O desmatamento das áreas de interesse para o plantio se dava pelo procedimento do “correntão”, uma prática eficaz em derrubar toda a vegetação nativa para que fosse completamente carburada, retirando inclusive a raiz. Assim, preparava-se o terreno para receber as sementes forasteiras, sem que se aproveitasse em nada a vegetação original. As consequências imediatas da completa supressão da mata nativa passavam entre outros efeitos, pela brusca diminuição da disponibilidade de fauna para caça e pela diminuição da vazão dos rios e a alteração significativa do regime hídrico.

A expansão do crédito agrícola que assinala toda a década de 1970 apresenta uma retração no final da década seguinte, entre os anos de 1988 e 1989, devido a recessão vivida pelo Brasil nesse período, em parte resultante da estagnação econômica dos países industrializados. “Como desencadeamento da crise econômica e da estagnação do setor agrícola, a produção de máquinas, equipamentos, fertilizantes e agrotóxicos também sofre uma queda, gerando ociosidade e fechamento de fábricas” (ANAYA, 2012, p. 104). Nesse contexto de contração de crédito para o setor, muitas empresas rurais abandonam as atividades de reflorestamento, carvoejamento e mesmo suas propriedades. O fim dos incentivos ao setor e a desconcentração dos plantios homogêneos no Noroeste e Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, provocou uma nova expansão na direção da região Metalúrgica do estado:

Isso porque, como se pode notar, a dinâmica territorial dos plantios homogêneos em Minas Gerais, com a exceção do período de fortes incentivos governamentais sobre o setor, tendeu a acompanhar, por razões logísticas, a indústria - sobretudo, a indústria siderúrgica, bastante proeminente no estado e a maior consumidora de carvão vegetal. Desse modo, é que, hoje, os plantios homogêneos de eucalipto e pinus em Minas Gerais apresentam uma maior concentração na região central do estado, não obstante se espalhe também por várias outras, como resultado das sucessivas ondas de expansão e redirecionamento do setor. (NOGUEIRA, 2009, p. 140)

O arrefecimento da indústria do eucalipto no final da década de 1980 fez com que as empresas detentoras do crédito rural abandonassem os terrenos, outrora cercados e tomados por meio de violência ou irregularidade jurídica dos posseiros que ali residiam.

Mas não foi só o fim do incentivo que fez com que houvesse um massivo abandono das áreas. Havia aqueles casos também em que o detentor do crédito “*pegava o dinheiro e não investia na região... montava usina de beneficiamento de soja lá em Uberlândia, montava usinas de açúcar lá em Piracicaba. Qualquer pessoa que quisesse poderia chegar e “plantar eucalipto”, mas as pessoas não plantavam direito, pegavam o incentivo e sumiam*” (entrevista concedida pelo gerente do IEF, janeiro de 2020).

Este processo que aqui chamamos atenção pode parecer específico do contexto do vale do Peruaçu, no entanto esta e outras manifestações do capitalismo rentista em Minas Gerais não estão desvinculadas da lógica globalizada de produção de *commodities*. Segundo Costa (2017), as ações coordenadas pela Ruralminas, bem como as políticas promovidas pela SUDENE “nos revelam que o processo de apropriação privada das terras foi estimulado pelas políticas estatais, levando-nos inclusive a concluir, que a Ruralminas, foi instituída com esse propósito. Convergindo com a velha prática estatal de legitimação da grilagem de terras” (COSTA, 2017, p. 237).

Na chapada do Peruaçu, os trabalhos para a produção de eucalipto tiveram início em 1979 pela empresa Perfil. No entanto, o cultivo ali não se desenvolveu como esperavam os empresários, o que culminou na aquisição das terras da Perfil pela empresa Peruaçu Florestal S.A. no ano de 1983. A Peruaçu Florestal S.A. era na realidade uma empresa vinculada à Siderúrgica Ita-Min Ltda. de Sete Lagoas (GOMES, 2006, p. 29). Em entrevista com o gerente do PEVP, ele relatou que o corte do eucalipto se deu entre os anos de 1990 e 1992, e após este primeiro e único corte a cultura ficou em total abandono.

Nessa época, meados da década de 1990, já existia uma grande preocupação por parte de pesquisadores ligados à geologia e à arqueologia, em instituir junto ao Estado uma unidade de conservação integral na região das cavernas do Peruaçu, local que abriga inestimáveis formações calcárias e registros pré-históricos em seus paredões. A APA Cavernas do Peruaçu, unidade de conservação que abrange toda a bacia do rio Peruaçu, já havia sido criada em 1989 (ICMbio)³⁸, sob a categoria “uso sustentável”.

³⁸ De acordo com Mungai (2008) a criação de uma unidade de conservação na categoria “uso sustentável” ao longo de toda a bacia do Peruaçu, a Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu, se deu em função da urgência em proteger aquela região que já havia sido identificada por pesquisadores das áreas da geologia e arqueologia como uma área prioritária para a proteção. Nesse sentido, a criação de uma área de preservação de uso sustentável não obrigaria a desapropriação das famílias de seu interior como no caso de uma unidade de conservação de proteção integral e poderia ser concretizada sem as muitas burocracias que envolvem a desapropriação de terras.

O IEF então iniciou os preparativos para a criação do que seria um parque estadual para a região das cavernas do Peruaçu, uma unidade de conservação integral que garantiria maior controle sobre aquela região. No entanto, no meio do processo esbarraram em um entrave jurídico: os recursos provenientes da criação da referida UC viriam diretamente da empresa Fiat automóveis, por meio de multa ambiental que contraíra junto à União e, portanto, a gestão da unidade de conservação deveria ser feita por órgão federal, e não estadual. Dessa forma, ficou o IBAMA encarregado da demarcação e gestão daquele território que viria a ser o atual o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, criado no ano de 1999.

Ao IEF-MG coube a criação de uma unidade de conservação na parte alta do rio, sob o argumento de que proteger as nascentes do Peruaçu significaria proteger também a região das grutas e cavernas, situadas no médio curso do rio. A criação se deu também por meio de compensação ambiental proveniente do projeto Jaíba, o maior projeto de irrigação da América Latina:

Com o empenho do Estado em expandir e consolidar o projeto Jaíba para a etapa II, durante o processo de licenciamento ambiental, a Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA) junto ao IEF propôs ao Conselho de Políticas Ambientais 193 (COPAM) um Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba (SAP) com objetivo de preservar pequenos fragmentos de Mata Seca na região (AMDA, Revista Ambiente, 2009, p. 6). Assim, o COPAM determinou através do processo nº 339/01/97 a criação de um SAP constituído por sete unidades de proteção integrais – UPI's, somando mais de 91 mil hectares e duas unidades de uso sustentável – UUS (ANAYA, 2012, p. 192).

O Parque Estadual Veredas do Peruaçu foi criado por meio do Decreto nº 36.070 de 27 de setembro de 1994, com uma área total de 31.552.59.38ha, com a maior parte do terreno advindo da Ruralminas e da empresa Peruaçu Florestal. Segundo entrevista com o gerente do Parque, a empresa de reflorestamento Peruaçu Florestal (Ita Min) detinha mais ou menos 5.700 hectares “de documento” e outros 25.000 hectares de “arrendamento” da Ruralminas, que somam quase 31.000 hectares, a área atual do Parque. A Ruralminas foi a principal responsável pela regularização fundiária de toda a área da unidade de conservação, como discriminado no decreto de criação do Parque:

Art. 5º - A Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS fica autorizada a proceder à discriminação administrativa ou judicial da área objeto deste Decreto, para caracterização do domínio respectivo.

Parágrafo único - Os recursos para o cumprimento, pela RURALMINAS, do disposto neste artigo serão previstos em Convênio a ser celebrado entre a mencionada Fundação e o Instituto Estadual de Florestas – IEF. (IEF, 2020)

Pouco tempo depois da criação do PEVP houve uma intensa mobilização dos atores institucionais para a ampliação da área, episódio já mencionado em pesquisas anteriores (MUNGAI, 2008). De acordo com o gerente da UC, se concretizada a ampliação, a área do Parque passaria de 31 mil para 150 mil hectares, um considerável aumento se comparado ao seu tamanho original. Tal mobilização estava assentada em dois principais aspectos: de um lado, o desejo de atores ligados aos órgãos ambientais em garantir maior efetividade na proteção do rio Peruaçu – cuja margem esquerda teria ficado, até os dias atuais, para fora da demarcação da UC³⁹. E, de outro, o fato de o terreno adjacente ao Parque corresponder a uma “terra devoluta”, pertencente ao estado, o que “facilitaria” o processo de regularização da área a ser incorporada. Ficaria a Ruralminas responsável por dar início aos trâmites legais para a regularização fundiária.

No entanto, a aparente facilidade com que dar-se-ia a incorporação do extenso terreno de 120 mil hectares ao domínio do IEF (área que corresponde a quatro vezes o tamanho do PEVP) foi logo transformada em um jogo burocrático difícil de ser superado. O processo para a ampliação da UC esbarrou em interesses particulares, que foram decisivos para impedirem a sua concretização. Segundo relatos de funcionários do IEF, o terreno de 120 mil hectares pertence a um grupo de sócios que ainda nos tempos do eucalipto fundaram ali a chamada “Fazenda Buriti”, responsável pela produção de eucalipto e pela instalação

³⁹ Ver, por exemplo, o artigo publicado por Ferreira et al (2011) na edição 2 da revista MG Biota –IEF, em que os autores advogam pela elaboração de estratégias que assegurem maior efetividade na proteção da área: “Duas estratégias complementares podem ser executadas no que diz respeito à manutenção da biodiversidade local. Estas estratégias de conservação abrangem os dois extremos de propriedades rurais existentes no entorno da UC em questão. A primeira delas é a ampliação do PEVP em áreas estratégicas – grandes fragmentos de veredas e cerrados da nascente e margem esquerda do rio Peruaçu – abarcando grandes propriedades (>1.000 ha) de fins especulativos, com baixa ou nenhuma ocupação humana. A segunda estratégia, que diz respeito às áreas de ocupação humana, consiste em incentivar os pequenos proprietários a manter e/ou recuperar áreas de vegetação nativa, por exemplo, através do pagamento por serviços ambientais. Desta forma a manutenção em longo prazo de grandes áreas de vegetação nativa, assim como dos recursos hídricos, estaria assegurada.” (FERREIRA *et al.*, 2011, p. 12)

de carvoarias na região. O procedimento através do qual o terreno foi adquirido encontra-se em suspeição e foi diversas vezes criticado por funcionários do IEF:

A fazenda “esquentou” um documento de 120 mil hectares de área, que é ali a margem esquerda do Peruaçu, que é a cabeceira do Peruaçu, onde estão os eucaliptos hoje. Tudo ali chamava “Fazenda Buriti”. 120.000 hectares. Ai eles ‘criaram’ o documento, era terra devoluta... Até hoje a fazenda tem sede lá. São uns 5 ou 6 donos dessa área toda. Ai eles começaram a vender... Fizeram lotes e foram vendendo lotes menores. Mas até hoje tem uma quantidade enorme de terras lá. E as terras estão ai hoje... Eles são donos, mas eles não olham, não tem cerca e as pessoas continuam criando o gado solto ali dentro.

A despeito da comprovação se houve de fato irregularidades jurídicas na aquisição das terras por parte de empresas ligadas à agroindústria do eucalipto, pretendo aqui chamar a atenção para a extensão desta disputa fundiária até os dias atuais. De um lado, os atores ligados aos órgãos ambientais promovem tentativas de ampliação da área do Parque, a fim de garantir a proteção das nascentes do rio Peruaçu, bem como de suas veredas, ambiente que abriga grande biodiversidade de espécies do Cerrado. Nesse sentido, as queimadas enquanto símbolo máximo da generalizante “invasão”, aparecem subtraídas de seu conteúdo hierárquico e dos processos históricos que as envolvem. De outro lado, os “donos” da terra, que tiveram o título de propriedade legitimada pelo Estado ainda nos tempos da Ruralminas reiteram, por meio de procedimentos políticos-jurídicos, a legitimidade de sua propriedade, impedindo sua anexação à área de conservação ambiental. E por último, posseiros se veem no direito de ocupar uma parcela destas terras, de onde foram outrora expulsos, afim de exercerem as tradicionais atividades de criação de gado à solta e o cultivo de alimentos em veredas.

Diante disso, para seguir em nossas análises, partimos do pressuposto de que a ideia de um meio ambiente “protegido”, enquanto requisito para a necessária recuperação do rio Peruaçu, será incapaz de desvincular-se dos efeitos históricos da lógica de apropriação de terras do Norte de Minas Gerais e do Brasil.

As controvérsias da água

Até o ano de 1993, a área convertida em Parque Estadual Veredas do Peruaçu foi parcialmente utilizada pelos empreendimentos de reflorestamento e carvoaria, que vigoraram na região Norte de Minas entre as décadas de 1970 a 1990. Em grande parte da região onde estão localizadas as caberias do Peruaçu, a vegetação nativa havia sido suprimida para dar lugar àquelas atividades comerciais. A conversão da área em unidade de conservação, em 1994, fez com que as atividades econômicas fossem paralisadas e permitiu com que a vegetação típica do Cerrado iniciasse seu processo de regeneração. Em imagens de satélite tratadas por Pereira (2009), é possível identificar as áreas onde a vegetação foi suprimida, bem como seu estágio de regeneração até o ano 2007.

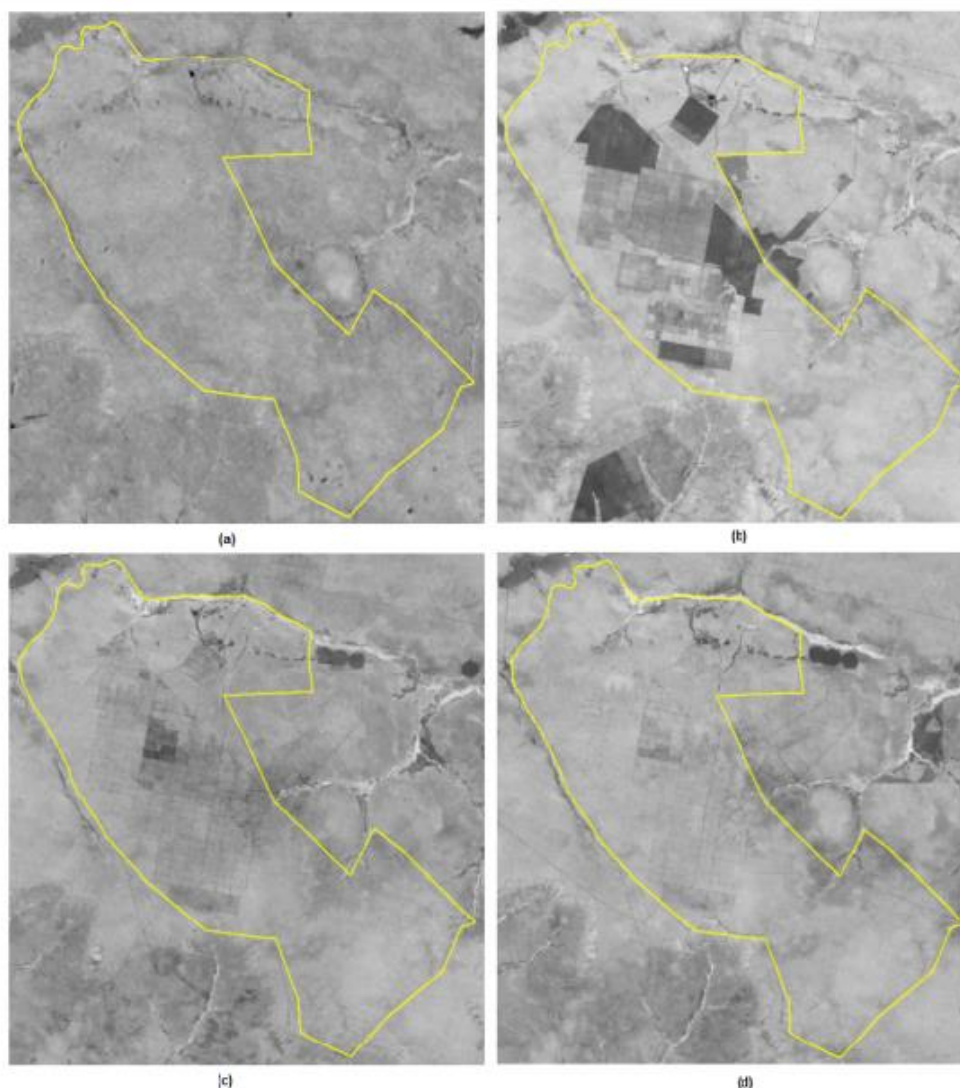


Figura 4: Imagens NDVI do PEVP. (a) Imagem MSS/Landsat1 NDVI de **Julho de 1973**. (b) Imagem TM/Landsat5 NDVI de **Julho de 1984**. (c) Imagem TM/Landsat5 NDVI de **Julho de 1996**. (d) Imagem TM/Landsat5 NDVI de **Julho de 2007**. O polígono em amarelo representa o PEVP. (PEREIRA, 2009, p. 30)

Ainda que parte das relações ecológicas tenham sido reestabelecidas ao longo do processo de regeneração do Cerrado (PEREIRA, 2009), o problema da escassez de água vem se agravando ano a ano. Conforme vem sendo discutido por Altair Sales Barbosa, o Cerrado teve perdas irreparáveis de sua biodiversidade ao longo desse amplo processo de degradação ocorrido nas últimas décadas, e seu equilíbrio ecológico foi irremediavelmente alterado (BARBOSA, 2014). Dessa forma, não é possível dizer que a regeneração daquela área possa sanar os problema já causados; inclusive no que tange ao regime hídrico. Em entrevista realizada em Janeiro de 2020, com um ex-funcionário do IEF, foi relatado que dentro da área do PEVP, onde o rio Peruaçu percorria cerca de

32 quilômetros, já não é possível encontrar água superficial desse rio. Apenas um de seus afluentes ainda permanece com água, o córrego Forquilha. Além disso, das 8 lagoas que antes existiam só duas permanecem com água.

O processo de seca das veredas do Norte de Minas ao longo dos últimos anos, vem sendo investigado por grupos diversos de pesquisadores, dentre eles o PELD - Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração intitulado “Colapso das Veredas no Sertão Mineiro: Efeitos Antrópicos Locais e Mudanças Climáticas Globais”⁴⁰, que conta com pesquisadores da Unimontes (Universidade Estadual de Montes Claros) e da UFMG. As pesquisas partem de uma grave constatação: a de que a seca das veredas vem resultando na seca de vários rios da região, dentre eles o Peruaçu. No caso deste rio em específico, uma característica que o diferencia dos demais é o fato de sua nascente estar localizada há mais ou menos 50 metros acima das nascentes dos demais rios, o que fez com que apresentasse sinais de exaustão precocemente. As nascentes e veredas que encontram-se em locais mais altos e que hoje estão completamente secas, são a prova de que o nível do aquífero freático está progressivamente diminuindo⁴¹.

Em [19]85, 86 a nascente começou a secar. A cada ano que passava a nascente descia um pouco. Começou com 200 m, depois 500 m, até chegar a 1 km por ano. Isso foi acontecendo... Hoje em dia não tem mais nascente, ninguém sabe onde é a nascente. Essa água que aparece hoje nele é água da chuva. Não tem mais água em lugar nenhum. Daqui onde estamos, onde era a nascente, até 65 km pra baixo, não tem água. Água tá subterrânea... Você deve achar água com uns 6, 7 m no Peruaçu hoje. (Relato do gestor do PEVP. Janeiro, 2020)

Augustin *et al.* (2015), pesquisadores da UFMG que se debruçaram sobre o contexto das veredas responsáveis pela origem e recarga do rio Peruaçu, levantaram a hipótese de que aquelas veredas sejam aquíferos suspensos, ou seja, uma espécie de nível freático local que se desconectou progressivamente do freático regional. Tal desligamento procedeu da

⁴⁰ Ver o site do PELD Veredas: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/ppgbot/peld/peld-apresentacao/>

⁴¹ Poços tubulares ao longo da bacia do rio Peruaçu, são apontados pelo pesquisador Walter Viana como um dos fatores que provavelmente motivaram o rebaixamento do lençol freático em toda a chapada. Os custos relativamente baixos para a instalação de poços irregulares, encoraja fazendeiros em geral a adotarem essa tecnologia em suas propriedades. Assim, os poços tubulares utilizados para o abastecimento de fazendas de gado a até mesmo grandes cidades da região, garantem o abastecimento ao longo de todo o ano, ao custo de consequências severas para o equilíbrio hidrológico regional. Viana deu início a uma pesquisa de doutorado acerca deste tema no ano de 2012, mas, até a conclusão da presente investigação sua tese não havia sido homologada e, por isso, não foi possível ter acesso ao texto original.

intensa dissecação promovida por dois rios adjacentes, o rio Pandeiros e o Cochá. Eles afirmam que “a ocorrência de níveis freáticos locais significa maior fragilidade na manutenção da água nessas depressões, uma vez que mesmo que o nível regional tenha plena recarga, ele não se encontra localmente disponível” (*Ibidem*, p. 376). Ainda segundo os autores, impactos antrópicos, ou mesmo naturais, podem ser fatais para estas veredas, o que sugere uma ameaça incontestável a manutenção dos ecossistemas e das comunidades que delas dependem para a sua sobrevivência. (*Ibidem*, p. 377)

As veredas são objeto de estudos de diversos pesquisadores brasileiros. Ainda que não haja um consenso sobre todos os aspectos as constituam, pode-se afirmar que tratam-se de ambientes alagadiços que decorrem do afloramento do lençol freático e estão geralmente acompanhadas da palmeira Buriti (*Mauritia flexuosa*) (MELO, 1997). Sua ocorrência se dá tipicamente nas áreas deprimidas das chapadas ocupadas por fluxo lento de água (AUGUSTIN *et al.*, 2009). Amplamente reconhecidas na região central do Brasil, as veredas carregam inestimável importância ecológica e cultural.

Silva e Maillard (2011) destacam ainda que o papel exercido pelas veredas enquanto um manancial de água, principalmente no período de escassez hídrica, não é proporcional à área que ocupam, por isso devastar alguns quilômetros quadrados dessa fitofisionomia equivale à destruição do equilíbrio de centenas de quilômetros quadrados de cerrado. Em contextos de extrema escassez de água, as veredas se apresentam muitas vezes como as únicas fontes perenes para utilização doméstica e práticas agrícolas das populações locais.

No âmbito do alto curso do rio Peruaçu, Silva e Maillard ressaltam que o grau de heterogeneidade do tipo de composição das veredas faz com que os critérios até então propostos para a definição destes ambientes sejam insuficientes para representar sua diversidade. Sendo assim, os autores propõem, a partir de uma série de características que variam principalmente conforme a disponibilidade hídrica e as propriedades hidrológicas do curso, a classificação de três tipos de veredas: “veredas de nascentes” ou “cabeceiras”, “veredas típicas” e “veredas de transição” ou “transição vereda/mata ciliar” (SILVA; MAILLARD, 2011. p. 35).

A vereda do Peruaçu, uma “vereda de cabeceira” localizada no interior do PEVP, era considerada a principal fonte responsável por promover a recarga do curso d’água que dali para frente percorreria cerca de 100 km, primeiro por entre rochas sedimentares areníticas do Grupo Urucuia e posteriormente sobre um terreno de rochas carbonáticas

do Grupo Bambuí, onde estão situadas as cavernas do Peruaçu. No ano de 2020, a abundância de águas que perfazia essa vereda havia deixado de ser uma realidade, e alguns buritis só permanecem vivos devido à disponibilidade de água subterrânea.

As profundas alterações espaciais sugeridas pela conversão de grandes áreas de chapada em empreendimentos do agronegócio e, por outro lado, o significado social e ambiental dos corpos hídricos ali presentes, justificam a urgência de investigações que levem em consideração toda a complexidade de fatores que envolvem as veredas do Peruaçu. Ainda que a região tenha contado com diferentes pesquisas ao longo dos últimos anos, elas trataram especialmente das características biológicas das veredas e da dinâmica de evolução do relevo que as envolve. Tais pesquisas encontram-se geralmente isoladas em seus diferentes campos de estudo e, ainda que tenham promovido contribuições extremamente relevantes ao tema, é urgente avançar em investigações de longo prazo, que se dediquem a compreender mais e melhor sua dinâmica e contexto espacial, bem como as relações de uso e ocupação do espaço com essas dinâmicas, num conjunto sistêmico de influências que envolvem as veredas e seu gradativo processo de seca.

As controvérsias do fogo

Conforme já mencionado anteriormente, parte do local onde estão localizadas as nascentes do rio Peruaçu, compreende uma unidade de conservação de proteção integral, o PEVP. A margem esquerda do rio, no entanto, ficou externa à demarcação do Parque. As irregularidades fundiárias que marcam a história daquela chapada, vem resultando em conflitos acerca do uso e ocupação das terras. Nesse sentido, um dos motivos frequentemente levantados pelos gestores ambientais para explicar a difícil recuperação das veredas e nascentes na chapada do Peruaçu, são os sucessivos focos de incêndio deflagrados no local, sobretudo no período da seca, quando praticamente não há chuvas nessa região e a probabilidade de o fogo se alastrar aumenta significativamente. No ano de 2017, um grande incêndio marcou profundamente os rumos que o rio Peruaçu tomaria

a partir de então⁴². Segundo o pesquisador Walter Viana, foi a partir desse período que o rio deixou de correr definitivamente na área protegida.

“Queimou de fevereiro de 2017 até janeiro de 2018, só parou de queimar quando começou a chover e o rio começou a correr de novo, aí encharcou a área e parou o fogo, mas aí já tinha queimado praticamente tudo... Aí aquela parte ali do rio Peruaçu acabou toda, só sobrou cinza. Foi a maior queimada que eu já vi na história.”

Como descrito no início deste subcapítulo, quando adentrei à área do PEVP e me deparei com o incêndio em uma vereda – expressado através da intensa fumaça sendo dissipada do solo – imaginava se o processo de seca das veredas seria mesmo um efeito dos focos de incêndio utilizados em atividades agrícolas, por “falta de conhecimento” ou por tentativa de “invasão” por parte de posseiros e agricultores locais – argumentos constantemente reproduzidos pelos atores ligados aos órgãos ambientais para explicar o generalizante “problema do fogo”, nas cabeceiras do rio Peruaçu. No entanto, foi preciso reconhecer que o fogo encarnava uma série de questões ainda mais complexas.

Nesse sentido, fez-se necessário qualificar os diferentes tipos de queimadas que compõe a realidade das áreas de chapada no Norte de Minas e em outras regiões do Brasil. Conforme vem sendo ressaltado por diversos autores, o fogo propriamente dito não representa uma incoerência do ponto de vista da manutenção dos ambientes de Cerrado. Ao contrário, se refere a uma técnica utilizada desde tempos remotos pelas populações indígenas e camponesas em suas atividades agrícolas (FAGUNDES, 2019; DAYRELL, 1998; BORGES *et al.*, 2016), e indispensável para a renovação das espécies vegetais do Cerrado:

Sem o fogo este bioma tende a adensar sua vegetação florestal em detrimento do estrato herbáceo (gramíneas e arbustos), onde se localiza cerca de quatro quintos de sua biodiversidade. Isso porque o fator de seleção provocado pelo fogo inibe o fechamento dos dosséis arbóreos, favorecendo o ambiente para espécies endêmicas dos estratos inferiores (FAGUNDES, 2019, p. 22).

⁴² Algumas reportagens sobre esse evento podem ser vistas em: <<http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2017/02/incendio-atinge-unidade-de-conservacao-do-peruacu-em-mg.html>> e <[https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8732-fogo-destroi-530-hectares-em-peruacu#:~:text=Bras%C3%ADlia%20\(23%2F02%2F2017,Cavernas%20do%20Perua%C3%A7u%2C%20em%20Minas.](https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8732-fogo-destroi-530-hectares-em-peruacu#:~:text=Bras%C3%ADlia%20(23%2F02%2F2017,Cavernas%20do%20Perua%C3%A7u%2C%20em%20Minas.)> Acesso em: 22/10/2020

Por isso, pesquisadores “têm chamado a atenção para o fato de que o futuro deste bioma depende da formulação de políticas que considerem o fogo como parte de seus ecossistemas, para além do exclusivismo do combate aos incêndios florestais” (*idem*). Além disso, como a maior parte das atividades agrícolas de pequenos produtores são tradicionalmente desenvolvidas em áreas próximas aos cursos d’água, em especial nas veredas (brejos ou buritizais), os conflitos socioambientais depreendidos daí vem forçando reavaliações acerca do modelo de gestão ambiental, pautado na completa restrição do fogo.

Nos últimos anos, ainda que o paradigma do “fogo zero” em unidades de conservação tenha sofrido uma mudança rumo à inclusão do fogo “manejado” enquanto parte do manejo ambiental (FAGUNDES, 2019), o fogo em veredas ainda é um grande tabu, por “serem geralmente queimadas de longa duração e com altas temperaturas, causando danos severos às turfeiras” (BORGES *et al.*, 2016, p. 276). Por esse e outros motivos, as veredas são “legalmente protegidas sob a categoria Área de Preservação Permanente (APP), e todo e qualquer uso é restrito e o uso do fogo proibido” (*Idem*).

Nesse sentido, Borges *et al.* (2016) realizaram estudos inovadores ao avaliarem os impactos ambientais do uso do fogo na agricultura de corte e queima em veredas da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (EESGT), uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral situada no Jalapão (TO)⁴³. Os autores acompanharam o trabalho de moradores locais no cultivo da chamada “roça de esgoto”, um tipo de agricultura que remonta à ocupação indígena no Jalapão e constitui atualmente a base do sistema agrícola local. Trata-se de “uma área cultivada em ambiente conhecido localmente como ‘pantâme’, ou brejo, que corresponde às veredas e/ou matas de galeria inundáveis” (*Ibidem*, p. 278). O manejo do fogo é feito de modo a controlar sua intensidade, para que não queime a turfa presente no solo. Isso porque, segundo os próprios agricultores “se o fogo atingir a turfa (causando incêndio subterrâneo), o solo pode ressecar e petrificar, inviabilizando a produção agrícola” (*Idem*). Algumas conclusões a que os autores puderam chegar em seu local de estudo, foram:

A prática do fogo em veredas para estabelecer roças não leva ao desmatamento em escala de paisagem, pelo contrário, favorece a cobertura vegetal arbórea

⁴³ Segundo os autores, “um Termo de Compromisso pioneiro, assinado em 2012 entre o ICMBio e as associação representante dos moradores que vivem dentro e ao redor da UC possibilitou a regulamentação do uso do fogo para atividades produtivas, bem como a realização de pesquisas sobre sistemas tradicionais de manejo de fogo” (BORGES *et al.*, 2016, p. 276).

após o abandono da atividade agrícola. De fato, a predominância da vegetação arbórea nas capoeiras de roça de esgoto, comprovadas através da análise de imagens de satélite, corrobora o conhecimento tradicional de que “o esgoto renova a terra”. Mas, as observações dos agricultores vão além: segundo eles, a roça de esgoto densifica a vegetação das veredas, “deixando uma mata mais densa do que antes do cultivo”. Portanto, é necessário que sejam realizadas pesquisas para avaliar a variedade de espécies que colonizam as áreas e formam essa cobertura arbórea nas veredas após atividades agrícolas manejadas com fogo (BORGES *et al.*, 2016, p. 289).

Assim, a drenagem de fundos de vales para o cultivo da “roça de esgoto”, como praticado pelos moradores do Jalapão, “é usual em regiões de savanas tropicais marcadas pela alternância entre estação seca e estação chuvosa, o que sugere que estas práticas são (ou eram) importantes no Cerrado, tanto em termos socioeconômicos quanto ambientais” (BORGES *et al.*, 2016, p. 290).

Os autores não descartam, por outro lado, o efeito devastador do cultivo e do fogo em veredas, mas este está geralmente associado aos casos de plantio permanente, “em extensas áreas mecanizadas, como ocorre com plantio comercial ou pastagens, que causam a compactação do solo, suprimindo a vegetação herbácea e desencadeando processos de degradação” (*idem*), fenômenos observados no contexto do rio dos Cochos, no norte de Minas Gerais, por Ribeiro (2010), e também nas cabeceiras do rio Peruaçu, nosso contexto de investigação. A chapada onde nascem estes dois rios sofreu com o desmatamento provocado por atividades ligadas à plantação de eucalipto e carvoaria em larga escala nas últimas décadas, incluindo, por exemplo, a drenagem das veredas, a construção de estradas em suas margens e a supressão da vegetação nativa em seu entorno. Elementos que não podem deixar de estarem incluídos nas análises acerca da realidade atual destes rios.

É importante ressaltar que não é nossa pretensão transpor a realidade acessada pelos pesquisadores no Jalapão para o contexto do Peruaçu, desconsiderando assim as especificidades de cada um dos territórios. O grau de prejuízo causado pelos incêndios na cabeceira do Peruaçu é uma investigação que precisa ser feita com a máxima urgência. Ela exigiria maior tempo junto aos grupos sociais para uma análise mais densa acerca daquela realidade. O que pretendemos aqui é chamar a atenção para uma leitura da realidade que considere não apenas o aspecto fenomênico do fogo, mas os inúmeros

processos econômicos, políticos e sociais que vem resultando em condições climáticas, pedológicas e hidrológicas favoráveis a uma propagação incomensurável das queimadas naquele contexto do alto Peruaçu.

Conflitos fundiários depreendidos da grilagem de terras e o grau de interferência ecológica resultante das dinâmicas regionais do agronegócio ao longo de sucessivas décadas, implicam, inevitavelmente, em um desequilíbrio ecodinâmico das veredas do Peruaçu. Nesse sentido, ao nosso entender, o fogo é emblemático de dois processos simultâneos, o histórico-social e o físico-territorial. A tentativa de transformar uma área historicamente grilada em um território apto a produzir alimentos, através de técnicas como a queima do solo, pressupõe transformações que se conectam inevitavelmente às condições físicas preexistentes da área. A falta de água na área analisada, por sua vez, denuncia a fragilidade do ambiente e sua maior propensão à propagação de queimadas, da qual é exemplo o incêndio de 2017, evento que tornou evidente as limitações do paradigma do ‘fogo zero’ na área de proteção integral.

É nesse sentido que chamamos a atenção para o papel do fenômeno técnico na produção e nas transformações do espaço geográfico. Milton Santos (1997), já alertara para a negligência da tradição geográfica em relação ao estudo das técnicas, importante componente para a compreensão das transformações que se dão em um determinado território. Segundo ele, não se trata de considerar apenas as técnicas de produção, ou técnicas específicas, vistas como um meio para alcançar um ou outro resultado. Trata-se de considerar o fenômeno técnico na sua total abrangência, pois somente ele “permite alcançar a noção de espaço geográfico” (Ibidem, p. 38). As noções de técnica e meio, em suas acepções mais abrangente, são, dessa forma, inseparáveis.

Ao encarar os diferentes regimes de queimada no território do Peruaçu - aquelas destinadas ao plantio agrícola e rebrota de capim para o gado que pasta solto no *gerais* e também aquelas voltadas à produção industrial de monoculturas, percebemos que: “as técnicas se propagam de forma desigual no espaço (...). Num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas” (*idem*, p. 42). Nesse sentido, “a forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área.” (*ibidem*) Se a supressão da vegetação nativa no contexto do alto Peruaçu mobiliza transformações tanto do ponto de vista físico-territorial

quanto pela perspectiva histórico-social, como temos visto ao longo deste capítulo, a regeneração da vegetação sob um rígido controle de supressão de queimadas também sugere transformações do ponto de vista físico, social, econômico e político.

Guilherme Fagundes em sua tese intitulada “Fogos Gerais”, investiga o nascimento da política de manejo do fogo em uma das primeiras unidades de conservação ambiental onde foram delineadas estratégias para a inclusão do chamado MIF (Manejo Integrado do Fogo), na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, região do Jalapão (TO). O autor lança mão de um profundo estudo acerca das técnicas, pois parte do pressuposto de que as ações movidas pela conservação (sejam elas de estrito combate ou de manejo do fogo, e mesmo a simples prática de cerceamento e controle de uma determinada área) não são ações meramente administrativas. Elas devem ser entendidas também como *ações tecnológicas*, por reconfigurarem não só aspectos do fenômeno da queimada, mas também os modos de vida no território. As transformações sugeridas pela consolidação de uma unidade de conservação ambiental, escapam ao caráter puramente político-jurídico a que geralmente estão associadas e ganham poder de agenciamento das transformações sócio-políticas e, portanto, vitais do espaço.

Através do enfoque nas queimadas enquanto recurso analítico para a compreensão de processos antigos e recentes no território do Peruaçu, pretendemos chamar a atenção para a complexa situação atual em que está inserida a seca daquele rio. Destrinchar os múltiplos aspectos de uma determinada situação pressupõe levar em conta “todas as formas de existência” que compõem a organização do espaço (SANTOS, 1997, p. 48). A forma como tem se comportado as águas das veredas que outrora compuseram as cabeceiras do rio, ou como o fogo vai sendo conduzido pela vegetação diante da falta de água, ou ainda como o Cerrado responde e atua a partir das metamorfoses espaciais sugeridas pelas interferências produtivas e econômicas, foram alguns dos aspectos aqui mobilizados.

II. No meio do caminho fluvial:

A escassez hídrica e as “novas” águas

Como se pode declarar a morte das sobrevivências?

Georges Didi-Huberman

Meses depois da inserção de campo no PEVP, e de outras tantas idas e vindas na comunidade de Fabião I, imersa nas aflições que permeiam a convivência com a escassez hídrica, foi somente nos dois últimos trabalhos de campo que pude me deparar com as águas do rio Peruaçu em sua mais significativa forma de existência. Acostumada a vê-las mingando por entre as grutas, ou praticamente secas nas veredas, foi no quintal de Zé Torino e Nelinda, moradores da comunidade rural de Olhos d'água⁴⁴, no médio curso da bacia, onde testemunhei a existência de um virtuoso rio, que até então só conhecia por meio de relatos.

A visita ao PEVP, quando confirmei a completa extinção das águas superficiais nas cabeceiras do rio Peruaçu, parecia arrematar a impressão de que o futuro do curso d'água estava já definido: iria esgotar-se. No entanto, surpreendentemente o quintal daqueles dois moradores, reflorestado com espécies típicas da região, presenteava o rio com novas nascentes, responsáveis por aumentar sua vazão em uma quantidade surpreendente. O Peruaçu parecia ganhar novo e significativo fôlego. Renascido, passava a percorrer novamente parte de seu caminho natural.

Essa cena não representava, entretanto, a condição hídrica integral do rio, da nascente à foz – que encontrava-se seco em diversos outros pontos. A imagem aqui descrita representava um trecho relativamente curto, se comparado aos outros muitos trechos em que as águas superficiais sucumbiram definitivamente. No entanto, o trecho do rio ainda perene sugeria, em um primeiro momento, que a realidade dos moradores do médio curso do Peruaçu teria uma complexidade a ser investigada. São múltiplas as formas encontradas pela população local para lidar com a seca, desde a migração, a paralização das atividades agrícolas, e até mesmo o empenho em recuperar ou produzir “novas” nascentes, fazendo com que o rio pudesse empreender reentrâncias e insurgências espaciais.

A partir das constatações feitas no capítulo anterior, de que os antigos conflitos fundiários depreendidos do processo de mercantilização das terras no alto Peruaçu, somados aos conflitos socioambientais decorrentes da consolidação de uma unidade de conservação e às condições climatológicas lá observadas, vem resultando no agravamento da crise hídrica e social naquele recorte espacial, nossa intenção agora é descer da chapada até o médio

⁴⁴ Comunidade constituída por cerca de 20 famílias, em que a maior parte delas é ligada por laços consanguíneos e localizada nas margens do rio, próximo aos limites do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e no interior da Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu.

curso do rio a fim de apreender a realidade socioespacial neste trecho da bacia. Assim, pretendo desenvolver análises acerca das possibilidades (ou impossibilidades) de manutenção das populações rurais residentes no médio curso do rio Peruaçu face à progressiva seca das veredas no *gerais*, onde estão suas cabeceiras. De que forma as populações que constituíram territorialidade junto as águas do Peruaçu estão sendo afetadas pela seca das veredas, brejos e rios? Quais as alternativas encontradas para a convivência com a seca? Como vêm reestruturando as atividades econômicas?

As análises para tentar responder a estas inquietações irão partir de dois caminhos distintos e complementares. De um lado, por meio dos diálogos e aproximações estabelecidos junto à família de Zé Torino, residente na comunidade rural de Olhos d'água, localizada no médio curso do Peruaçu, no município de Januária, foi tomada a etnografia enquanto prática e experiência (MAGNANI, 2009). As percepções e análises empreendidas nesse momento do campo contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da pesquisa, conforme será demonstrado ao longo do texto. De outro lado, trabalhos acadêmicos produzidos em nosso contexto de análises, bem como as investigações de cunho bibliográfico, mobilizadas por discussões teóricas acerca da relação entre sociedade e recursos naturais.

Do ponto de vista geomorfológico, o médio curso da bacia do Peruaçu é identificado como uma zona de transição entre o *Compartimento de Cimeira*, ambiente marcado pelos solos arenosos e argilosos, intercortado por veredas, para o *Compartimento do Cânion*, ambiente em que predominamos calcários carstificados do grupo Bambuí, responsáveis pela formação das cavernas (PILÓ, 1997). Nesse sentido, arqueólogos que se debruçaram sobre a ocupação pré-histórica da bacia afirmam que a zona de transição foi identificada pelos grupos humanos como um ambiente propício à ocupação e desempenho de atividades agrícolas. Diferentemente da área onde estão as cabeceiras do rio, ou da área marcada pela presença das grutas e cavernas em que a água corre por vezes de forma subterrânea, a zona de transição entre estes dois ambientes se abriu aos grupos humanos como um ambiente farto em água e em solos férteis (PROUS; RODET, 2009). Possivelmente, a presença de um grande número de comunidades rurais atualmente nesta

região, geralmente próximas ao rio ou às veredas que o acompanham— é resultado das condições ambientais ali oferecidas.

O múltiplo aproveitamento das águas outrora fluidas e abundantes do Peruaçu ajudou a sedimentar identidades territoriais diversas em seu médio curso. Compreendido como o resultado da relação de uma sociedade específica com um espaço também específico, o território aparece para as sociedades como um resultante e uma possibilidade, como condição e meio de reprodução da vida social. Depreende-se daí que os territórios não existem como realidade natural, eles são construções inerentemente humanas (MORAES, 2014).

A localização e as características do ambiente onde os diferentes grupos se estabeleceram ajudam a elucidar a forma como estas territorialidades foram sendo formatadas. Neste sentido, certas comunidades do vale do Rio Peruaçu, como Olhos d'água e Araçá, estão fixadas em áreas de *mata*, terras firmes próximas ao rio caracterizadas pelos solos férteis, vegetação densa e árvores de grande porte, que costumam perder suas folhas no período da seca. Outras comunidades, como Onça e Vereda I, estão localizadas na fronteira com o *gerais*, unidade espacial caracterizada pelo solo arenoso, com vegetação retorcida de pequeno porte e baixa fertilidade do solo.⁴⁵

De acordo com relatos de moradores locais, aqueles grupos que cultivavam o milho e a mandioca na *mata*, o faziam próximo às margens do rio, ao passo que os grupos que cultivavam no *gerais*, utilizavam os brejos que se formam no entorno das veredas para as atividades agrícolas, em que destacava-se o cultivo da mandioca, do feijão catador e do milho. Segundo Cruz (2018), na comunidade do Onça, localizada no contexto do gerais, o plantio na vereda era feito perto do meio da seca, junho, para a colheita acontecer no início do período das águas. Já nas terras de capão (faixas de solo fértil próximo às veredas), as lavouras eram preparadas no início dos períodos chuvosos, ou seja, existia lavoura durante todo ano em áreas intercaladas.

Em todo caso, eram principalmente as águas do Peruaçu que supriam a maior parte das necessidades dos diferentes grupos. Mesmo que os moradores de comunidades localizadas mais próximas ao gerais utilizassem de forma mais frequente as veredas e

⁴⁵ Segundo Galizoni *et al.* (2010), o gerais costuma ser dividido pelos seus moradores em dois tipos: com água, onde estão as veredas e os brejos; e sem água, onde não se consegue plantar, mas onde é possível extrair frutos nativos, lenha, plantas medicinais e produzir pasto para criação de animais.

brejos, estes também faziam uso das vazantes, aquelas áreas inundáveis do rio Peruaçu que começavam a se formar no início do período da seca, entre maio e junho, onde cultivavam principalmente o arroz (CRUZ, 2018).

Os diferentes grupos de lavradores residentes no contexto da bacia do Peruaçu, ainda que se estabelecessem nas áreas de mata, nas vazantes do rio ou no gerais, não poderiam ser definidos sob apenas uma identidade territorial, pois era comum combinarem técnicas diversas para produzirem alimentos nos diferentes ambientes, conforme observado por Cruz (2018) em sua pesquisa junto à comunidade de Onça e Araçá, no médio Peruaçu e por outros diversos pesquisadores que se debruçaram sobre a relação de simbiose entre os ambientes de Cerrado e os diferentes grupos humanos.

Além disso, as margens do rio estiveram também marcadas pelas antigas disputas de terra entre fazendeiros, sendo a configuração atual do território resultado parcial destas disputas. Segundo relato de moradores residentes em Olhos d'água, era comum, por exemplo, que o fazendeiro, em seu costume de distribuir terras aos “chegados”, delimitasse terrenos largos “em cima” - onde a terra faz divisa com o gerais, “terra fraca” - e porções estreitas em baixo, próximo ao leito do rio - onde “tudo o que planta dá” - “oprimindo aqueles de quem não gostava”. “Essa fazenda aqui, de largura, ela dá 850 metros, aqui ó, beira de rio. Mas, lá em cima, é mil e tanto! Quer dizer, ela é larga lá em cima e estreita no Peruaçu” (Morador da comunidade de Olhos d'águas, janeiro de 2020). Assim, os terrenos próximos ao rio são em grande medida resultado de heranças familiares e antigas “doações”, atualmente defendidas com vigor, cercados e trabalhados até os limites de sua extensão.

A zona de transição está, atualmente, situada também entre duas unidades de conservação de proteção integral, o Parque Estadual Veredas do Peruaçu e o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu⁴⁶. Assim, além de representar uma zona estratégica para a proteção do rio Peruaçu, funciona ainda como uma espécie de corredor ecológico entre fitofisionomias e ambientes diferentes: as veredas, no alto curso, e as cavernas, no médio e baixo curso da bacia. Não obstante, ainda que esteja localizada no interior da Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu, unidade de conservação de uso sustentável, a zona de transição é palco de conflitos envolvendo a apropriação de terras e de água. Disputas que

⁴⁶ Cf.: Figura: Mapa de localização do PEVP e das demais unidades de conservação da bacia do rio Peruaçu. (PEREIRA, 2009, p. 25)

podem ser lidas, por exemplo, na perfuração indiscriminada de poços artesianos por parte de grandes proprietários de terras no interior da APA, fazendo com que as águas subterrâneas comecem também a se exaurir, tema que será explorado a seguir. No próximo tópico buscaremos trazer uma síntese acerca do processo de seca das águas superficiais no contexto do médio Peruaçu para então analisarmos as formas encontradas para o convívio com esta realidade.

Nos tempos da escassez hídrica

O Norte de Minas Gerais está incluído na região do semiárido brasileiro, em que predominam características como baixa precipitação, altas temperaturas e regimes de chuvas irregulares. Segundo Ab'Saber (1994) o índice pluviométrico em todo o semiárido pode variar de 268 a 800 milímetros anuais. Januária-MG, localizada na porção meridional do quadro geográfico do semiárido nacional (Figura 5), recebe uma média anual de chuvas de 947 mm; um nível elevado se comparado a outras regiões do semiárido brasileiro. No entanto, ainda que os índices relativos às chuvas em Januária pareçam favoráveis, a irregularidade da precipitação pode variar até 400 mm de um ano a outro, o que coloca agricultores da região em constante dificuldade (ARAÚJO *et al.*, 2010). Conforme explicitado por Ab'Saber (1994), o que caracteriza o semiárido não é a média anual de precipitações, mas os frequentes períodos de seca ao longo da história.

A média das precipitações anuais de uma localidade qualquer serve apenas para normatização e referência, face de dados climáticos obtidos em muitos anos. O importante a ser destacado é a sequência altamente irregular dos anos de ritmo habitual, aos quais se intercalam trágicos anos de secas prolongadas; rupturas, que representam dramas inenarráveis para os pequenos sitiantes e camponeses safristas, das áreas mais afetadas pela ausência das chuvas habituais de fins e início de ano. (...) *Independente de a estação chuvosa comportar somatórios maiores ou menores de precipitações, o longo período seco caracteriza-se por fortíssima evaporação que responde, imediatamente, por uma desesperenização generalizada das drenagens autóctones dos sertões* (AB'SABER, 1994, p. 85. Grifos meus)



Figura 5: Mapa de localização do Semiárido brasileiro. Fonte: Silva *et al.*, 2010.

Nos períodos de seca, anuncia-se, portanto, uma urgência climática que ora se apresenta de maneira mais acentuada - sobretudo nos sertões mais secos do nordeste brasileiro -, e ora de forma mais branda, naqueles contextos onde é possível encontrar águas perenes nas superfícies (AB'SABER, 1994). Podemos afirmar que até meados da década de 1990 o contexto territorial do vale do Rio Peruaçu oferecia condições privilegiadas de acesso à água, devido à perenidade das águas presentes nas inúmeras veredas, brejos e no próprio rio. Como já foi mencionado anteriormente, a bacia do Peruaçu, junto aos rios Cochá, Pandeiros e Carinhanha, configurava-se como uma das poucas drenagens perenes da margem esquerda do médio São Francisco, o que assegurou aos moradores dessa região uma certa segurança hídrica e alimentar durante longos períodos.

A previsão de que a quantidade de águas presentes no rio Peruaçu e em outros rios próximos sofreu drásticas diminuições a partir da década de 1990, pode ser confirmada por meio dos relatos de diversos moradores da região. Constatação feita também por pesquisadores que investigaram este tema naquele contexto regional (CRUZ, 2018; GALIZONI, 2005; ARAÚJO *et al.*; 2010; RIBEIRO; 2010). Antes disso, as águas superficiais de veredas, brejos e do próprio rio Peruaçu, serviram aos propósitos da produção agrícola e de outras diversas atividades. O aproveitamento das veredas, onde se dava a colheita dos frutos e das folhas de Buriti, para os quais se dão múltiplos usos, e do rio Peruaçu, onde era possível praticar a pesca e onde a fertilidade do solo favorecia o cultivo agrícola, era feito com vistas a potencializar a produção alimentar em um contexto marcado pela irregularidade das precipitações. A ampla diversidade de ambientes presentes no geral do Norte mineiro ajudou a sedimentar o que Porto Gonçalves (2000) chamou de regime alimentar rico e diversificado.

A partir dos anos 1980 e sobretudo nos anos 1990 e 2000, o gradativo processo de seca das veredas e do próprio rio Peruaçu representou desafios substanciais à manutenção da vida local. Primeiro, as águas deixaram de correr no período seco do ano, tornando-se fontes de água irregulares, depois deixaram de correr também no período das chuvas, fazendo com que o abastecimento natural de água nas comunidades do médio curso da bacia fosse praticamente interrompido.

Paulatinamente, os agricultores tiveram de abdicar da criação bovina e da produção de alimentos que antes constituíam a base da alimentação, como o milho, a mandioca e o feijão: “Tá difícil até o milho pra dar pra’s galinhas!”. A transição para o cultivo de hortas, mais ‘chegadas’ à casa, em detrimento das lavouras, representa uma dessas mudanças. A alimentação deixou de ser plenamente garantida pelo cultivo agrícola realizado pela própria família, e passou a estar condicionada à compra nos mercados locais ou cidades próximas, garantindo o sucesso de lucro das redes varejistas de supermercado que aos poucos se consolidam nos centros urbanos como as principais fontes de abastecimento de alimentos (BEZERRA, 2017).

Além disso, de acordo com relatos de moradores de Araçá, em meados da década de 1990, ao passo que o nível de rios e riachos abaixavam, as águas foram se tornando menos correntes e passaram a ficar mais empoçadas, provocando o surgimento de doenças como a Esquistossomose, doença comum em localidades que não contam com acesso a água

tratada. Nesse sentido, diante da escassez hídrica e do surgimento de doenças, é possível perceber que o abastecimento de água na zona rural de Januária sofreu alterações rumo ao paradigma da água enquanto serviço público. Segundo Campos *et al.* (2009) o princípio de que água representa um bem dotado de valor econômico, constitui a base da política brasileira de recursos hídricos: “Desse princípio, inserido na Lei 9433/97, decorre a cobrança pelo uso da água como um instrumento de gerenciamento e elemento de motivação para o uso eficiente” (p. 55). Isso ocorreu porque, segundo Galizoni (2005),

A possibilidade crescente de escassez de um recurso natural que se acreditava copioso produziu novos olhares sobre a água. Ao deixar de ser percebida como abundante, a água passa a ser considerada por uma parcela das sociedades como um recurso, que afirmam alguns, deve deixar de ser um bem livre para torna-se cada vez mais um bem econômico, ganhar preço para que o comportamento de seus usuários seja alterado (*Idem*, p. 11).

Segundo Carmo *et al.* (2007), além da questão acerca da cobrança pela água bruta, também tem ganhado espaço nas discussões sobre a gestão da água no Brasil a incorporação da água nos produtos que circulam no mercado, especialmente através de commodities. Para analisar as implicações da incorporação da água na produção e exportação de commodities, criou-se a concepção de “água virtual”. Trata-se de uma tentativa de explicitar a quantidade de água incorporada em cada produto produzido pela agroindústria brasileira. De acordo com os autores, “em termos de volume, a soja se destaca, com mais de 50 bilhões de m³ exportados no ano 2005” (*Idem*, p. 88), o que faz com o país se consolide como um dos maiores exportadores mundiais desse produto.

A grande participação do setor agrícola no consumo de água (cerca de 40% do total de água doce disponível em território nacional) se explica principalmente pelo uso da água para irrigação. “Com a intensificação da prática da irrigação como uma alternativa estratégica para aumentar a oferta de produtos agrícolas, as áreas irrigadas no Brasil vêm aumentando” (*ibidem*, p. 89). Assim, contabilizando a água demandada na produção de soja, carne e outros insumos, os autores concluem que o Brasil tornou-se também um dos maiores exportadores de água na atualidade.

Em face a esse cenário em que a água foi sendo concebida cada vez mais como um produto a ser comercializado direta e indiretamente por meio da produção de commodities, o controle territorial, no que diz respeito também ao acesso às fontes de

água, passou a se tornar mais rígido. Fator que pode ser lido como um dos desdobramentos da corrida pela aquisição de terras, que vem provocando também o acirramento da especulação fundiária, como já explicitamos no capítulo anterior⁴⁷.

Segundo Araújo *et al.* (2010), em Januária, famílias residentes em áreas em que o auto abastecimento de água e alimentos era plenamente possível, tornaram-se dependentes de soluções paliativas ou estruturais advindas do poder público. Iniciativas que por várias décadas fizeram parte do Semiárido nordestino, com programas emergenciais ou relacionados à infraestrutura, tornaram-se comuns também no município de Januária. Assim, a relação das comunidade rurais com a água, historicamente marcada pelo uso coletivo e autogestão, passaram a ser necessariamente mediadas por organizações governamentais e não governamentais.

Nesse contexto de escassez hídrica e do surgimento de doenças decorrentes da contaminação das águas, houve a intervenção de deputados da região junto à Codevasf para a perfuração de poços tubulares, sob o intuito de sanar o grave problema de abastecimento. O principal poço artesiano responsável pelo abastecimento das comunidades de Araçá e Olhos d'água foi perfurado em 1997 pela Codevasf em parceria com a prefeitura de Januária e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (CRUZ, 2018). De acordo com Rebouças, os poços tubulares são

Escavações feitas por perfuratrizes para captar água do lençol superficial ou do lençol freático; nesse último caso são denominados poços artesianos. A perfuração tem, no máximo, 50 cm de diâmetro, preenchida por canos, e a água sugada por bomba é conduzida ao reservatório elevado para distribuição. Poços tubulares profundos atingem médias entre 80 e 120 m; mini poços, com profundidade entre 20 a 25 m, captam água de lençóis superficiais (REBOUÇAS, 2000 apud ARAÚJO *et al.*, 2010).

⁴⁷De acordo com Pitta e Vega (2017), entre os anos de 2000 e 2014, a área plantada com soja e cana-de-açúcar na região do chamado MATOPIBA (região do agronegócio recentemente incorporada aos interesses produtivos brasileiros, predominantemente coberto pelo Cerrado, visto como uma das últimas fronteiras agrícolas do país, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) aumentou 253% e 379%, respectivamente. “No caso da soja, a área plantada foi de um para 3,4 milhões de hectares. Tal movimento da agroindústria no campo brasileiro necessitou, assim, de um crescimento em níveis exponenciais relacionados à capacidade de expansão dos capitais financeiros e para isso não bastava o aumento de sua produtividade, mas também da área plantada com tais commodities. Combinou-se assim, aumento da produção e da produtividade em níveis que também moveram a subida inflacionária do preço da terra como ativo financeiro (...) Não resta dúvidas de que a expansão da soja moveu a ocupação do Cerrado a partir dos anos 1970 e aprofundou processos de expropriação, tanto no que diz respeito à expulsão direta de camponeses, indígenas e pequenos produtores que viviam naquela região, quanto em relação à concentração e centralização dos diferentes momentos da produção e processamento nas mãos de poucas indústrias e *tradings*.”

Diante da seca completa de rios, veredas e córregos, a técnica de perfuração de poços artesianos, de caráter mitigadora, produz resultados eficazes na regularização do abastecimento. No entanto, os riscos ambientais causados pela captura das águas subterrâneas em médio e longo prazo podem, ao invés de assegurar o abastecimento prolongado, produzir o efeito contrário: de esgotamento dos aquíferos e, portanto, das últimas águas disponíveis para consumo humano. Ainda que careça de mais investigações e confirmações científicas, a seca das águas superficiais em veredas, como as que investigamos no subcapítulo anterior, podem estar também associadas ao rebaixamento do lençol freático face à captura cada vez maior das águas subterrâneas pelos poços artesianos. Além disso, a perfuração de poços artesianos tornou-se o mecanismo mais fácil e prático de obtenção da água para abastecimento não só das comunidades rurais, mas também das grandes fazendas de gado da região.



Figura 6: Poço artesiano na comunidade de Olhos d'água Estiva.

(Acervo pessoal, Janeiro 2020).

Na medida em que o nível de água presente nos aquíferos diminui, aumenta a dificuldade e o custo financeiro para a perfuração do poço. No ano de 2020, o custo para perfuração

de poços artesianos particulares junto a empresas especializadas de Montes Claros variava de 20.000 a 30.000 mil reais, a depender da profundidade em que a água encontrava-se⁴⁸. Em algumas localidades de Januária, para que seja possível a captação de água, a perfuração dos poços pode ter que chegar a 80 metros de profundidade.

O acesso a água, portanto, vai se tornando cada vez mais condicionado ao poder econômico e/ou político de determinado grupo social. É comum, por exemplo, que uma grande propriedade apresente dez ou mais poços artesianos, enquanto certas comunidades rurais do município de Januária – como é o caso Araçá, no médio Peruaçu, com cerca de 80 famílias - contem geralmente com um único poço para atender a toda sua população. Além disso, a dependência da mediação política faz com que o acesso à água acabe sendo utilizado enquanto moeda de troca no período eleitoral, reforçando e atualizando antigas relações de clientelismo (GALIZONI, 2005).

É possível perceber ainda que a profunda mudança na disponibilidade de água não deixou de acompanhar as desigualdades no acesso à terra que estruturam o campo brasileiro. Além da distribuição desigual das águas provenientes de poços artesianos, nas áreas rurais do município de Januária, grandes unidades produtivas estão muitas vezes situadas próximas às nascentes, em áreas de terras férteis, ao passo que comunidades rurais e unidades familiares se localizam em cabeceiras, terras de gerais e campos, “onde o abastecimento é mais crítico, o controle ambiental mais rigoroso e as terras férteis muito restritas” (ARAÚJO *et al.*, 2010, p. 223). Assim, a seca, mais que um fenômeno climático, deve ser lida face a este quadro em que estão presentes aspectos sociais e econômicos que distribuem desigualmente os custos da generalizada falta de água (*Idem*).

Seja como serviço público, como mediação política ou como bem natural, é possível inferir que ao longo do tempo, o rio Peruaçu foi ganhando funções e atribuições distintas – sejam funções simbólicas, econômicas, institucionais ou políticas. O conceito de natureza modificado em cada cultura, se assemelha aos conceitos de “água” e de “rio”, que adquirem sentidos específicos a depender da forma como a apropriação material e simbólica da natureza é praticada. Flávia Galizoni (2005) em sua tese intitulada “Águas da vida, população rural, cultura e água em Minas Gerais” demonstra, através de pesquisas realizadas em comunidades rurais de diferentes regiões de Minas Gerais, que o uso da água estaria incluído naquilo que Woortman chamou de *moral camponesa*, na qual

⁴⁸ Dado obtido através de contato direto junto a empresas que prestam este tipo de serviço na região.

privilegia-se o uso comunitário e a reciprocidade das relações em detrimento de uma ordem econômica regida pela necessidade de estoque dos bens naturais. Ao estruturar as relações morais entre as pessoas e entre estas e a natureza, a água está presa a uma ordem moral e não disposta “livremente” no mercado. Woortmam (1990) revela ainda que “neste plano, por exemplo, o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor” (WOORTMAM, 1990, p. 12). Nesse sentido, a ideia da água enquanto “recurso” ou enquanto *mercadoria*, em que é possível dispor dela a partir de uma mediação abstrata, o dinheiro, é uma afronta a essa ordem camponesa de relação com a terra e a água (GALIZONI, 2005).

Programas de Abastecimento

Além dos poços artesanais, outros programas de abastecimento foram surgindo em Januária ao longo das décadas de 1990 e 2000, na tentativa de oferecer respostas à crescente insegurança hídrica e alimentar no campo. Ainda que o surgimento de programas de abastecimento no contexto do semiárido mineiro tenha cumprido importante função na garantia mínima de água para grande parte das famílias, diversos contrassensos e desafios relacionados ao acesso à água permanecem ecoando nos dias atuais, conforme iremos explicitar a seguir no texto.

Alguns dos programas de abastecimento surgidos em Januária ao longo dos últimos 30 anos são analisados em artigo escrito por Araújo *et al.* (2010), que classificaram os programas em duas modalidades: as “iniciativas mitigadoras” e as “iniciativas estruturantes”. Segundo os autores, as “iniciativas mitigadoras” têm objetivos imediatos e são restritos à oferta de água, como é o caso das Cisternas de Placa; do Caminhão-pipa; e, dentre elas, a mais utilizada, o Poço Tubular. Dentre aquelas de caráter “estruturante”, destaca-se o programa “Minas-Sem-Fome”⁴⁹; e o P1+2 (Programa de Formação e

⁴⁹ Programa estadual, gerido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater/MG, que engloba três temas: implantação de unidades de processamento artesanal de alimentos; construção de unidades de armazenamento de leite e construção de sistemas de abastecimento comunitário de água. Com relação à água, o objetivo do programa é implantar sistemas de captação e distribuição e atuar na complementaridade entre abastecimento alimentar e hídrico, utilizando poços artesanais já perfurados, mas subutilizados ou inoperantes por falta de investimentos que os viabilizem (ARAÚJO *et al.* 2010, p. 225)

Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas”)⁵⁰, as quais buscam garantir o abastecimento de água e também à produção agrícola.

Em 2020, estavam presentes nas comunidades do médio Peruaçu, além dos poços tubulares comunitários (sendo que um poço geralmente é responsável pelo abastecimento de uma ou mais comunidades), as chamadas tecnologias sociais⁵¹ para a convivência com o semiárido. Uma rápida passagem pelas comunidades do médio Peruaçu anunciava a presença destas tecnologias: em maior número haviam as Cisterna de Placas⁵², de uso individual para cada família (Figura A, Prancha 2) com capacidade para armazenar 16 mil litros de água de chuva, destinados ao abastecimento doméstico, como beber e cozinhar durante a estação da seca; e, em menor número, as Cisternas Calçadão⁵³ (Figura B, Prancha 2) e as Cisternas Telhadão, com capacidade de armazenamento de água da chuva de até 75 mil litros, ambas com a finalidade de armazenar água para produção de alimentos e criação de pequenos animais.

⁵⁰Parceria da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) com a Petrobrás e a Fundação Banco do Brasil. Busca garantir para famílias rurais acesso à terra e a duas fontes de água: para uso humano e uso produtivo. Aplica tecnologias sociais de baixo custo e alta eficiência na produção alimentar e geração de renda, como as barragem subterrâneas, as cisternas calçadão. (ASSIS *et al.*, 2010)

⁵¹ O termo tecnologia social é utilizado para descrever experiências cujo objetivo volta-se para o desenvolvimento social. Os estudos sobre o tema sinalizam certo dissenso sobre seu conceito, o que se reflete na polissemia de seu uso, com diferentes apropriações e significados. A tecnologia pode ser classificada como social quando se propõe a atuar sobre um problema social; quando seus valores estão informados pelo desenvolvimento da sociedade, não do mercado, ou seja, quando a ideia de social se apresenta como alternativa ao capital; quando considera os saberes dos atores diretamente afetados com o problema; quando apresenta baixo custo, é sustentável, reaplicável ou ajuda na promoção da autonomia dos interlocutores envolvidos, sobretudo nos casos onde o acesso aos direitos está em jogo, dentre outras possibilidades. Site: <<http://tecnologiasocial.sites.uff.br/>> Acesso em 22/12/2020.

⁵²A tecnologia da Cisterna de Placas funciona da seguinte forma: uma calha é fixada ao longo do telhado da casa e ligada a um cano de PVC conectado ao tanque, fazendo com que a água escorra pela calha, depois pelo cano e caia direto na cisterna.

⁵³ Cisterna calçadão é um terreiro em declive, cimentado ou calçado de pedras, que conduz águas de chuvas a um depósito que será utilizado no tempo das secas.



Prancha 2: Cisternas de Placas, ornada com flores e garrafas coloridas (A); Cisterna Calçada adiante, e cisterna Telhadão atrás na mesma imagem, cartaz com o registro do programa Água Brasil (B). Acervo pessoal, janeiro/2020

A construção das cisternas começou a ser realizada a partir de 1999 em diversos estados brasileiros através do “Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC)”. Este e outros programas de abastecimento surgiram no contexto da redemocratização política, entre o fim da década de 1980 e a década de 1990, quando se deu uma maior abertura à participação política de organizações da sociedade civil, como associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos, igrejas, organizações não governamentais de desenvolvimento e ambientalistas. Tal participação era acompanhada de questionamentos acerca dos discursos e práticas que vinculavam o semiárido brasileiro à necessidade de combate à seca através das grandes obras de infraestrutura. Em contraponto, estas organizações buscavam maior autonomia dos cidadãos atingidos pela seca em projetos voltados não mais para o combate, mas para a convivência com a seca. (ASSIS, 2012). Segundo o autor,

Se nas grandes obras de combate à seca o ator central era o Estado, por meio de suas agências, ou a iniciativa privada por meio dos grandes empreendimentos com investimentos vultosos, nessa nova proposta o sujeito da convivência com o semiárido deixa de ser o aparato governamental, e passa a ser os moradores locais (ASSIS, 2012, p. 182)

De responsabilidade da ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro), organização que congrega aproximadamente 600 organizações brasileiras, a proposta era realizar a construção de um milhão de cisternas em cinco anos, a partir de 2001, com capacidade de 16 mil litros, o que, segundo a ASA, é o suficiente para fornecer uma média de 60 litros diários de água, considerado a quantidade utilizada por uma família composta por cinco membros para beber e cozinhar durante oito meses, período médio de duração da estiagem no semiárido brasileiro. O programa foi em grande medida financiado com recursos do governo federal e também de outras organizações como a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) (ASSIS, 2012).

No contexto da bacia do Peruaçu, a construção das cisternas de placas em diversas comunidades foi gerida pela Cáritas Diocesana de Januária. O financiamento partiu do Programa Água Brasil⁵⁴, que ajudou a desempenhar, além da construção das cisternas de

⁵⁴Programa que surgiu da parceria entre o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil, a Agência Nacional de Águas e o WWF-Brasil. O objetivo do Programa Água Brasil, é “desenvolver projetos que disseminam boas práticas agropecuárias, agroecologia, restauração ecológica, extrativismo vegetal sustentável, apoio à

placas de 16.000 litros, outras ações voltadas para o abastecimento de água, como a construção de cisternas de 52 e 75 mil litros por meio do “Programa Uma Terra e Duas Águas” (P1+2), além da construção de barraginhas e de fossas biodigestoras. No mapa a seguir, é possível situar como se distribuem as comunidades rurais ao longo de todo o curso do Rio Peruaçu e constatar uma priorização das populações do médio curso para a participação do Programa “Água Brasil”, segundo análise do trabalho desenvolvido pela pesquisadora Lucie Morère (2018).

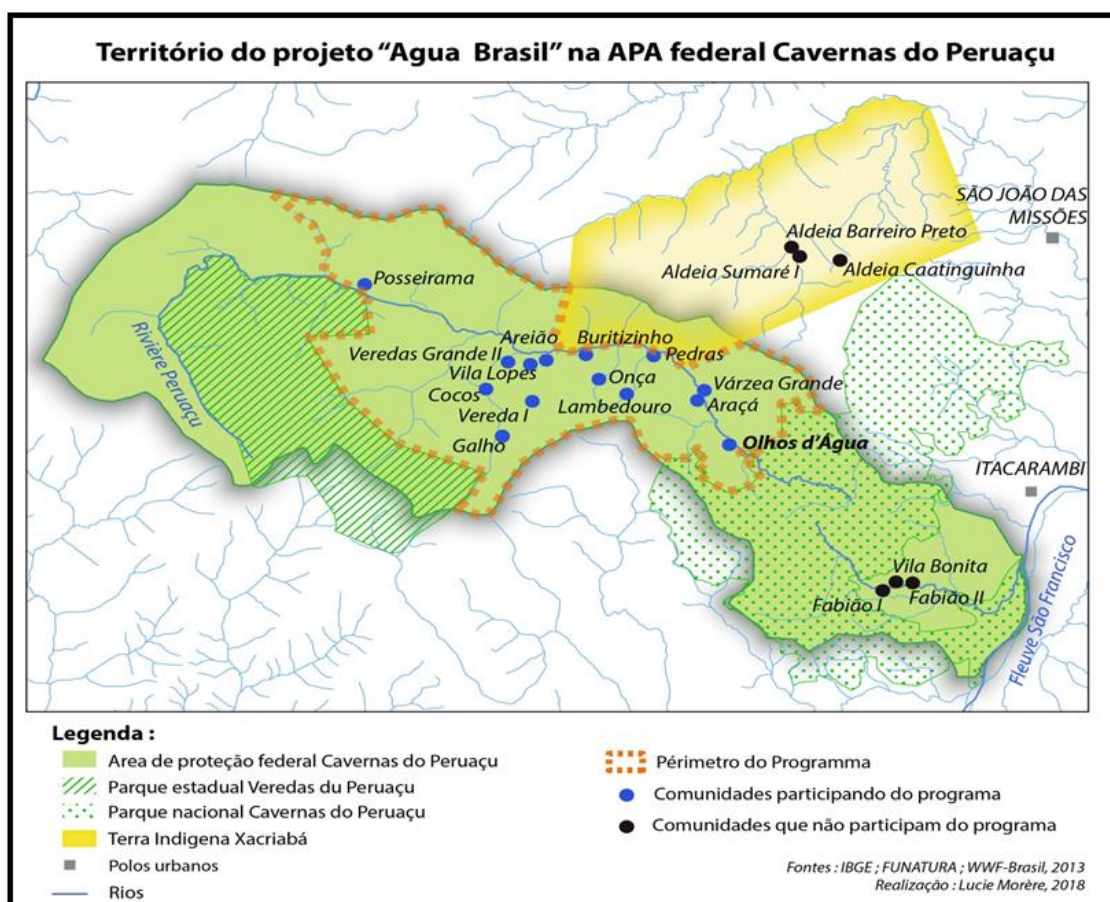


Figura 7: Mapa da área de atuação do projeto Águas Brasil, responsável pela instalação e financiamento das caixas d’água em comunidades do médio Peruaçu. (MORÉRE, 2018)

certificação na agropecuária e a implementação de tecnologias sociais ligadas aos recursos hídricos, sempre com o objetivo de conservar o solo e a água para garantir a segurança hídrica e alimentar para a comunidade local. De acordo com as características de cada localidade, são implementadas Unidades Demonstrativas (UDs), que servem como modelo para essas práticas que, depois podem ser disseminadas para outras propriedades rurais com características ambientais similares.” (Cartilha Boas Práticas – Programa Água Brasil)

Em algumas dessas comunidades, os próprios moradores receberam cursos de capacitação técnica para a construção e manutenção das cisternas. A Cáritas de Januária forneceu uma garantia de até dois anos para as cisternas, caso ocorressem rachaduras ou outros problemas técnicos e, após este período, o morador ficava responsável pela manutenção da cisterna (CRUZ, 2018) - sendo que a qualidade da água armazenada nas cisternas depende fundamentalmente de uma boa manutenção do sistema.

Em 2003, o Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC) foi incluído no programa governamental “Fome Zero”, institucionalizando-se sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). De acordo com dados disponíveis no site da ASA, até o ano de 2019, o P1MC havia construído 626 mil cisternas domésticas com capacidade de 16 mil litros, e mais de 6.000 mil cisternas escolares, tendo atendido mais de 2 milhões de pessoas (ASA, 2020)⁵⁵.

Assim, os programas de abastecimento, responsáveis por garantir um mínimo acesso à água de beber, somado às políticas do Governo Federal de transferência de renda como o Bolsa Família, ofereceu certo fôlego à manutenção das famílias residentes no semiárido brasileiro. Segundo um estudo realizado pelo IPEA em 2019, nos municípios com dois anos do programa P1MC houve redução de 19% nas mortes de crianças de até quatro anos por diarreia, uma causa associada à falta ou má qualidade da água. Já em municípios com nove anos de atuação a redução foi de 69%.

A partir desses dados é possível afirmar que a construção de cisternas para captação de água da chuva no contexto do semiárido, cada vez mais afetado pela seca das águas superficiais presentes em rios, riachos e ribeirões, se consolidou como uma alternativa possível ao acesso à água de beber e, alguns casos, também para a produção agrícola. Nesse sentido, enquanto uma medida eficiente de combate à seca extrema, o programa vem sendo fortemente defendido pelas organizações da sociedade civil diante das ameaças provocadas pelo atual governo federal de suprimir da agenda nacional programas como este.⁵⁶

⁵⁵ Disponível em: < <https://www.asabrasil.org.br/> >. Acesso em 12/12/2020

⁵⁶ De acordo com uma série de reportagens produzidas pelo jornal “El País”, nos últimos três anos, a redução de recursos destinados ao programa de construção de cisternas ameaçam a sua continuidade. A reportagem

Ainda que as cisternas de placas sejam adotadas enquanto uma alternativa eficiente em situações graves de abastecimento, onde a escassez ou dificuldade de conservação do recurso hídrico é maior, a técnica de coletar água da chuva não deve ser vista como uma solução definitiva. A regulação deve pautar o acesso e o uso da água nas grandes propriedades, geralmente imbuídas de liberdade para perfurar poços e privatizar águas superficiais de rios e ribeirões. Segundo Galizoni (2005), programas de acesso aos recursos hídricos devem estar relacionados também a aspectos qualitativos, baseados em ações de conservação de nascentes, e em formas comunitárias de acesso e distribuição da água.

Nesse sentido, ainda que os programas de abastecimento cumpram importante papel na região, o acesso a água nestas comunidades não deveria ficar restrito à captação das chuvas – mesmo porque o índice pluviométrico no contexto do semiárido pode variar drasticamente de um ano a outro, como temos visto ao longo do texto. Enquanto isso, problemas de cunho estrutural seguem ecoando cada vez mais no campo brasileiro, com a privatização e o controle das fontes de água natural, face à lógica costumeira e difundida da grilagem de terras no Brasil. Dados fornecidos pela CPT (2019), apontam para um crescente recrudescimento nos últimos anos dos conflitos por água, devido aos usos concorrentes e inadequados - como à sua particular apropriação pelos grandes fazendeiros e à omissão de gestores públicos em reconhecerem o direito de trabalhadores rurais e, em especial de ribeirinhos, que se veem impedidos de acessarem as margens dos rios, locais de grande interesse especulativo (CPT, 2019)⁵⁷.

Como termos visto ao longo desta investigação, a terra e a água, no Brasil, estão cada vez mais no centro das disputas econômicas e políticas. Disputas que envolvem não só atores locais, mas agentes globais e empresas transnacionais (PITA; VEGA, 2017). Tendência que, em verdade, já vem sendo observada há algumas décadas. Um dos efeitos da

mostra, através de gráficos, uma brusca diminuição na quantidade de cisternas implementadas na região do semiárido brasileiro a partir do ano de 2018. No ano de 2019, com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, colegiado que fazia a interlocução sobre o programa dentro do Governo e negociava metas e recursos, as organizações responsáveis pela gestão do projeto perderam um canal de comunicação e, conseqüentemente, um espaço de participação junto às decisões do governo federal. De acordo com a reportagem, esta e outras medidas demonstram a forma de gestão centralizadora e pouco aberta à participação popular adotada pelo governo eleito em 2019 (Fonte: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-07-17/veio-a-pestre-mas-neste-ano-deus-mandou-a-chuva-para-encher-a-cisterna.html>. Acesso em 20/12/2020)

⁵⁷ Acerca dos ataques sofridos por ribeirinhos que ocupam as margens do rio São Francisco, ver o artigo: Antambientalismo racializado, apropriação privada de terras públicas e resistências no médio rio São Francisco, Minas Gerais, Brasil (ANAYA et al, 2020)

valorização capitalista do espaço, de acordo com Lefebvre, é o esgotamento daquilo que antes se fazia abundante. Se no passado eram os produtos industrializados que eram raros “agora, não em todos os países, mas à escala planetária, há uma produção abundante desses bens; não obstante, as novas raridades, em torno das quais há luta intensa, emergem: a água, o ar, a luz, o espaço” (LEFEBVRE, 2006, p. 10).

Essa tendência lega aos moradores do semiárido uma das piores consequências da corrida mundial pela acumulação de riquezas: o progressivo esgotamento de um bem essencial à reprodução material e simbólica da vida. Em nosso contexto de análises, tal esgotamento aponta para uma tendência não exclusiva do Norte de Minas, mas de todo o Brasil: a expulsão camponesa em favor de uma urbanização e favelização dos centros urbanos, onde também a água vem se mostrando um bem escasso. Ao refletirmos acerca dos trágicos rumos tomados pela sociedade industrial e sua repercussão em nossa escala local, algumas questões fundamentais se desdobram: De que forma a gestão das águas, agora provenientes dos poços artesianos e das cisternas de placas, influenciam no surgimento de novas redes de atuação no território do Peruaçu? Como o problema do esgotamento das fontes naturais de água, enquanto um indício de ameaça à manutenção da vida e das relações sociais, vem sendo mobilizado nas redes de atuação dos atores locais?

De acordo com Lefebvre (2006), o espaço não deve ser analisado enquanto uma forma pura, uma “folha em branco”, pronta para receber os cálculos e ordenamentos impostos pela razão instrumentalizada em seu consórcio com o mercado global e o Estado. Por isso, o método para abordar os problemas do espaço não deve consistir em um *método formal*, ou apenas lógico. O autor afirma que este pressuposto deve dar lugar a um *método dialético*, que leve em conta as contradições do espaço na sociedade e na prática social. Assim, “não se trata de localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, trata-se de espacializar uma atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado” (*Idem*, p. 25). Para isso, torna-se imprescindível o conhecimento da vida cotidiana, “na qual se situa o núcleo racional, o centro real da práxis” (*Ibidem*).

No tópico seguinte do texto iremos adentrar em exemplos que contrapõem a ideia de uma homogeneização completa do espaço. Mesmo porque, a reprodução social não se encerra com a chamada “reprodução ampliada de capital”, sendo também reprodução ampliada das contradições sociais onde não há repetição do “velho” sem uma certa criação do

“novo” (VIEGAS, 2014). Dessa forma, a utilização das tecnologias sociais no vale do rio Peruaçu, em conjunto com outras iniciativas, como a recuperação de áreas degradadas, bem como o cultivo de quintais agroecológicos, são alguns dos exemplos de novas práticas adotadas pelos sujeitos locais em conjunto com saberes antigos. De forma mais específica, buscaremos evidenciar as redes construídas por sujeitos locais para reivindicar seu desejo e necessidade de *permanência* coletiva no território.

Plantar afetos, colher águas

Minhas visitas a Zé Torino e sua família, composta pela esposa, Nelinda, e os dois filhos adultos, aconteceram em dois momentos distintos ao longo dos trabalhos de campo: primeiro, no mês de Julho de 2019 - tempo da seca; e depois no mês de Janeiro de 2020 - tempo das águas⁵⁸. Ao passo que a primeira visita permitiu que eu me apresentasse e conhecesse o quintal cultivado pelo casal através das práticas agroecológicas, a segunda visita permitiu estreitar os laços junto à família e, assim, acompanhar de perto algumas tarefas do cotidiano, bem como acessar com mais profundidade aspectos da vida de Zé Torino, como os episódios de migração para São Paulo; as dificuldades do trabalho na ‘roça’; as formas de utilização das águas ainda disponíveis; e a prática do plantio e recuperação de nascentes. Os diálogos junto à família não partiram de entrevistas e questionários com perguntas previamente estruturadas. Sendo assim, ainda que partissem de interesses meus relacionados ao tema das mudanças provocadas pela escassez de água e os mecanismos encontrados para a convivência com a seca, em determinados momentos os assuntos tomavam rumos livres e diversos, o que sublinhou a riqueza de nossas trocas.

A segunda visita a casa de Zé Torino deu-se em um dia extremamente quente do mês de Janeiro de 2020. O percurso de cerca de 20 quilômetros de Fabião I, onde eu estava hospedada, até a comunidade de Olhos d’água, foi feito na garupa de uma motocicleta, ainda nas primeiras horas do dia, entre 5:30 e 6:00 da manhã. Na medida em que os primeiros raios de sol invadiam a camada protetora das nuvens, afastando-as para os lados, era possível perceber o céu limpando-se de qualquer sinal de chuva. Da garupa, enquanto tentava me equilibrar, eu corria rapidamente os olhos pela paisagem, atenta a

⁵⁸ Para os agricultores dessa região, o ano é demarcado em duas grandes estações, o tempo das águas, que vai de novembro a março e o tempo da seca, de abril a outubro.

todos os detalhes e buscando capturar tudo o que poderia caber naquele quadro visual. Na medida em que o vale carstificado ia ficando para trás, era possível enxergar os meandros sinuosos do rio Peruaçu esculpindo as rochas – o que denunciava a inegável influência das águas, em remotos tempos geológicos, na conformação daquela majestosa paisagem. Com as lentes do presente, me perguntava o que seria dessa mesma paisagem sem a passagem do rio, que parecia fatalmente esvair-se.

Eu havia entrado em contato com meu interlocutor de pesquisa no dia anterior, por intermédio de um vizinho seu, que possuía internet em casa e se dispunha a fazer a ponte da comunicação com a família, desprovida de aparelho celular ou qualquer sinal de telefone e internet. A estrada que leva à comunidade rural de Olhos D'água e a várias outras no médio curso do rio – Araçá, Onça, Cabanas, Vargem Grande, Veredas – passa por dentro do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. O acesso, vindo de Januária, é feito exclusivamente por esta estrada⁵⁹.

Quem me forneceu a carona foi um morador de Vargem Grande, que exercia o trabalho de vigia noturno no escritório do ICMBio, em Fabião I. Com o término de seu expediente, às 6:00 da manhã, ele atravessava de volta, em sua motocicleta, os caminhos de terra do PNCP para chegar ao seu domicílio. Era comum que moradores de comunidades inseridas na APA, no médio curso, se deslocassem cotidianamente para Fabião I, onde está localizada a sede e o escritório do PNCP, com o objetivo de exercerem atividades diversas: enquanto membro da brigada de incêndios que atua no PNCP, ou enquanto condutor ambiental autônomo, ou ainda como funcionário do próprio escritório do ICMBio. Diante da impossibilidade de manutenção das atividades agrícolas, ‘conseguir’ trabalho junto ao órgão ambiental representava uma verdadeira *oportunidade* - palavra entoada constantemente por eles.

A partir de uma clara tendência ao assalariamento das relações de trabalho, era possível vislumbrar um dos aspectos da transformação socioespacial em curso do vale do Peruaçu:

⁵⁹ A estrada sem pavimento que liga Fabião I às comunidades do médio Peruaçu, dentre elas Vargem Grande, já foi inúmeras vezes alvo de conflitos entre o órgão ambiental responsável pela gestão do PNCP e os moradores locais. Mungai (2008), em sua investigação, detectou melhor esta disputa. Segundo a pesquisadora, “a estrada municipal que liga o Fabião I à Vargem Grande, o melhor acesso para o deslocamento de pessoas entre as duas comunidades, possui um traçado que corta a Zona Primitiva da UC, bem às margens do polígono – setor com os maiores atrativos de cavernas e sítios arqueológicos do Parque. Nesse sentido, vislumbra-se mais um futuro conflito com o órgão gestor da UC, pois o Plano de Manejo prevê que a estrada municipal, que liga tais comunidades ao Fabião, seja fechada para o uso geral” (MUNGAI, 2008, p. 134) A mudança no acesso acabou não sendo efetivada, como pudemos verificar em campo no ano de 2020.

a substituição de uma condição social predominantemente centrada na agricultura familiar, rumo ao assalariamento e às relações concorrenciais de emprego. Não coincidentemente, esse processo conectava moradores do médio curso, onde ainda predomina o exercício das atividades agrícolas, ao baixo curso da bacia, já fortemente influenciado pela atividade turística do PNCP.

A chegada à casa de Zé Torino, ainda no amanhecer do dia, foi recepcionada com o tradicional café e quitandas preparadas pelas mãos de Nelinda, que narrava com preocupação o resultado de sua matemática temporal acerca das chuvas do ano: estavam atrasadas. O fenômeno pluviométrico era responsável por reger os sentimentos gerais, não só daquela família, mas de toda a comunidade, como pude ir percebendo ao longo da estadia. Nesse dia, fui gentilmente convidada a pernoitar na casa, já que o deslocamento até Fabião I, onde estava hospedada, teria sido impossibilitado em função do avançar das horas.

A unidade doméstica de Zé Torino está inserida em um terreno que se estende desde o rio Peruaçu até os campos gerais, o que garante a eles a possibilidade de acesso ao rio e também ao *gerais*, tradicionalmente utilizado para a solta do gado. O ambiente entre o portão e a porta da casa, era ornado com diversas plantas e flores. Nelinda, que aprecia e cuida com zelo das flores, explicou que estas também ajudam a espantar insetos da horta.

O terreno era composto ainda pela casa de alvenaria, pintada à mão com desenhos de flores e animais coloridos, duas hortas em pleno funcionamento, localizadas próximo à casa, além de três tecnologias sociais: a Cisterna de Placas (Prancha 2); a Caixa d'água Calçadão e a Caixa d'água Telhadão. Um cano de PVC, ligando a calha da casa à cisterna, denunciava de antemão a função daquela tecnologia social: captar e armazenar a água da chuva para o abastecimento doméstico. As águas provenientes das cisternas eram utilizadas para irrigar as duas hortas e o pomar de frutas. Conforme me explicou Zé Torino: “Agora que tem as caixas d'água, desde 2013, não precisa mais ficar pegando água do rio e dá pra cuidar melhor das beiras”.

O quintal, segundo ele, pode ser definido dentro do conceito de ‘agrofloresta’, ou SAF-Sistema Agroflorestal. Praticamente todo o terreno foi reflorestado com espécies típicas da região, como o Jatobá, Cedro, Carandá Mimoso, Barriguda, Embaré. Na parte do quintal, foram mantidas as árvores que já existiam ali, como Ipê, Aroeira e Pereiro. O Sistema Agroflorestal é caracterizado por ser uma forma de uso da terra na qual se privilegia a

manutenção de espécies arbóreas lenhosas nativas, como as frutíferas ou madeireiras, com cultivos agrícolas e/ou animais⁶⁰.

No quintal, de todas as espécies arbóreas presentes, ganhava destaque um generoso e imponente pé de Umbu. A árvore crescera e se ramificara em grande medida, o que exigiu a construção de uma estrutura de madeira para a sustentação dos galhos. Naquela temporada, em Janeiro de 2020, o pé havia sido generoso: uma parte dos frutos foi transformada em polpa, armazenadas no freezer para o consumo da família; outra parte foi doada a vizinhos, que chegavam de tempos em tempos no quintal para ‘catar’ umbu; e outra parcela foi ainda destinada à Cooperuaçu (Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale Peruaçu)⁶¹, sediada na comunidade do Areião, da qual Zé Torino é membro ativo. Lançando mão de recursos diversos – a utilização das tecnologias sociais para captação de água da chuva com a finalidade produtiva e para o autoconsumo; o beneficiamento de frutos junto à Cooperuaçu para a comercialização junto aos mercados externos; e as trocas estabelecidas com vizinhos – era possível complementar, ao salário da aposentadoria, uma renda que garantia a manutenção da família. A tríade autoconsumo, comercialização e solidariedade parecia compor, em alguma medida, a reprodução social no local.

⁶⁰ Fonte: IPOEMA (Instituto de Permacultura). Disponível em: <https://ipoema.org.br/>. Acesso em 22/01/2021

⁶¹ A Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale Peruaçu (Cooperuaçu) foi criada em 2016 sob financiamentos do WWF Brasil, por meio do Projeto Água Brasil. Com sede na comunidade de Areião, a Cooperativa desenvolve o agroextrativismo sustentável. A partir das frutas e frutos do Cerrado, como jenipapo, pequi e buriti, os cerca de 60 cooperados fazem conservas, sorvetes, picolés, geleias, licores e outros. Entre os objetivos da cooperativa está o de fomentar a produção, realizar capacitações e conseguir parcerias. (MSVP, 2020).



Prancha 3: Umbuzeiro no Pomar de Zé Torino (A); Horta cultivada através do uso das tecnologias sociais (B) Acervo pessoal, Julho de 2019; Cooperuaçu, cooperativa na comunidade de Areião (C), Fonte: Site do MSVP

Zé Torino, que trabalhava próximo às margens do rio no momento da minha chegada, subiu até a varanda da casa para receber-me. Finalizado os cumprimentos, foi logo sugerindo que fizéssemos um passeio até um problemático ponto do rio que havia secado, “a ponte do Tião”, na entrada da comunidade de Vargem Grande. Convite aceito, em seu automóvel Fiat Uno vermelho fomos em direção ao que antigamente era conhecido como “balneário do Peruaçu”, um ponto do rio que antes servia para o lazer de crianças e adultos e contava com o antigo “bar do Tião”, naquela data do ano de 2020 fechado permanentemente.

O local tinha uma aparência de abandono. No leito do rio, as águas superficiais estavam completamente secas e a vegetação ia se adensando sob o solo ainda úmido. No caminho até lá, parando sempre para cumprimentar a todos os vizinhos-parentes que cruzavam conosco a pé ou de carro, Zé Torino me apresentava como uma “pesquisadora do rio”, algo que me remetia à importância dada pelos moradores à busca por compreensões acerca do processo de extinção do curso d’água. Em resposta à minha apresentação, eu podia notar uma diversidade de reações; daquelas mais jocosas: *“Vai ver se ouro aí pra nós?”*, a outras mais frustradas: *“É, minha fia, tudo nessa vida acaba... Só Deus pra ter misericórdia de nós”*.

Os diálogos junto aos vizinhos e parentes de Zé Torino eram constantemente perpassados por desabafos que se relacionavam às dificuldades cotidianas resultantes da escassez de chuvas e da progressiva seca do rio Peruaçu, cuja antiga fama era de que *“só se passava a nado!”*. Muitas das histórias e das tradições locais desvelavam uma íntima relação junto ao rio, cujas águas perenes representavam não só a base da produção agrícola em um contexto marcado por duas estações bem definidas, mas também de um certo modo de existência, de uma certa ontologia.

“Ali, na Vargem Grande era ‘assim’ de buriti! Era o lugar mais bonito que existia aqui. Cê tava na vila, encima, e olhava aquela agua lá em baixo, e aqueles buritizais...”

Nas décadas anteriores à seca proeminente do rio Peruaçu, em meio à abertura do país a investimentos externos e ao desenvolvimento industrial no sudeste brasileiro, Zé Torino, assim como a maior parte dos moradores da região, migrou diversas de vezes para o estado de São Paulo, a fim de buscar ‘melhora’. Naquele período, entre as décadas de 1970 e 1980, era comum que os jovens, sobretudo os homens, deixassem o trabalho na roça - cuja responsabilidade os irmãos mais novos ou esposas assumiam - para buscarem

oportunidades no sudeste do país. Milhares de pessoas, do Norte de Minas, vale do Jequitinhonha e do Nordeste brasileiro, serviram de mão de obra barata à indústria canavieira no interior de São Paulo, para a qual trabalhavam sazonalmente no corte de cana – trabalhadores que ficaram conhecidos como *boias frias*⁶² - e também ao setor de construção civil que se aquecia na região metropolitana e na capital do estado⁶³.

Assim, a migração para São Paulo, enquanto estratégia produtiva, ajudou a constituir a base da reprodução social no contexto territorial do Peruaçu. Através dos relatos, é possível perceber que o trabalho assalariado era geralmente aderido enquanto complemento ao trabalho agrícola familiar. O assalariamento possibilitava certo investimento na produção do agricultor, bem como a possibilidade de manutenção das famílias nas terras a que tinham acesso⁶⁴. Zé Torino, por exemplo, relatou que o salário proveniente dos inúmeros trabalhos exercidos em São Paulo, era destinado quase integralmente à esposa que, tendo permanecido na comunidade, o utilizava para a compra de animais de criação, além de materiais de construção para erguer a casa. Assim, ‘de pouco em pouco’, a condição da família se estabilizou, até que Zé Torino, a partir da década de 1990, voltou de vez ao Peruaçu para cuidar exclusivamente do trabalho agrícola, do beneficiamento das frutas e da lida com os animais.

A energia elétrica chegou a sua casa no final da década de 1980. Nesse período, não havia preocupação com a seca, o rio Peruaçu ‘corria normal’. No entanto, antes mesmo do regime hídrico manifestar qualquer alteração, Zé Torino já havia iniciado o replantio de espécies nas margens do rio, local antes utilizado para a lavoura e a dessedentação do gado. No início da década de 2000, antes mesmo da chegada dos programas de convivência com seca, ao observar uma progressiva diminuição da vazão do rio, o desejo de iniciar um trabalho de recuperação da área foi dando lugar a uma real necessidade de

⁶² Segundo Leite et al. (2019) o que caracteriza os boia fria é fato de serem “trabalhadores migrantes e dos mesmos se imiscuírem em relações contratuais instáveis”. Do ponto de vista das suas relações no local de origem, “é trabalhador temporário porque em geral tem acesso à terra na qual pode produzir gêneros alimentares, mas não em extensão suficiente para garantir a reprodução familiar, bastante transformada no processo que se seguiria à crise de uma dinâmica pregressa de caráter oligárquico, coronelista e regional. Assim, ele migra para complementar monetariamente sua subsistência e por isso se assalaria apenas uma parte do ano” (LEITE *et al.*, 2019, p. 31).

⁶³ MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁶⁴ De acordo com diversos relatos, o trabalho para o corte de cana, no interior de São Paulo, foi promissor apenas até a década de 1970, depois desse período, os salários passaram a se tornar mais baixos do que já eram, o que não permitia a transferência de renda para a família. Isso ocorreu, de acordo com Leite *et al.*; (2019), porque a ampla mecanização da colheita na lavoura canavieira de São Paulo reduziu drasticamente a necessidade de mão de obra, diante de uma oferta crescente de trabalhadores.

manutenção das águas, visto que a insegurança hídrica representava uma verdadeira ameaça à manutenção da família. De acordo com seu relato, o início do trabalho para a recuperação das margens do rio em seu quintal ocorreu no início dos anos 2000:

“Naquele tempo eu plantei 6 pés de Buriti. Em 2010 eu plantei mais quatro. Em 2013 eu ganhei 26 mudas e plantei todas. Ao mesmo tempo ia também plantando as outras árvores, junto com os Buritis...”

A prosa na casa de Zé Torino foi seguida por uma visita às novas nascentes produzidas por ele no ponto mais baixo do terreno. Sem cessar a conversa ele foi explicando os detalhes de seu trabalho. Primeiro, ele retirou o gado que pastava da beira do rio, depois iniciou o plantio de espécies típicas dali, começando pelo Buriti (*Mauritia flexuosa*). Segundo ele, essa espécie auxilia na retenção de água no solo. O Buriti é plantado necessariamente onde existe umidade e, quando a palmeira atinge uma determinada altura, ela pode auxiliar no crescimento de outras plantas, ao fornecer sombra e umidade: “uma planta só cresce junto com a outra”, ele ensina. O lírio do brejo (*Hedychium coronarium*) também foi plantado próximo ao rio com vistas a reter a água no solo. Apesar dos benefícios trazidos por essa planta, ele explica que o lírio é invasivo, multiplica-se extremamente rápido, e para que não prejudique as demais plantas, é preciso um trabalho rotineiro de poda. Na ‘barranca’ do rio, ele passou a plantar o inhame, planta que ajuda a proteger o solo e ainda oferece seu virtuoso tubérculo como alimento (Prancha 4).

Estando o solo em boas condições, o resultado veio de forma surpreendente. Com o passar do tempo e o auxílio das chuvas, as águas subterrâneas passaram a aflorar novamente. Pequenas veredas se formaram a partir da junção entre as raízes do Buriti e o solo, insinuando o surgimento de um oásis naquele desprezioso quintal. “Agora nós vamos num Peruaçu que cê ainda não foi”, ele me alertou enquanto seguíamos os rastros aquosos provenientes das minas de água. O ambiente era completamente diferente dos outros pontos do rio em que havia estado: o clima era fresco e o som das águas em volume elevado anunciavam a sua incontestável ressurgência (Prancha 4).

Em Janeiro de 2020, haviam no quintal de Zé Torino cerca de 10 novas nascentes alimentando o rio Peruaçu com puras e cristalinas águas. Dali, estas águas desciam em

direção à região das grutas e cavernas, servindo de alimento ao sistema fluviocárstico⁶⁵ presente no vale do rio Peruaçu.

Os ganhos com a recuperação das águas que antes ele assistira esvaírem-se, animou Zé Torino a dedicar parte de sua rotina diária ao trabalho de manutenção e recuperação de novas nascentes. A escolha pelo o plantio de determinadas espécies em detrimento de outras, deu-se, segundo ele, a partir de suas próprias experiências empíricas. Em locais de brejo onde havia água, ele costumava observar as condições existentes, buscando reproduzir o cenário em seu quintal.

A manutenção do terreno exige constante trabalho: onde nascem novas ‘minas d’água’ é preciso ir retirando o capim e o lírio do brejo, que multiplicam-se desordenadamente; as mudas de Buritis recentemente plantadas necessitam de proteção contra a exposição direta ao sol, o que demanda a construção de uma espécie de sombreado, feito com as folhas caídas dos Buritis mais velhos. Trabalhos que ele concilia ainda com outras atividades relacionadas à produção agrícola e à manutenção das cisternas. Além disso, pequenas barraginhas de concreto foram construídas por ele próprio, com a finalidade de reter parte da água que foi sendo reunida.

“Quando eu construí [as barraginhas] não tinha água não, era um tantinho pouco. Essa água foi juntando ao longo de uns poucos meses. Eu to ajudando também lá pra baixo. Essa barragem é uma prevenção, pra gente ter água na região! Porque tudo indica que isso ajuda as minas d’água. Em vez de correr o risco de secar as minas, essa “caixa d’água” vai mantendo a umidade no solo e soltando a água aos poucos...” (Zé Torino – Janeiro 2020)

O apoio prestado por amigos, vizinhos e pessoas ‘de fora’ também foi fundamental para o êxito na recuperação de um dos trechos do rio Peruaçu. Alguns ajudaram com a doação de mudas nativas, outros fazendo articulações e buscando projetos junto a ONG’s e universidades⁶⁶. Orgulhoso de sua íntima relação com as ‘minas d’água’, Zé Torino não

⁶⁵ No contexto da bacia do Peruaçu, a presença de um vale fluvial sobre as rochas carbonáticas e injeção significativa de águas halogênicas, faz com que esta paisagem seja caracterizada como um típico fluvio-carste. Esta categoria se diferencia substancialmente do carste clássico por ilustrar uma dinâmica hidrológica e não uma morfologia (RODET *et al.*; 2009, p. 88), o que denuncia, de antemão, o papel do rio na configuração e manutenção da paisagem.

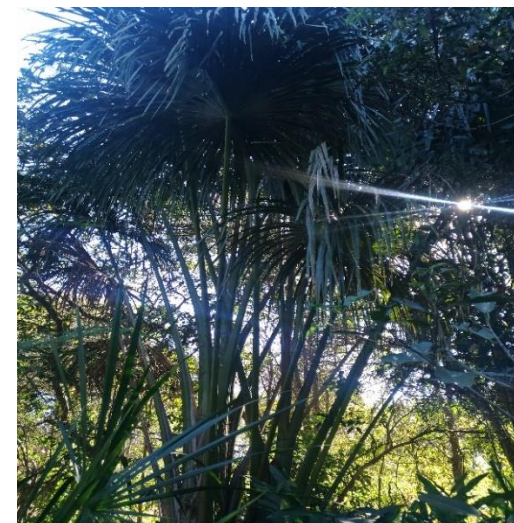
⁶⁶ Ele foi um dos contemplados, em 2013, para receber o projeto de construção das cisternas provenientes do projeto Água Brasil. Além disso, em 2020, a família havia sido escolhida para receber o projeto de uma placa solar na casa. Diante da dificuldade em regar manualmente com um simples regador, todas as plantas

se constrange em receber os ‘de fora’, que chegam quase sem acreditar que o agricultor é mesmo um ‘plantador de água’. O contato com professores e alunos do IFMG – Januária (Instituto Federal de Minas Gerais) é constante. No quintal, acontecem oficinas de educação ambiental e exposição prática de conceitos do SAF – Sistema Agroflorestal.

Nesse sentido, é pertinente destacar a ampla rede de articulação conformada no âmbito das organizações locais, a partir do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu (MSVP), que junto à Fundação Pró-natureza (FUNATURA) desempenharam importante função no sentido do fortalecimento econômico, político e cultural das comunidades do Peruaçu, através de projetos previstos no Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (Plano DTBC)⁶⁷; além da atuação da Caritas Diocesana de Januária, envolvida diretamente na gestão dos programas para a convivência com o semiárido. Destaca-se também o papel de ONG’s como a WWF-Brasil, e dos sindicatos de trabalhadores rurais. Juntos, estes setores, com suas diferentes diretrizes de atuação, uniram forças às redes comunitárias (de vizinhança e parentesco) já existentes no território, as quais foram sendo reanimadas a partir dos diferentes fluxos de mobilização social na região.

presentes no terreno reflorestado, a placa ajudaria a captar água do rio para molhar estas plantas. Através de energia solar, e através de uma bomba hidráulica instalada dentro do rio, subiria uma quantidade de água até o calçadão com a finalidade de manter as plantas.

⁶⁷ Documento elaborado em 2008 com a função de apontar diretrizes para as ações do Mosaico em três frentes diferentes: a gestão integrada das UC’s que compõem o mosaico; **o extrativismo sustentável de produtos do cerrado**; por meio do financiamento a cooperativas locais, e o turismo ecocultural. Ao longo dos últimos dez anos, por meio do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, foi possível viabilizar diversas ações do Plano no núcleo Peruaçu e também nos outros núcleos abrangidos pelo Mosaico.



Prancha 4: Rio Peruaçu no terreno de Zé Torino, na beira o inhame plantado junto às técnicas de manejo de recuperação de nascentes (A); Águas das minas correndo em direção ao rio (B) e (C); Uma das dez nascentes encontradas no quintal (D); Lírio do Brejo (E); Palmeira Buriti, responsável por propiciar condições favoráveis ao afloramento de água no solo, e cuja muda teria sido plantada há cerca de 20 anos atrás. Acervo pessoal, julho/ 2019 e janeiro/2020.

A atuação de um rede articulada entorno de projetos que visam apoiar práticas de manejo e recuperação de nascentes, exemplificada no trabalho exercido por um dos atores do médio curso da bacia, pretende evidenciar uma espécie de reivindicação das condições de permanência naquele território, a despeito da postura de um desenvolvimento hegemônico pautar em grande medida a apropriação do território. Com isso não pretendemos tomá-lo como representante da totalidade do processo social em curso, mas enquanto uma parte incontestável dele. A escalada hegemônica da agroindústria, responsável por proporcionar uma devastação ambiental e social ao Brasil, não acontece de forma passiva – ou pacífica. Nesse sentido, evidenciar as partes da realidade que infletem ou rivalizam com as *redes dominantes* torna-se fundamental (PELBART, 2003).

Tampouco pretendemos nos basear em um tipo de “isolamento cultural”, como se fosse possível recusar as formas multidimensionais de sujeição a que nossa existência está disponível em uma escala virtual. A apropriação do tempo e do espaço no mundo contemporâneo está invariavelmente comprometida com as prescrições normativas e culturais vinculadas pelo Estado, pelas Instituições, pelo mercado financeiro. Além de produzir regras, direitos e instituições, o neoliberalismo “também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16). No caso específico do Peruaçu, a institucionalização da gestão da água, por meio da abertura de poços artesianos; a privatização das terras em articulação com políticas de Estado, como vimos no último subcapítulo; e a instituição de espaços de natureza protegida – APA’s, Parques Nacionais, Parques Estaduais – são responsáveis por instaurar novos regimes técnicos e sócio-políticos no território (SANTOS, 1997). Assim, ao passo que as águas de rios e veredas, águas em movimento, dão lugar às águas paradas de poços artesianos, águas escassas, rigidamente controladas e mal distribuídas (GALIZONI, 2005); e que os amplos territórios que constituíam o gerais dão lugar às cercas e ao encurralamento territorial (ANAYA, 2012); o sentido do movimento, que qualificava a vida no gerais vai sendo desmantelado, face à produção de um espaço cada vez mais recortado, fragmentado, capitalizado.

Ainda assim, é preciso evidenciar as possibilidades existentes “de se operar no interior das contradições espaciais, (re)criando formas de sustentação e fruição da vida, a partir do diálogo/embate dos saberes tradicionais nas interfaces com a modernidade” (VIEGAS, 2014, p. 35). Desse modo, o sentido de resistência não deve se centrar em uma ideia de oposição à realidade da vida moderna, mas pela busca por uma apropriação de signos,

instituições, tempos e espaços modernos, possibilitando a intervenção no aqui e no agora (Idem). No quintal de Zé Torino, antigos valores que norteiam a relação comunitária com a água parecem se nutrir de novas estratégias produtivas e afetivas. A agroecologia, enquanto postura conscientemente incorporada pelos atores com vistas a uma renovação de suas relações com a terra; o uso de tecnologias sociais, ajudando a promover uma maior autonomia na gestão da água por parte das famílias; e a criação e fortalecimento das cooperativas para o beneficiamento dos produtos locais - promovidas em grande medida por meio de projetos financiados por instituições privadas, podem ser lidas como uma apropriação estratégica dos instrumentos modernos para uma reivindicação da manutenção das condições de vida no lugar.

“Como se pode declarar a morte das sobrevivências?” O enunciado com que Didi-Huberman (2014, p. 64) filósofo e ensaísta, interpela o pessimismo eloquente do cineasta italiano Pasolini – para quem os vagalumes, pequenas luzes que resistiam ao obscurantismo da modernidade, teriam desaparecido definitivamente – inaugura esta parte do texto porque fornece uma espécie de contraposto ao que foi apresentado no capítulo anterior, das Cabeceiras. Isto é, se as veredas que alimentavam o rio Peruaçu estão em vias de desaparecerem; se os espaços de natureza protegida não tem sido suficientes para conter a seca do rio Peruaçu e, ainda, se as queimadas no alto curso se apresentam enquanto contingência de um processo mais amplo - pois permeado por históricos jogos políticos e disputas de poder - então o que vem acontecendo em um dos quintais no médio curso da bacia parece simbolizar uma espécie de retomada do poder de (re)apropriação do tempo, do espaço e dos objetos pelos atores locais – “aquilo que não desapareceu completamente, e sobretudo, aquilo que aparece apesar de tudo, como novidade remanescente” (Idem).

A partir do deslocamento compulsório das “novas” águas produzidas, a vida no gerais parece também se deslocar, entrar novamente em movimento, a despeito das cercas que dividem e subtraem o espaço. Em sua ânsia por produzir novas ‘minas’, Zé Torino parecia alimentar certo *desejo* (PELBART, 2003), por acompanhar estas águas, ‘ver onde vai

dar'. Ao oferecer condições para a ressurgência - ou seria insurgência? - do bem natural, o agricultor transmutava parte de sua subjetividade em águas móveis, livres.

III. Terras de Vazante:

Onde a fazenda encontra o Parque

Se no evento de lançamento da primeira edição da revista Manzuá – narrado logo na abertura desta dissertação - era eu quem me deslocava no espaço a fim de ir ao encontro do sertão do rio São Francisco, no evento de lançamento da segunda edição da revista, era o sertão que irrompia para dentro de uma galeria de artes localizada no centro da metrópole belo-horizontina⁶⁸, meu local de origem e residência. No evento de lançamento da revista estavam presentes dois dos futuros interlocutores de minha pesquisa, Zé Torino e Nelinda. Sentados timidamente em cadeiras dispostas em círculos, de frente para um público de cerca de 30 pessoas, contavam sobre suas trajetórias na comunidade de Olhos d'Água e sobre as práticas de manejo que os permitiam 'plantar água' no Peruaçu – história que fez o público vibrar. Dali, a prosa se fiaria noite a dentro. Ao invadir a sala planejada sob os moldes da arquitetura moderna, o mundo sertanejo reivindicava sua parte naquela realidade que parecia a tudo absorver - e escurecer. Nesse sentido, os símbolos da modernidade tornavam-se dispositivos estrategicamente utilizados em favor da ampliação das vozes e das histórias vivas e pulsantes do interior do Brasil.

Era a primeira vez que eu os via. Nesse dia, o burburinho do evento não permitiu com que nos apresentássemos, fato que só se daria alguns meses depois, durante um dos trabalhos de campo do mestrado, no quintal agroecológico do casal, como abordado no subcapítulo anterior. Naquela segunda edição impressa da Manzuá, distribuída gratuitamente ao público, as iniciativas promovidas pelos plantadores de água do Peruaçu ganharam dez páginas inteiras. Nelas, destacava-se o uso das tecnologias sociais para a produção agrícola e o trabalho com a recuperação de nascentes⁶⁹.

Na ocasião do evento, em maio de 2018, eu já havia imergido na comunidade de Fabião I e no PNCP algumas vezes, e a ideia de investigar os aspectos da seca do rio Peruaçu já fazia parte do quadro geral de hipóteses e caminhos a serem perseguidos na pesquisa. No entanto, a história dos plantadores de água, contada por Zé Torino e Nelinda durante o evento em Belo Horizonte, colocava algumas das premissas iniciais da investigação em suspenso, em favor do pressuposto de que haveria muito ainda para ver e ouvir. Em geral, as narrativas que se destacavam na comunidade de Fabião diziam respeito ao *esgotamento das águas do rio Peruaçu* e às *transformações sociais decorrentes da criação do Parque*

⁶⁸ O lançamento da segunda edição ocorreu em maio de 2018, no Instituto Cultural Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG Cultural. De acordo com informações do site, trata-se de uma organização sem fins lucrativos que atua de maneira multidisciplinar para fomentar, registrar e divulgar os processos culturais em Minas Gerais.

⁶⁹ CAMPOS, D. Bertelli, M. *Plantadores de águas*. Revista Manzuá. 2018

Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP), dois processos que pareciam não estarem exatamente conectados, ao menos à primeira vista. Por isso, o ímpeto de subir até as cabeceiras e depois percorrer parte de seu médio curso, respondia à necessidade de ir ao encontro de respostas mais concretas àquela questão, que se apresentava ainda de forma turva no início da investigação. Depois de percorrer alguns trechos na região do alto e do médio curso da bacia do Peruaçu – e tendo acumulado certa quantidade de informações e análises sobre as causas e efeitos da seca do rio - retorno agora ao ponto inicial da viagem: ao baixo curso do rio e à comunidade de Fabião I, porta de entrada do PNCP. O intuito de retornar a este trecho da bacia somente no último subcapítulo do texto – afinal, foi em Fabião I onde permaneci por mais tempo ao longo dos trabalhos de campo e onde as questões se delinearão com mais força - obedece à intuição de que o acúmulo de análises ajudaria a compreender melhor aquela realidade complexa que eu observava ainda com poucas ferramentas. Nesse sentido, vale sempre lembrar que a pergunta inicial que moveu a viagem pelo rio Peruaçu surgiu na comunidade de Fabião, com a constatação de que os efeitos resultantes da seca do rio naquele contexto se somava às implicações jurídicas, socioeconômicas, sociais e técnicas do PNCP.

Nessa parte do texto, a escolha dos atores que contribuíram para essa pesquisa leva em conta suas relações com os processos de ocupação do território pelas fazendas de gado e seus diferentes regimes de funcionamento, bem como sua experiência na repartição das terras decorrentes da transição paradigmática do território pra uma unidade de conservação. Carlos, Joaquim e Luís, abriram espaço para a gravação das entrevistas, cujos áudios puderam ser transcritos e usadas na última parte deste texto. No quadro 1 é possível verificar alguns dados primários de cada um deles, como idade, a antiga ocupação e a ocupação recente, no período das entrevistas.

Entrevistado	Idade	Local de residência	Ocupação antiga	Ocupação atual
Joaquim	72 anos	Fabião I	Garimpeiro	Aposentado e Condutor ambiental
Luís	61 anos	Terra Brava	Vaqueiro e agregado de fazenda	Funcionário terceirizado da FIAT Automóveis
Carlos	55 anos	Fabião I	Pequeno proprietário	Pecuarista e Condutor ambiental

Quadro 1: Interlocutores de pesquisa na comunidade de Fabião I – baixo curso do rio Peruaçu (Janeiro, 2020)

Da transição do médio ao baixo curso, o rio Peruaçu percorre o chamado *Compartimento do Cânion* (PILÓ, 1997), uma paisagem marcada pelo domínio do calcário carstificado, recoberto pela Mata Seca, em que se destaca um surpreendente cânion de cerca de 17 quilômetros, intercortado por numerosas grutas e cavernas, cuja altura pode por vezes atingir os 100 metros⁷⁰. Nesse contexto geomorfológico⁷¹, o rio Peruaçu corre ora superficialmente, por estreitos caminhos internos às grutas, e ora de forma subterrânea, através de sumidouros responsáveis pela conformação do aquífero cárstico (Idem) - daí a característica mais marcante do rio nesse trecho da bacia: a intermitência de suas águas. A presença do vale fluvial sobre rochas carbonáticas, fez com que este sistema fosse caracterizado como um fluvio-carste, “categoria que se diferencia substancialmente do

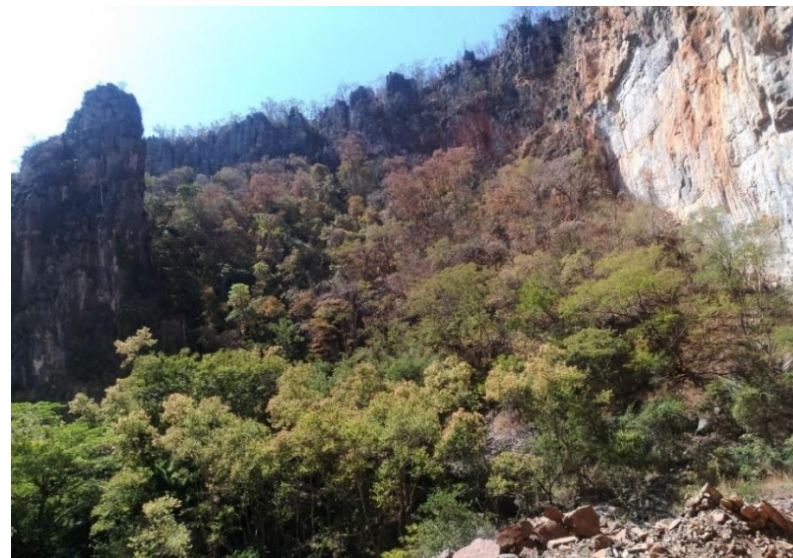
⁷⁰No PNCP está presente um dos maiores monumentos espeleológicos do Brasil, a gruta do Janelão. É onde o cânion do Peruaçu se abre a uma paisagem impressionante, e é também onde está localizada a maior estalactite do mundo, a Perna da Bailarina (Fonte: Site ICMBIO).

⁷¹“Peruaçu”, era um termo empregado pelos Xacriabá para referir-se à fenda ou buraco (Peru) muito grande (Açu), muito provavelmente referindo-se às grutas presentes na região.

carste clássico por se tratar de uma dinâmica hidrológica e não uma morfologia”. (RODET *et al.*, 2009, p. 88).

De acordo com Valadão e Silveira (2018), a constante migração da água em superfícies é fato recorrente nos mais distintos espaços do globo terrestre, mas “são nos terrenos cársticos que esse processo se faz marcado tanto pelo considerável volume hídrico em trânsito, em uma complexa rede subterrânea de cavidades e condutos, como também pela intrínseca conectividade dessa última à superfície” (Ibidem, p.27). Desse modo, “as trocas e retroalimentações são, portanto, traços marcantes entre o endocarste (feições desenvolvidas no subsolo) e o exocarste (feições desenvolvidas em superfície)” (*Idem*). Depreende-se daí o papel fundamental exercido pelas águas tanto subterrâneas quanto superficiais do rio na conformação da majestosa paisagem presente no vale do Peruaçu.

Do ponto de vista de sua geografia física, o vale do Peruaçu consolidou-se como um dos mais importantes sítios espeleológicos e geomorfológicos do Brasil (PILÓ; RUBBIOLI, 2002). As cavernas ali presentes oferecem verdadeiros laboratórios para o estudo da paleohidrologia regional. “Nessas galerias ocorrem inúmeros registros sedimentares (químicos e clásticos), verdadeiros arquivos para reconstituições paleoambientais do Quaternário continental brasileiro” (Ibidem, p.454). Já do ponto de vista da arqueologia, os abrigos guardam registros, pinturas rupestres e artefatos líticos e cerâmicos confeccionados por grupos humanos cuja origem data de até 12.000 anos antes do presente (PROUS; RODET, 2009)



Prancha 5: Dolina dos Macacos (A); Antiga casa sede da fazenda Terra Brava, reformada e convertida no Centro de Visitantes (CV) Janelão, local de ponto de partida para a trilha que dá acesso ao atrativo mais visitado do PNCP, a gruta do Janelão (B); Lapa do Índio, com estrutura construída para facilitar o acesso dos visitantes (C); Trecho do cânion do Peruaçu, na entrada do “Arco do André” (D). Acervo pessoal, 2017/2019

A forte presença de registros, pinturas rupestres e artefatos líticos no ambiente cárstico do vale do Peruaçu, somada à notável paisagem, deu argumento à criação de três Unidades de Conservação ao longo da bacia do rio Peruaçu. Em um primeiro momento, no ano de 1989, toda a região da bacia do Peruaçu foi convertida na Área de Proteção Ambiental (APA) Cavernas do Peruaçu, com extensão de 143.355,59 hectares, categoria que permite a ocupação e o uso sustentável da área (ICMBIO). Posteriormente, por meio do Decreto nº 36.070 de 27 de setembro de 1994, foi criado o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, no local onde se situam as cabeceiras do rio – região já mobilizada anteriormente no texto. Com vistas a estabelecer maior controle sobre o Compartimento Carstificado da bacia, região onde estão presentes as grutas e os vestígios arqueológicos, foi criado o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, por meio do Decreto Federal s/n de 21.09.1999, com área de 56.400 hectares, localizado entre os municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões, sob a categoria “proteção integral” – ou seja, que não permite a permanência de moradores em seu interior e tampouco o desempenho de atividades econômicas e de subsistência⁷².

O processo jurídico que levou à criação do PNCP, bem como os conflitos depreendidos dele, foram investigados com afinco pela pesquisadora Mariana Mungai (2008). De acordo com a autora, a criação da UC contou com recursos privados provenientes da empresa FIAT Automóveis, através do pagamento de multa ambiental, em uma medida jurídica conhecida como *compensação ambiental* (ICMBIO). A empresa ficou responsável por adquirir as terras nessa área, por meio da compra direta, e posteriormente doá-la à União para a implementação do PNCP. Além disso, a empresa foi responsável por financiar a elaboração do Plano de Manejo, que dispõe sobre o sistema de gestão do Parque a ser implantado; bem como pela construção da infraestrutura turística no interior do Parque, na qual destacam-se dois Centros de Visitantes (CV); passarelas para acessibilidade aos atrativos turísticos; e manutenção da principal estrada, sem pavimento, que leva aos atrativos turísticos do Parque (MUNGAI, 2008). Esse dispositivo jurídico previsto na legislação ambiental foi amplamente revisitado por pesquisadores que se debruçaram sobre as contradições que baseiam o jogo entre apropriação privada da terra e uso público dos bens naturais (MONTEIRO, 2019). No caso do PNCP, por exemplo, através da impressão da logomarca da empresa em placas indicativas ao longo de toda a infraestrutura do PNCP, fica evidente o aproveitamento da situação para a promoção do

⁷² Cf. Figura 1, p. 20

marketing empresarial - ainda que a participação da FIAT na criação do PNCP decorresse de dívida contraída junto ao Estado por danos causados ao meio ambiente (ICMBIO).

Apesar dos avanços no sentido da preservação da biodiversidade dos biomas, a criação de unidades de conservação no Brasil foi historicamente acompanhada pela insurgência de conflitos socioambientais (ZHOURI *et al.*, 2005). Conflitos estes que se apresentam de maneira ainda mais acentuada em contextos de unidades de conservação que se inscrevem sob a categoria de “proteção integral”. Isso porque, nestes contextos, a ideologia conservacionista ganha traços mais concretos, através das práticas de fiscalização e rígido controle sobre as atividades exercidas em comunidades locais. Decorre daí a proposta de criação de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, em territórios com profunda inserção de populações tradicionais e com relação simbólica e material com o meio rural, sendo tais categorias mais permissivas do ponto de vista dos usos diretos (MUNGAI, 2008; FAGUNDES, 2019)

No caso específico do PNCP, a partir do decreto de criação do Parque, os moradores que residiam no interior da área foram instados a venderem suas terras e impedidos de manterem atividades agrícolas e pastoris naquela área. Assim, da criação do Parque em 1999, até sua abertura a visitação turística em 2016⁷³, se passaram quase 20 anos, tempo que serviria para alimentar angústias e expectativas dos moradores que sofreram com a remoção do interior da área protegida e viram neste processo a possibilidade de empreender e ter sua renda fixa a partir das demandas do mercado turístico.

Ao longo deste capítulo, pretendemos retomar alguns aspectos deste processo, desde o encontro entre pesquisadores da arqueologia e moradores locais, mesmo antes da criação do Parque, responsável pela produção de certa metamorfose nos modos de vida e valores locais, passando pelos desdobramentos mais recentes da abertura ao turismo do PNCP, como o crescimento da atividade turística na comunidade de Fabião I, face à questão principal que move esta pesquisa, os efeitos da escassez hídrica no território.

⁷³Antes de 2016, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu era aberto a pesquisadores mediante autorização prévia do ICMBIO.

Tempo antigo no vale do rio Peruaçu

O início das pesquisas científicas no Vale do Rio Peruaçu datam de 1975⁷⁴, quando a Sociedade Excursionista e Espeleológica da Escola de Minas de Ouro Preto (SEE/UFOP) explorou as principais cavernas da região (PILÓ; RUBBIOLI, 2002). Pouco tempo depois, em 1978, dois arqueólogos canadenses, Alan L. Bryan e Ruth Gruhn (Universidade de Alberta) junto a Carlos Magno Guimarães (Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG) iniciaram uma série de prospecções, escavações e levantamentos rupestres na região. Essas pesquisas prosseguiram ao longo dos anos 1980 e 1990 por meio do Setor de Arqueologia da UFMG (PROUS; RODET, 2009).

As prospecções e escavações realizadas no Vale do rio Peruaçu foram notadamente guiadas pela geomorfologia local. Isso porque as investigações acerca da ocupação humana ao longo da bacia tiveram que considerar as características ambientais oferecidas por cada um dos diferentes trechos – cimeira/platô, cânion, zona de transição e planície aluvial – para uma interpretação mais efetiva acerca dos locais onde os grupos humanos fixaram-se mais regularmente e o padrão de mobilidade, tendo em vista os recursos disponíveis em cada ambiente. Tais singularidades do relevo e sua diversidade ambiental ao longo da bacia, permitiram inferir que a ocupação humana se deu com maior efetividade em duas principais regiões, na planície aluvial do São Francisco e na chamada Zona de Transição, cujas características foram explicitadas no tópico anterior do texto.

O canyon deve ter sido mais um lugar de passagem e destinado ao desenvolvimento de atividades específicas (acompanhadas pela execução de grafismos elaborados). O compartimento do platô, coberto pelos cerrados, proporcionava fartas colheitas de frutos durante a estação das chuvas; naquela mesma época, a caça de porte médio (...) A grande maioria das plantas medicinais atualmente conhecidas pelas populações locais encontra-se justamente no cerrado, cujo clima sazonalmente mais sadio que o da planície fluvial poderia ser mais um atrativo para os indígenas. Logo a montante do canyon, na zona de transição para o alto curso, se abre de novo e uma zona propícia à agricultura acompanha o rio (...) (PROUS; RODET, 2009, p. 14).

⁷⁴No entanto, uma primeira caracterização das formas superficiais e subterrâneas do carste local é apresentada pelo geólogo americano Jacques F. Robertson em 1957 (PILÓ; RUBBIOLI, 2002).

Como é possível notar, a importância de um entendimento territorial no âmbito da bacia do rio Peruaçu, que aqui buscamos a todo momento evidenciar, ganha respaldo ainda nos primeiros estudos a respeito da antiga ocupação humana daquele recorte espacial - interpretação que não raro buscamos estender para as análises da realidade atual da bacia, com o cuidado que requer esse tipo de comparação.

As escavações realizadas no vale do Peruaçu foram extremamente relevantes para o processo de consolidação da arqueologia pré-histórica de Minas Gerais, que se desenvolveu majoritariamente no âmbito do Museu de História Natural e Jardim Botânico - MHNJB da UFMG (PROUS, 2014). A diversidade de paisagens presentes ao longo da bacia fez do local uma espécie de laboratório a céu aberto para o estudo da relação estabelecida pelos grupos humanos com os diferentes ambientes presentes no contexto do rio São Francisco. Segundo André Prous, um dos principais pesquisadores responsáveis pelas escavações que se deram a partir da década de 1980 na região, “as pesquisas no vale do rio Peruaçu proporcionaram um quadro comparativo e de referência muito rico para todo o Brasil central e, particularmente, para o médio vale do São Francisco” (PROUS, 2014 p. 252).

A teoria mais aceita acerca da entrada de grupos humanos no continente da América do Sul é de que este processo tenha ocorrido em um período relativamente recente: entre 11.000 e 12.000 anos atrás. Vindos da Ásia, muito provavelmente pelo Estreito de Behring que liga a Sibéria ao Alasca, primeiro desbravaram parte da América do Norte até chegarem ao sul do continente (PROUS, 1997). Em uma das cavernas situadas no interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, a Lapa do Boquete, foram encontrados fósseis que datam de até 8.000 antes do presente (NEVES *et al.*, 2014) - fato que sublinha a relevância das pesquisas levadas a cabo na bacia do Peruaçu para uma compreensão ampliada da ocupação humana pré-histórica no Brasil e no continente americano.

Os estudos arqueológicos também revelam profundas transformações, ao longo do espectro temporal, das características culturais subjacentes aos diferentes grupos humanos que ocuparam a bacia do Peruaçu. Atividades de fabricação e uso de instrumentos de pedra e osso, por exemplo - a chamada “indústria lítica” - eram realizadas nos abrigos no início do período de ocupação de grupos genericamente identificados como “caçadores coletores”, entre 6.000 e 10.000 antes do presente. O aparecimento de sociedades “horticultoras”, por sua vez, ocorre com maior predominância nos últimos 2.000 anos, ao final da chamada “pré-história”. Elas empreenderam novidades no que diz

respeito às tecnologias de tratamento da argila, que resultaram na produção dos objetos em cerâmica, além de iniciarem a prática do plantio e colheita de alimentos como milho, feijão e mandioca. Mudanças que significaram profundas transformações na estrutura social dos grupos que ali se instalavam (FREITAS; RODET, 2010).

Ainda que os abrigos não tenham sido locais escolhidos para habitação em nenhum dos períodos da pré-história, eles serviam sobremaneira para guardar alimentos depositados dentro de cestos (os chamados “silos”, que continham milho, mandioca, feijão e amendoim, além de frutos silvestres), sobretudo no período final da chamada pré-história. Estima-se que nessa época os abrigos tenham ganhado novos usos e significados para as populações, com a “realização de cerimônias funerárias e oferendas de alimentos”, firmando-se como locais sagrados, aptos a receberem corpos e pinturas⁷⁵ (idem).

Os movimentos mais recentes das populações pré-históricas no vale do Peruaçu (entre 2.000 e 500 anos atrás), mapeados ao longo das pesquisas arqueológicas, não deixaram de acompanhar a histórica pressão colonial sobre os grupos indígenas ao longo dos séculos de colonização portuguesa (PROUS, 2014). Ainda que a primeira expedição ao sertão do rio São Francisco tenha ocorrido somente no final do século XVII (VASCONCELOS, 1948), é certo que as pressões sofridas pelos indígenas na costa brasileira tenham desencadeado em uma série de migrações para dentro do continente, fenômeno que se desdobrava em conflitos entre os diferentes grupos nativos que acabavam se encontrando (RIBEIRO, 2005).

Na região carstificada do vale do Peruaçu, o expressivo aumento no trânsito e ocupação do território por parte das populações nativas - dentre elas os Xacriabás, no final da pré-história e início do período colonial, indica que os abrigos presentes na região do cânion foram provavelmente utilizados enquanto refúgio (RODET; FREITAS, 2010). Conforme já demonstramos nesta pesquisa, os Xacriabá se viram diretamente afetados pelas incursões de bandeirantes como Januário Cardoso, filho do bandeirante Matias Cardoso, responsável pela destruição de aldeamentos indígenas que ocupavam as margens do São

⁷⁵ De acordo com Prous (1994), as cavernas são vistas como locais de grandes descobertas arqueológicas. Isso se explica pela composição química do solo, básico e seco, que favorece a conservação da matéria orgânica nos abrigos em calcário. Em decorrência disso, a tradição da arqueologia brasileira priorizou as escavações em abrigos, mesmo sabendo que os sítios abertos são os locais com maior registro de atividades humanas, mas estes estão em geral mais sujeitos a intemperismos e, portanto, ao apagamento de vestígios arqueológicos.

Francisco e pela abertura de vilas e fazendas de gado na região de Januária (BAETA, 2009)

Os Xacriabá lograram o reconhecimento e homologação jurídica de sua terra no ano de 1987, depois de fortes embates contra fazendeiros de gado que vieram se instalar na região – embates cujo resultado foram uma série de episódios de assassinatos a lideranças indígenas (BAETA, 2009). Atualmente, o grupo ocupa uma área de 43 mil hectares localizada na bacia do rio Peruaçu, nas fronteiras entre os Municípios de Itacarambi, São João das Missões, Cônego Marinho e Miravânia⁷⁶. A construção identitária dos Xacriabá no território passa por uma estreita relação junto ao rio Peruaçu, e também junto às grutas, cavernas e pinturas rupestres ali presentes. Em estudo etnográfico realizado por Helen Rosa (2017), a pesquisadora constata uma profunda relação das lapas presentes no vale do Peruaçu e dos registros dos “índios velhos” com a procedência do povo Xacriabá. A pesquisadora atenta para a presença no interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, de pinturas rupestres cujas cores e traços se assemelham nitidamente às pinturas rupestres presentes no território indígenas hoje demarcado, indicando a possibilidade de terem sido feitos em um mesmo tempo histórico, e provavelmente por um mesmo povo indígena que os Xacriabá acreditam serem seus antepassados. Ainda segundo Rosa (2017) a arte rupestre presente no Peruaçu indica aspectos do cotidiano dos grupos sociais antigos, do modo de vida dos *índios velhos*. “De forma abundante, eles abordam a relação deste povo com a natureza, os ofícios da época, rituais, a prática da agricultura e da caça” (ROSA, 2017, p. 67)⁷⁷.

⁷⁶ Cf: Figura 2, p. 21

⁷⁷ Segundo Cleube Silva (2006), os Xacriabá ocuparam inicialmente a margem esquerda do alto Rio São Francisco, na Bahia, mas foram obrigados a se deslocarem para a província de Goiás quando as entradas dos bandeirantes avançaram sobre o sertão. Na Capitania de Goiás, os Xacriabá travaram violentos combates contra os colonos que povoaram intensamente a região em busca das minas de ouro em meados do século XVIII. Posteriormente, este grupo foi alojado no aldeamento de São José do Duro, também chamado Formiga, no Norte de Minas Gerais. Ainda assim, de acordo com Rosa (2017), a despeito dos registros fornecidos pela historiografia, a forma como os indígenas constroem a compreensão de si mesmos e como sustentam a ideia de que emergiram daquele território, deve ser tomada com maior relevância do que a necessidade de exatidão buscada pelos historiadores a respeito da origem deste grupo.

Entre o tempo das fazendas e a criação do PNCP

Se, em um primeiro momento, o compartimento Carstificado do vale do Peruaçu serviu de refúgio aos indígenas que se viram encurralados pelos bandeirantes responsáveis pelas aberturas de fazendas de gado na beira do São Francisco; posteriormente, grande parte da área foi sendo incorporada à dinâmica do regime das fazendas que vigorou no Norte de Minas Gerais até meados do século passado. As grutas e cavernas, repletas de pinturas e símbolos que se inscreviam no imaginário indígena como parte importante de sua construção identitária, foram aos poucos sendo apropriadas privadamente enquanto parte da estrutura política e econômica que conformou a região. Apropriação realizada em grande medida por meio da grilagem de terras, prática extensamente difundida na região, como foi visto anteriormente no texto. No vale do Peruaçu, as pequenas e médias fazendas eram voltadas principalmente para a criação extensiva de gado, mas também para a extração de madeiras e a agricultura de subsistência - tempo que foi vivido com vigor por diversos atores que residem atualmente em Fabião I, sobretudo os mais velhos.

O povo tinha de medo de caverna. Era um lugar assim, que o povo tinha respeito, tinha reverência. Eles sabia que aquilo ali era alguma coisa estranha. Só que não tinha valor de cultura, não tinha turismo, não tinha nada. Aí depois foi que vieram as pessoas pesquisando. (...) Os fazendeiro também cuidava disso. Essa área aí tudo era cheio de fazenda e naquele tempo o fazendeiro era muito respeitado, era armado, ninguém entrava, ninguém invadia. Então, eles também conservou isso daí. Esse povo tudo era armado! Naquele tempo, sabe como é que era?!” (Sr. Joaquim)

Nesta parte do texto, para compor o quadro de análise, lançaremos mão das histórias orais contadas por três residentes de Fabião I, comunidade localizada na porta de entrada do PNCP, à jusante do rio, na chamada “Planície de inundação do São Francisco”. Apesar de estar inscrita na planície aluvial, sob terras consideradas de “vazante”, os moradores nutriram íntimas relações com as área de mata, onde estão presentes as formações cársticas. Ao longo dos trabalhos de campo, foi possível notar que a maior parte dos moradores possui origem fincada naquele contexto territorial, sendo filhos, netos e bisnetos de antigos moradores locais - os quais, por sua vez, estavam ligados por laços de parentesco aos demais vizinhos. Acionar parte desses relatos, a fim de compreender mais

efetivamente como se dava a reprodução social naquele recorte espacial, encerrou ainda por revelar o poder da oralidade na manutenção da memória coletiva daquele grupo.

Conforme já ressaltamos na Parte I do texto, muitos dos grupos residentes no Norte de Minas viviam sob o jugo e a proteção dos donos de fazenda, desempenhando funções voltadas sobretudo para o criatório de gado com finalidade comercial, para compra e venda. Nas propriedades dos fazendeiros, os agregados estabeleciam morada e lavoura própria: *“Quando eu trabalhava pra alguém, eu trabalhava e morava nas terras deles. Mexia com gado. E às vezes eles me davam oportunidade. Naquele tempo a gente podia plantar roça, fazer pinga”* (Luís). De outro modo, havia também aqueles moradores de comunidades próximas que, por possuírem acesso à terra, trabalhavam de forma intermitente nas fazendas, quando surgia a demanda de mão de obra para o desempenho de atividades específicas.

“O Zé Costa pegava o pessoal da região, gente do Fabião, do Pitanga, da Sumaré. O pessoal trabalhava lá 6 meses por ano em limpa de pasto. Também tinha o Acélio, que tinha uns 12 funcionários vaqueiros. Ele também criava mais na solta, ele tinha pouco capim (...). Antes tinha esse movimento...” (Sr. Luís)

O sentido de *movimento* sublinhava a vida na época das fazendas de gado. Aqueles produtores que criavam o gado na solta costumavam ter à sua disposição uma boa quantidade de vaqueiros para campear o gado na mata seca no período das águas. Na chamada Terra Brava, fazenda de médio porte, onde está presente hoje um dos atrativos mais visados do PNCP, a gruta do Janelão, havia também uma grande área com plantação de capim, onde o gado pastava no período da seca, a chamada ‘manga’.⁷⁸

“Aqui era a manga, área aberta de pasto com capim. E tinha a mata, que eles não derrubava, não roçava nem nada. Ai, nas épocas de chuva, quando começava chover, aí

⁷⁸ De acordo com informações presentes no Plano de manejo, anteriormente à criação do PNCP a área pertencente àquela UC estava dividida da seguinte forma: as zonas de maior expressão em área eram respectivamente as Zonas Primitiva (44.815,20 ha ou 79,8%), zona definida como a área com menor incidência de pressões antrópicas, que contém espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico; Zonas de Recuperação (9.712,80 ha ou 17,1%), áreas com considerável atuação antrópica, classificadas como zona provisória, que deverá ser monitorada e recuperada quando possível, para posterior reintegração às zonas permanentes do ambiente natural do PNCP; e de Uso Temporário (1.988,00 ha ou 3,5%), porção do Parque que engloba as áreas onde residiam as comunidades e suas respectivas áreas de uso. (Considerando-se que as outras zonas representam porcentagens insignificantes em relação à área total do PNCP, não as incluímos aqui) (IBAMA/DIREC, 2005, apud MUNGAI, 2008).

tirava o gado do capim jogava pra mata, que tinha folha verde. Aí quando o capim brotava e tava grande, aí botava de volta pra dentro das mangas”. (Sr. Luís)

A progressiva chegada de pesquisadores, a partir da década de 1980, interessados em temas ligados à arqueologia, geomorfologia e espeleologia, provenientes de centros de estudos localizados em capitais no Brasil (principalmente Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro) e mesmo de outros países (França, Canadá), repercutiu em uma série de mudanças no território. O início da chegada de arqueólogos, grupo de cientistas majoritário, foi acompanhada de perto e com curiosidade por diversos residentes das fazendas e de comunidades próximas. Aqueles que conheciam melhor o ‘mato’, que dominava os caminhos para os desejados ‘sítios arqueológicos’, eram constantemente requisitados para conduzir os pesquisadores nas trilhas ainda pouco demarcadas.

Pesquisador eu sempre guiei. Depois eles mesmos já chegava e já sabia, já tinha trilha. De começo, eu roçava e fazia as trilhas pra eles (...) Eu ia lá, olhava e via, ficava um pouco com eles, vendo eles trabalhar, aí depois eu voltava pro meu trabalho. Eu não cheguei a ver tirar totalmente o esqueleto, porque o trabalho deles é muito demorado né... (Sr. Luís)

Ainda que uma pretensa relação de confiança pudesse ser estabelecida entre moradores locais e pesquisadores, a produção de estranhamentos conformou a base dos primeiros contatos. A diferença cultural entre os dois grupos parecia ainda mais acentuada naquele contexto em que os moradores não tinham o costume de receber pessoas ‘de fora’, que chegavam com o argumento de ‘fazer pesquisas’ - argumento, por sua vez, utilizado pelos forasteiros de forma vaga e com certo tom de autoridade.

Às vezes a gente encontrava nas trilhas e ele (pesquisador) já falava: “Aqui não pode andar a cavalo!” Aí eu falava: “to dentro do meu terreno!” Ele falava: “ah, mas aqui é cheio de sítio!”. Nós sabia o que que era sítio?! Sítio era pedaço de terra, uma chácara. Nós não sabia da importância que tinha. Eles não explicava igual faz hoje. Eles só falava que a gente não podia passar. Nós que tinha aberto aquela trilha ali, como que nós não ia passar?! E a gente já ia com o cavalo passando. Ele falava com desaforo, aí a gente devolvia (...). Depois, nos anos 90, aí nós começou a entender que ali tinha algum valor

(...) Foi onde eles escavaram o Bicho, o homem que estava sentado no Boquete⁷⁹. Aí a gente também não podia chegar muito perto, porque eles não deixava. Aí a gente pensava até que tava caçando era ouro. (Carlos)

Nesse sentido, entre a racionalidade levada a cabo pelas práticas e discursos provenientes das ciências e os usos e representações correntes no território, prevaleceu a autoridade científica. Exemplo maior disso foi o fato de terem sido estabelecidas três unidades de conservação ao longo da bacia do Peruaçu, entre as décadas de 1980 e 1990, quando o paradigma da proteção ambiental se consolidava institucionalmente, através dos acordos internacionais⁸⁰, e juridicamente, através da criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), no ano 2000. No Brasil, os critérios estabelecidos para a seleção de área prioritárias para a conservação foram baseados em estudos técnico-científicos advindos, sobretudo, das ciências naturais (BARRETTO FILHO, 2004). Se, em um primeiro momento a proteção ambiental apresenta-se enquanto resposta à necessidade de resguardar parte dos biomas brasileiros que subsumiam em meios aos projetos desenvolvimentistas, posteriormente, a violência empreendida na condução dos processos de demarcação das áreas protegidas, veio a ser objeto de inúmeras críticas por parte de movimentos sociais e pesquisadores. Parafraseando Márcia Bezerra (2011), que tratou do (contra)sentido de “patrimônio arqueológico” para as populações ameríndias: os conflitos socioambientais depreendidos da instauração daquele modelo de proteção ambiental, têm sua gênese na própria ideia de natureza – uma categoria inventada pelas sociedades ocidentais – e que é, por essência, contrária aos processos de autorreconhecimento e de atribuição de sentidos ao território (BEZERRA, 2011, p. 68).

É nesse sentido que a autora critica a experiência científica baseada na observação, dissecação e análise de uma realidade supostamente “acabada”, que não leva em conta seu processo de materialização no espaço e no tempo. De acordo com Bezerra (2011), tal realidade não se encerra em um passado cristalizado, mas continua sendo produzido no

⁷⁹ Alusão a uma das descobertas feitas pelos arqueólogos acerca dos sepultamentos pré-históricos realizados na entrada de uma das grutas no vale do Peruaçu.

⁸⁰ Segundo Brito (2000), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Conferência de Estocolmo no ano de 1972, foi um dos grandes marcos na história do ambientalismo. A Conferência representou a primeira grande tentativa de trazer os países em desenvolvimento, para a discussão internacional relativas às questões ambientais e contou com a participação de 114 nações. Segundo o Relatório Brundtland, documento intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, nos anos 1970 registrou-se uma expansão de mais de 80% das áreas protegidas em todo o mundo, sendo que 2/3 deste total correspondiam à áreas estabelecidas em países em desenvolvimento (BRITO, 2000, p. 27)

presente, inclusive a partir das narrativas vinculadas pelas próprias ciências, aspecto que aqui pretendemos evidenciar. Desse modo, se por um lado, o vale do Peruaçu apresentava-se aos pesquisadores “de fora” como um fascinante laboratório a céu aberto, que guardava verdadeiros arquivos para reconstituições da pré-história sul-americana – o que sugeria a urgência em promover políticas de cerceamento e proteção da área - por outro, as grutas e cavernas cumpriram funções contingenciais na reprodução socioeconômica das fazendas e simbólico-afetivo para as populações locais, o que não parecia ganhar importância significativa no imaginário daqueles que buscavam incessantemente pelo conceito de um passado pré-histórico ou pré-colonial⁸¹.

Como já têm sido discutido em correntes intelectuais mais recentes, as ciências modernas cumpriram função salutar na reprodução da estrutura de poder que subjaz as relações entre os diferentes grupos sociais. Autores como Silva (2014), ao criticarem a pretensa objetividade levada à cabo pela arqueologia, aponta que “a arqueologia se voltaria exclusivamente aos vestígios do passado sem levar em conta os efeitos de sua prática no presente” (SILVA, 2014, p. 133). Nesse sentido, Bezerra também empreende as seguintes questões: “Por que as teorias da cultura material têm sido aplicadas somente para o entendimento das relações entre ‘pessoas e coisas’ no passado? Por que não se estender tais estudos para as relações estabelecidas no presente com as coisas do passado?” (BEZERRA, 2011, p. 63). No contexto do vale do Rio Peruaçu, as “coisas do passado” – grafismos rupestres, instrumentos em cerâmica ou mesmo os abrigos em rocha – ganharam renovados usos e significados pelas práticas e saberes dos Xacriabá, e também dos residentes das fazendas de gado, o que nos impele a questionar aquela ideia de cultura material/imaterial congelada no tempo.

“Era só quando ia trabalhar que o povo acampava nessas cavernas. Muitas dessas cavernas já foram usadas como acampamento de trabalhador. Aquela ali mesmo, dentro

⁸¹Algumas críticas acerca das relações entre vestígios pré-históricos e população indígenas vem sendo empreendidas por uma corrente decolonial da arqueologia contemporânea. De acordo com Wishers (2017), em todo o cenário brasileiro, “as exposições devotadas à comunicação do que convencionamos chamar de patrimônio arqueológico ainda estão longe de expressar a diversidade dos povos indígenas associados a esses vestígios” (WISHERS, 2017). Nesse sentido, Silva (2014) postula que “as perspectivas e interpretações arqueológicas se inscreveram como autoridade universal, e o registro arqueológico foi considerado uma realidade objetiva, cognoscível desde uma perspectiva científica ocidental que não reconhece os diferentes saberes locais como relevantes para o conhecimento do passado” (SILVA, 2014, pg. 133).

dela era cheio de cavalete, madeira, que o povo vinha pra cá plantar feijão e naquele tempo chovia bem, aí pra não perder, porque se molhasse muito perdia, não tinha lugar pra guardar, aí eles secavam o feijão dentro das cavernas, acendia fogo... Era cheio de palheiro, o povo dormia lá. Pra lá também tinha uma, a Boquete: tudo o povo morava, passava uma temporada”. (Sr. Luís)

As críticas postuladas pelas autoras nos servem de ponto de partida para repensarmos algumas das reflexões propostas ao longo de nosso percurso investigativo. O que pretendemos é desdobrar a inquietação crítica de vertentes decoloniais da arqueologia para as questões socioespaciais que viemos perseguindo: quais os efeitos das práticas e discursos científicos - mais especificamente aqueles que norteiam os valores conservacionistas - sobre as transformações que vem se dando no território? De que forma eles são capazes de influenciar as formas de vida, subjetividades e o surgimento de novas interações sociais? Como este processo se relaciona com os efeitos da seca do rio Peruaçu?

Como já abordamos anteriormente no tópico que tratou das “Cabeceiras do Rio”, as transformações implicadas na consolidação de unidades de conservação ambiental escapam ao caráter meramente político-jurídico a que geralmente estão associadas, pois carregam consigo o poder de influenciar e promover transformações sócio-políticas no espaço (FAGUNDES, 2019). No caso do PNCP, as implicações técnico políticas que acompanham a consolidação de uma unidade de conservação ambiental de proteção integral se somam aos efeitos produzidos pelo turismo e pela chegada de uma certa lógica de mercado enquanto substituta ao antigo regime das fazendas.

Os relatos a que tivemos acesso ao longo dos trabalhos de campo revelam que os atores que sofreram com a remoção do interior da área protegida viram-se impelidos a uma reestruturação de suas condições materiais, o que resultou também em novos modos de interação social na comunidade de Fabião I, agora inserida nas dinâmicas mercadológicas do turismo no PNCP. Antes de tratar dos efeitos da abertura do Parque à visitação turística, no ano de 2017, chamo a atenção para efeitos que já vinham se dando preliminarmente, quando do decreto de criação da UC, em 1999, e da compra dos terrenos pela empresa FIAT automóveis. Naquele momento, ao se verem obrigados a deixarem a área, muitas famílias desmembraram-se. Alguns dos adultos e jovens migraram para as cidades próximas, sobretudo para Januária e Itacarambi, de onde a renda extraída podia

ser transferida ao restante da família que permanecia na zona rural; e uma parcela dos moradores foi ainda absorvida pelos setores da cadeia produtiva da agroindústria regional.

“Eu fui pra Januária, fiquei lá uns 6 meses. Mas, sabe um peixe fora d’água? Um caipira na cidade. Eu senti um impacto muito grande de ter saído. Principalmente em termos financeiros. Porque eu já tava começando a pegar carreira. Já tinha um volume bom de gado. Aí quando arrumei outro [terreno], já foi dez vezes menor do que era antes. Aí, na época, a procura por terra começou a ficar grande, aí aumentaram o preço da terra, aí já não podia comprar também o tamanho de terra que eu tinha antes, porque a terra tinha valorizado. Comecei a trabalhar com uma serraria, fazendo pallet pra embalar tomate. Trabalhei 6 meses. Aí, ia olhar o gado lá pro Cardoso, duas vezes por semana. Ia fazendo bicos... Aí eu comprei um sítio lá no Riacho da Cruz, 25 quilômetros daqui. Também tá difícil de mexer porque não tem mais água lá. Lá o rio tá seco. Em 2006 eu trabalhei de brigadista, pelo IBAMA. Fui chefe de brigada. (...) Fiz o curso [de condutor ambiental] em 2008 presencial. Guiava pesquisador, escola. Aí, fui vendo que mexer com o público não era tão difícil.” (Carlos)

Por meio deste relato, é possível perceber que as restritas condições de abastecimento hídrico também impediram a continuidade das atividades de produção agrícola e pecuária em localidades próximas ao Parque. Assim, os impactos provenientes da escassez hídrica regional somaram-se aos impactos resultantes da desapropriação dos terrenos na área do PNCP, o que encerrou por consolidar uma dependência quase absoluta ao assalariamento. Como é possível observar também, alguns dos antigos residentes das fazendas passaram a exercer funções junto a empresas terceirizadas de limpeza e manutenção contratadas pela FIAT, quando esta ficou encarregada de financiar e gerir a infraestrutura turística do Parque. Além disso, o IBAMA, na época responsável pelo processo de criação do PNCP, também absorveu parte do contingente de moradores para o trabalho na brigada de incêndios e outras funções relacionadas à administração de seu escritório. Dessa forma, parte dos residentes suprimam as demandas que foram surgindo a partir da nova lógica de gestão do território.

“Eu já tava aí né. Aí quando veio o pessoal da FIAT pra dar uma olhada na fazenda eu acompanhei eles. Aí, me perguntaram se eu não queria ficar [enquanto funcionário da empresa]. Aí eu falei: olha, se tivesse que sair daqui ia ter que procurar outro. Aí, já tô aqui, fico aqui mesmo (...) Porque é muito difícil né, igual eu tô te falando, quando é uma região boa, que chove e tem muito emprego, aí é bom, mas aqui é muito devagar...Não

tem emprego, não tá chovendo pra você produzir, então você tem que ter um emprego, senão o bicho pega”. (Sr. Luís)

É possível notar, por meio das histórias contadas, que as relações de assalariamento são impostas enquanto substitutas às antigas relações de trabalho que antes constituíam o regime das fazendas de gado. Vale lembrar que as relações entre fazendeiros e agregados eram regidas segundo valores de honra e reciprocidade, ao mesmo tempo em que era possível observar a força de um modo de patronagem, no qual a assimetria das relações se expressava no tipo de contrato de trabalho estabelecido: a contração de dívidas e favores junto ao fazendeiro (ANDRIOLLI, 2011; MEYER, 2013).

“Nunca tive o que reclamar de patrão, sempre fiz por onde (...) às vezes, eles dava oportunidade, naquele tempo a gente podia plantar roça, fazer pinga” (Sr. Luís)

Nesse sentido, é através das ‘oportunidades’ concedidas pelo ‘patrão’ que o agregado e sua família se estabeleciam nas terras daquele e garantiam seu sustento. Para isso, fazia-se necessário manter relações de confiança junto ao empregador, ‘fazer por onde’. Desse modo, o Parque, enquanto estrutura jurídica-administrativa, atualiza em certa medida tais relações de trabalho/exploração ao tornar-se fonte exclusiva de emprego e ao impor-se como a principal fonte reguladora do território, submetendo os demais sujeitos às suas próprias leis – agora amparadas não mais por contratos tácitos instaurados sob a força do mandonismo local, como o era no tempo das fazendas, mas pela legislação federal que rege as unidades de conservação.⁸²

Assim, o aumento das oportunidades de emprego na comunidade de Fabião I são favoráveis na medida em que a escassez hídrica apresenta-se enquanto notável obstáculo para a manutenção da vida no lugar. Alguns moradores seguem plantando lavouras nos poucos locais onde ainda é possível fazê-lo - geralmente em brejos situados no interior da APA, mas longe das margens do rio, onde se configuram também zonas legalmente protegidas, as APP (Área de Preservação Permanente). No entanto, é possível notar que

⁸² Situação comparável àquela analisada por Andriolli em etnografia junto a um vaqueiro residente no interior do PARNA Grande Sertão Veredas, no noroeste de Minas Gerais. A autora mostra que “a relação que o vaqueiro estabelecia com o patrão de outrora, o respeito à ordem social da fazenda que lhe proporcionou o direito de ‘criar’, foi transferida pelo vaqueiro para sua relação com os gestores do parque. Samu, enquanto vaqueiro, atendia as regras do patrão, era-lhe leal e dele recebia respeito e autorização para criar seu gado em terras do patrão. Atualmente, Samu atende as leis do IBAMA e, igualmente, recebe autorizações. Samu transferiu o modelo de relação que tinha com seu patrão para sua relação com os gestores do parque, incluindo a essa relação todas as ambiguidades que perpassavam a relação de outrora.” (ANDRIOLLI, 2011, p. 5)

o que é extraído do trabalho agrícola, não resulta em garantia plena de sustento, servindo como uma espécie de complemento aos salários provenientes da aposentadoria rural e dos programas de transferência de renda, como o bolsa família.

Não pode é assim: derrubar. Mas aquela roça que já tava usando pode continuar plantando. É assim: o Ibama também não proíbe de ter roça. Quem quis continuar com roça, tem roça ainda. Ainda pode trabalhar. Só que ficou limitado muita coisa né... Aí veio o impacto do parque, mas a seca ela trouxe ainda mais impacto que o Parque. Nunca vi isso daqui ó: pé de coco morrendo, morrendo muita aroeira, poço artesiano secando, roça morta, capim que não sai. O povo teve que vender o gado tudo. (Sr. Joaquim)

Nesse contexto de dependência ao assalariamento, o que se verifica é que não há espaço para a inclusão de todos na nova lógica de gestão do território, pois os cargos de emprego formal são extremamente reduzidos, face a uma demanda alta de jovens e adultos destituídos de ‘oportunidade’. A alternativa corrente tem sido anunciada pelas iniciativas autônomas e informais, que vão ao encontro da demanda turística: venda de artesanatos e produtos da roça (cachaça, rapadura, quitandas); aluguel de quartos e abertura de pousadas familiares nas casas locais; e, principalmente, a realização do ofício de condutor ambiental, uma atividade autônoma, mas regulamentada pelo ICMBio, dada a obrigatoriedade de realização prévia de um curso formativo. Nesse sentido, a dificuldade de estabilidade econômica advinda da sazonalidade própria da atividade turística é uma das limitações mais visíveis na atualização das dinâmicas socioespaciais.

Diante de uma oferta de serviços dependente de uma demanda de visitantes caracteristicamente sazonal (os meses em que a taxa de visitação é mais alta, julho, janeiro e dezembro superam em muito os demais períodos do ano), a compra de alimentos no centro comercial mais próximo fica condicionada ao sucesso em conquistar clientes, o que coloca os atores em constante pressão. Assim, características individuais, como a performance, o carisma e a “boa” comunicação, constituem ingredientes importantes para a manutenção dos contatos com pesquisadores e turistas em um possível retorno destes, ou para a indicação a amigos e conhecidos. Nesse contexto, é a própria linguagem que deve sofrer mudanças, o próprio modo de agir e de se relacionar, afinal, adequar-se às condutas da vida urbana torna-se quase um imperativo diante da necessidade de parecer “familiar” aos visitantes.

No ano de 2020, havia cerca de 80 condutores cadastrados junto ao órgão ambiental, dentre os quais uma grande parcela advinda de cidades próximas à entrada do Parque, como Januária e Itacarambi. Fato que parecia resultar em um certo ressentimento por parte daqueles que viviam em comunidades no entorno do Parque e cujo grau de dependência financeira ao serviço de condução era maior. Neste cenário, a adesão à lógica da concorrência parecia se firmar enquanto ponto de partida fundamental para a manutenção do vínculo econômico - mas também afetivo - junto à área protegida.

Dardot e Laval (2015), propõe o entendimento do sistema neoliberal com instaurador de uma nova *racionalidade*, pois é produtor de relações sociais, de maneiras de viver e de subjetividades. Seu princípio fundamental é o da concorrência, pois nele os indivíduos são instados a se comportarem como empresas. Do ponto de vista das tendências já verificadas em casos de turistificação de pequenas comunidades rurais inseridas em áreas de proteção ambiental de grande visibilidade, é interessante notar as análises explicitadas por Bedim (2016) no contexto da Serra do Ibitipoca – MG. De acordo com o autor, a instalação do Parque Estadual do Ibitipoca, resultou em um aumento expressivo na renda da terra e, conseqüentemente, da especulação fundiária, o que ajudou a promover a expulsão de parte da população local. Ele explicita que, mesmo o Parque sendo de domínio público, o entorno da área veio a ser amplamente privatizado por empresas e agentes ligados ao receptivo turístico.

O que se nota no contexto do Peruaçu é que a atividade turística nas comunidades próximas à entrada do Parque, encontra-se ainda sob um viés de base local e comunitário, isso porque a maior parte dos receptivos são familiares e todavia inexistem grandes empresas explorando o mercado que ali começa a surgir (a despeito da forte presença de condutores ambientais “de fora”). Ainda assim, é notável o aumento expressivo do número de visitantes desde a abertura do Parque, passando de 556 no ano de 2014, quando ainda era aberto somente a pesquisadores, para cerca de 9.000 no ano de 2019, dois anos depois da abertura oficial ao turismo⁸³. Nesse sentido, o fortalecimento interno das redes comunitárias deve ser pensado enquanto resposta às possíveis ameaças que possam surgir por parte da especulação imobiliária decorrente do aumento da demanda de visitantes.

⁸³ Dados fornecidos pelo ICMBIO.

“Quando começou a desapropriação, aí começou a mexer na cultura aqui, aí começou... O povo aqui não tava preparado assim de imediato pra uma nova cultura. O costume era esse que eu falei. E justamente todos esses costumes não dá certo em Parque. Só que tem uma coisa: muita gente foi embora daqui, aí o lugar não cresceu, parou. Porque agora tinha que mudar o sistema de vida aqui. Mudar como? Aí a pessoa tinha que estudar, ser um professor, ter uma profissão qualquer. Foi aprender essa arte de ser condutor, tinha que abrir pousada. Era uma coisa que não era da cultura nossa: pousada! Não era a nossa cultura... Gente aqui tinha até medo de gente! (risos). Aqui é como se fosse caboclo, todo mundo era unido. Chegava uma pessoa de fora: “quem é aquele, quem é aquele?!” Era a cultura antiga. Então, ocê fazer pousada, colocar gente dentro da casa, gente que ninguém conhecia... Então, hoje tem que fazer uma pousada, inventar fazer queijo, inventar fazer doce, artesanato, pra poder aproveitar o turismo. E outros que já não tinha o que fazer, não tinha experiência, um domínio pra essas coisas, foram embora, e os que ficaram aqui tiveram que mudar” (Sr. Joaquim).

Ao acionar a “cultura antiga” como um conjunto de costumes e valores que norteavam as sociabilidades locais, Joaquim expressava sua compreensão acerca da mudança social ocorrida a partir da chegada do Parque. A impossibilidade de manutenção da “cultura antiga” diante do estabelecimento de novas regras de controle e gestão do território, serviu para guiar nosso entendimento acerca das transformações ali em curso. Certamente, antigas formas de apropriação do meio deram lugar a novos regimes técnicos, políticos e afetivos, desafiando os atores ao reposicionamento de suas práticas e instaurando novos modos de interação social. No entanto, como já demonstramos anteriormente, o espaço se constitui numa realidade que acumula, dialeticamente, permanências e rupturas históricas no tempo - “daí que a realidade moderna não se baseia apenas na produção da novidade, como sugere o discurso progressista” (VIEGAS, 2014, p. 27).

Assim, as práticas sociais dos sujeitos não podem ser lidas apenas diante da inserção de lógicas monetárias e institucionais enquanto representantes de uma “ruptura” com a linguagem e os costumes “tradicionais”. É preciso encará-las como parte de um processo contínuo, que não se encerra com a chamada “modernidade” e, portanto, pressupõe a

continuidade de um conjunto de princípios “antigos” face às experiências sugeridas na inclusão de racionalidades “modernas”.

Ao passo que surgem enquanto resposta ao paradigma da chamada *modernização conservadora* da agricultura que marcou as décadas de 1970 e 1980 no Cerrado brasileiro, as unidades de conservação, enquanto instrumento de gestão territorial para a proteção ambiental, não deixam de incorporar em alguma medida algumas das antigas categorias que serviram de base à territorialização do agronegócio, como aquelas advindas da violência contra as populações nativas, legitimada por uma autoridade - no caso das UC's, a autoridade científica e as leis que regem as políticas de Estado. Por outro lado, é preciso ter em conta que o paradigma da proteção ambiental vem sofrendo profundas mudanças ao longo das últimas décadas, em função sobretudo das críticas encaminhadas por pesquisadores e militantes de movimentos sociais. A visão de mundo que norteia os discursos e práticas ambientalistas vem deslocando aos pouco seu foco para um campo de atuação que contemple a participação das populações locais.

Isso se deu também, porque a postura e a forma como vinham atuando antigos gestores e representantes dos órgãos ambientais - geralmente descritos por seu tratamento ríspido e autoritário - acabou por disseminar uma imagem negativa das instituições e dificultar sua atuação no âmbito dos processos de planejamento e gestão das áreas protegidas, caso que pode ser verificado em nosso contexto de investigação. Uma certa reelaboração dos valores que regem o órgão federal ICMBIO, privilegiando uma perspectiva socioambiental em detrimento dos valores preservacionistas (ainda que estes sigam presentes em alguma medida), parecem surtir em melhores efeitos na gestão das áreas. Essa mudança de paradigmas pode ser concretamente observada no território do PNCP. Moradores ressaltam uma mudança positiva na relação que vem estabelecendo com o órgão ambiental e seus representantes, a despeito dos conflitos em menor escala sublinharem o cotidiano no local. Um certo conformismo, que pode ser encarado, ao meu ver, como estratégia em favor da reelaboração das formas de reprodução social no local.

Por fim, é importante destacar ainda a relevância da atuação do Mosaico de Unidade de Conservação Sertão Veredas Peruaçu (MSVP), ao longo dos últimos dez anos, no contexto do vale do Peruaçu. O Mosaico foi criado no ano de 2008, através de um edital de financiamento do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de gerir conjuntamente as unidades de conservação ambiental das regiões Norte e Noroeste de

Minas Gerais (PDTBC, 2008). A criação do Mosaico tem respaldo no SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei no 9.985 de 18/07/2000).

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (SNUC, 2000 apud Plano DTBC, 2008).

Localizado na margem esquerda do médio rio São Francisco, o Mosaico compreende diversas áreas de preservação, tanto de categorias restritivas (parques nacionais, parques estaduais, refúgio de vida silvestre), como de uso sustentável (reservas de desenvolvimento sustentável, áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural). O MSVP se divide em três núcleos espaciais: O núcleo Grande Sertão Veredas, mais a Oeste no mapa, o núcleo Pandeiros e o núcleo Peruaçu, a leste. Assim, as três unidades de conservação localizadas na bacia do Peruaçu, APA Cavernas do Peruaçu, Parque Estadual Veredas do Peruaçu e Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, além da Terra Indígena Xacriabá, estão incluídas naquele último núcleo (Figura 8).

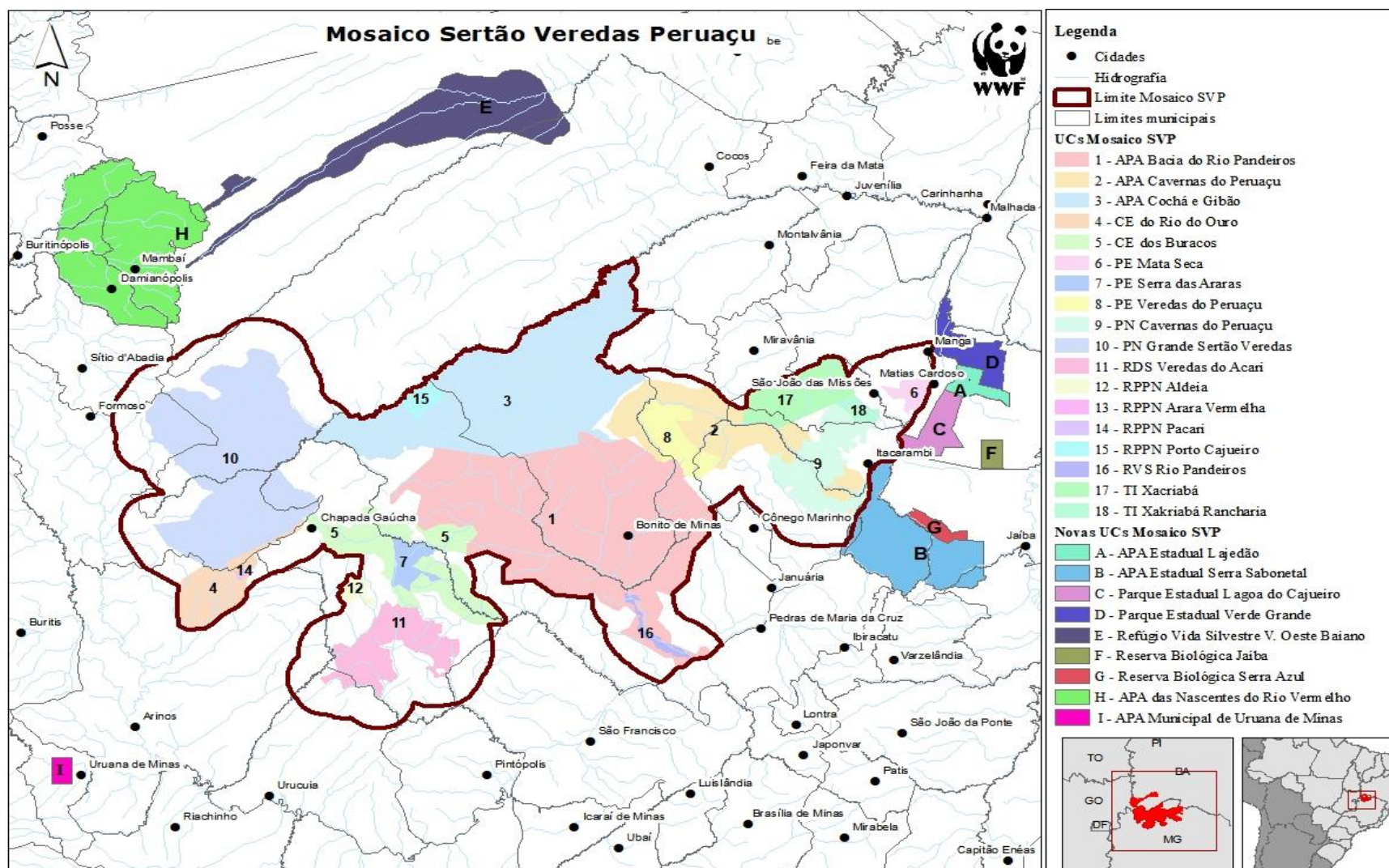


Figura 8 – Mapa da composição do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas Peruaçu. Fonte: WWF Brasil (2018)

A Fundação Pró-natureza (FUNATURA) foi responsável, ainda em 2008, pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (PDTBC) do MSVP, documento que teria a função de apontar diretrizes para as ações no âmbito de toda a área incluída no mosaico. Em 2011 foi aprovado no Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, que viabilizou as ações do PDTBC⁸⁴. Por meio desse fundo, e de outras frentes de financiamento, os projetos previstos no Plano foram sendo desenvolvidos em conjunto com outras instituições e atores ligados às atividades artístico-culturais, ao extrativismo de frutos do Cerrado, ao artesanato e ao turismo comunitário na região. Nesse sentido, esta vem se configurando como uma tentativa inovadora de gestão territorial, na medida em que busca mediar sob uma perspectiva regional as relações que se dão entre comunidades e UC's.

O Instituto Rosa e Sertão (IRS), organização de base feminina – como se definem - com sede no município de Chapada Gaúcha - MG, cujo o objetivo é desempenhar ações relacionadas ao fortalecimento comunitário por meio da arte, cultura e educação⁸⁵, ficou encarregada de colocar em prática um dos projetos que estava já previsto no PDTBC, o projeto *Turismo Ecocultural no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu*. Sendo aprovado com recursos do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (Caixa), o projeto contou com a realização de cursos de capacitação para hospedagem familiar junto aos moradores de Fabião I, da Terra Indígena Xacriabá e de outras comunidades próximas ao PNCP, sob o objetivo de fomentar a qualificação em turismo de base comunitária. Além disso, promoveu também intercâmbios culturais entre moradores dos diferentes núcleos espaciais, o que ajudou a dar início a uma rede de turismo de base comunitária na região (SILVA, 2017).

De acordo com as análises empreendidas por Meyer (2015), foi conformado nesse amplo e complexo território uma espécie *rede contestatória*, uma rede de atores que se articulam por

⁸⁴ Foi inaugurado em setembro de 2017 o espaço físico do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Construído no município de Chapada Gaúcha, foi planejado para atender às demandas de encontros, oficinas e capacitações da rede do Mosaico. A inauguração marca a conclusão dos projetos Turismo Ecocultural de Base Comunitária e Extrativismo Vegetal Sustentável, realizados desde 2012 em parceria com o Fundo Socioambiental Caixa e o Fundo Nacional de Meio Ambiente. O Rosa e Sertão foi responsável pela coordenação das atividades do projeto de Turismo, com gestão compartilhada junto ao Conselho do Mosaico. (Fonte: Site IRS)

⁸⁵ De acordo com informações do site, o IRS foi criado em 2007 pelo desejo de professoras da rede municipal, moradores e moradoras de comunidades tradicionais do município de Chapada Gaúcha de envolver toda a cidade no trabalho com cultura, música e arte, que já era realizado nos pátios da escola e nos encontros e brincadeiras do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Ver o site: <https://rosaesertao.org.br/>

meio de um certo “idioma” literário-cultural-ambiental⁸⁶, pautado principalmente pelo “desenvolvimento de base local”, com o objetivo de contestar em certa medida os regimes do agronegócio e outras pautas hegemônicas vinculadas a um desenvolvimentismo econômico. Essa rede encontra-se organizada sob diferentes frentes de atuação. De maneira geral, ela vem disputando significados e sentidos no plano local, motivada pela ideia de promoção de um certo fortalecimento regional através da arte e cultura e das economias solidárias.

Através de projetos ligados à arte e cultura, financiados em grande medida por meio de editais do Estado ou de empresas privadas, a rede agencia encontros tradicionais na região Noroeste de Minas, como o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas e o Festival Sagarana. A divulgação de parte destas ações ganharam materialidade na publicação da revista Manzuá, cujos eventos de lançamento serviram para ilustrar alguns dos meus primeiros contatos com o tema desta investigação – o que desvela também a profunda ligação desta pesquisa com tais projetos. Ainda que permeada por contradições (ou exatamente porque as comporta) os projetos levados a cabo por essa rede, se instauram enquanto alternativa à pauta hegemônica do desenvolvimento, que no Norte e Noroeste de Minas vem produzindo uma crescente vulnerabilização social e ambiental.

Ainda que as ações descritas por Meyer (2015) estejam direcionadas principalmente ao território do Noroeste mineiro, mais especificamente aos municípios de Arinos e Chapada Gaúcha, é possível notar que estas se estendem ao território Peruaçu através de projetos que aqui já mencionamos, como os intercâmbios culturais; o incentivo à criação da Cooperuaçu; a divulgação da iniciativa dos ‘plantadores de águas’ por meio da revista Manzuá; e sobretudo pela tentativa de integração dos diferentes núcleos espaciais (Grande Sertão Veredas, Pandeiros e Peruaçu) enquanto medida para tornar mais eficiente as práticas através das quais o ‘idioma do desenvolvimento regional’ alcança materialidade.

Nesse sentido, pretendemos evidenciar a forma como os saberes mediados pelo “idioma de desenvolvimento regional”, operados por meio dos encontros de cultura de tradição e de outros diversos projetos (MEYER, 2015), cumprem função primordial nas lutas e reivindicações dos atores em nosso contexto de pesquisa. Ao acionar o mote do conservacionismo, no que tange especialmente à importância da preservação do Cerrado,

⁸⁶ Barbosa (2019), identificou também um espécie de rede rosiana operando através da literatura de Guimarães Rosa no território do gerais no Norte de Minas com vistas à expandir indefinidamente a rede contestatória e suas possibilidades de reivindicação pela conservação dos saberes e fazeres dos povos do Cerrado.

(...) o saber contestatório pode ser visto como ativando um estatuto de conhecimento ‘perito’ científico. Não no sentido da cientificidade metodológica em si, mas pela coerência empírica que demonstra para muitos e pelos efeitos de verdade que parece suscitar (Ibidem, p. 262).

Assim, os discursos científicos figuram uma espécie de “saber manejável”, no sentido de fortalecerem estrategicamente a promoção dos projetos de cunho político, econômico e social encampados pela rede contestatória em conjunto com as redes comunitárias e movimentos sociais pré-existentes no território.

Ao longo deste último capítulo sublinhamos a relevância dos estudos arqueológicos realizados no Vale do Peruaçu para o estabelecimento de teorias científicas acerca da ocupação do vale do rio São Francisco (PROUS; RODET, 2009). Foi possível perceber que as expedições científicas, seguidas pela criação de três unidades de conservação no território, deixaram seu legado também no cotidiano de moradores que vivem atualmente no entorno das grutas e pinturas rupestres protegidas por lei. Nesse sentido, reconhecemos que os estudos sobre a ocupação humana naquele contexto territorial cumpriu relevante papel no desenvolvimento das ciências brasileiras, mas pretendemos aqui chamar a atenção para o processo de “desocupação humana” decorrente da escassez das águas de veredas e rios; do desmatamento do Cerrado nas chapadas onde nascem as águas do gerais; dos agenciamentos técnico-políticos sugeridos pelas ações de proteção ambiental. De que forma a tradição científica constituída entorno do “laboratório a céu aberto” do vale do Peruaçu poderia agora se voltar para uma expansão das alianças que buscam reivindicar a permanência das águas?

Certamente, estas e outras tantas perguntas aqui mobilizadas não comportam respostas únicas e definitivas, elas devem ser costuradas por meio dos encontros que se dão às margens, território infinitamente mais extenso, onde caminham os “povos vaga-lumes” (DIDI-HUBERMAN, 2014). Nesse sentido, os pesquisadores que adentram o território do vale do Peruaçu possuem um grande desafio pela frente: investigar formas que necessariamente evitem a desocupação humana e não humana, pois sem as águas não haverá possibilidade de desenvolvimento científico e tampouco social. Para isso, será necessário incorporar uma postura similar àquela da rede contestatória, a de operar no centro das contradições. E enquanto pesquisadora/o que expande a rede, impregnar-se dos rastros deixados pelos atores, seguindo-os até onde for possível.

FOZ

o deságue como recomeço

Os vaga-lumes, depende apenas de nós não vê-los desaparecerem. Ora, para isso, nós mesmos devemos assumir a liberdade do movimento, a retirada que não seja fechamento sobre si, a força diagonal, a faculdade de fazer aparecer parcelas da humanidade, o desejo indestrutível (...) Devemos, portanto, - em recuo ao reino da glória, na brecha aberta entre o passado e o futuro - nos tornar vaga-lumes, formar novamente uma comunidade do desejo, uma comunidade de lampejos emitidos, de danças apesar de tudo, de pensamentos a transmitir.

Georges Didi-Huberman

Ao cartografar as problemáticas que atravessam a bacia do Peruaçu busquei desformar suas águas, tirá-las de sua forma/função geomorfológica para situá-las nas determinações próprias da complexidade social, econômica e afetiva do espaço geográfico. Acionar as complexidade que atravessam as experiências relacionadas à água, partindo da divisão proposta pela geomorfologia, possibilitou adicionar às análises físico-territoriais questões socioespaciais a partir de uma perspectiva multiescalar.

A profundidade assumida pelo significado das águas do Peruaçu impuseram que a investigação fosse tratada a partir de uma forma distinta daquela convencionalmente propagada pelos estudos científicos que buscaram conhecer o território. Desde os primeiros trabalhos de campo, a falta de água se mostrava como fluindo por entre os diferentes dilemas vividos cotidianamente no plano das atividades agrícolas, das novas inserções técnico-políticas, jurídico-administrativas e mercadológicas no espaço. Assim, para responder à pergunta sobre os efeitos da escassez hídrica no território foi necessário percorrer quase 100 quilômetros em trechos da bacia, assumir uma certa liberdade de movimento, habitar as margens, os espaços intersticiais ainda pouco evidenciados e investigados.

A fim de tratar a bacia do Peruaçu como uma unidade, foi preciso primeiro fragmentá-la, observar cada uma de suas partes para enfim empreender um exercício analítico de integração. Assim, para mapear com detalhes os efeitos da escassez de água no território do vale do Peruaçu, lançamos mão da divisão físico territorial levada à cabo ainda pelos primeiros estudos geomorfológicos e arqueológicos realizados no local. Ao assumir o risco de tratar esta divisão como definitiva, a tentativa foi de evidenciar como a epistemologia científica, evidenciada por meio dos discursos e das posturas assumidas pelos pesquisadores, também foram/são responsáveis por produzirem o espaço – e não apenas classifica-lo, dividi-lo, nomear suas características. Esse movimento, no entanto, só foi possível porque tomei um certo distanciamento temporal das décadas em que ocorreram as primeiras incursões científicas no vale do Peruaçu. Nesse sentido, espero que as críticas aqui postuladas não sejam encaradas enquanto direcionadas a campos disciplinares específicos, mas a um paradigma científico que marcou um certo contexto histórico.

É preciso admitir também que os rastros por mim deixados são igualmente responsáveis por produzirem efeitos no território, enquanto fruto que é da alteridade cultural sublinhada no encontro entre mundos distintos. Mas, espero que, assumindo tal risco, possa ter

caminhado com a persistência de um certo “pacto etnográfico”, como aquele postulado por Bruce Albert (2015): “levar em conta com todo rigor o contexto sociopolítico, local e global, com o qual aquela sociedade está confrontada; manter um olhar crítico sobre o quadro da pesquisa etnográfico em si.” (*Idem*, p. 520)

Os desafios em captar uma quadro tão amplo e complexo foram múltiplos. Primeiro, porque ao longo da extensão original do rio, que é de cerca de 100 quilômetros, as problemáticas e as visões entorno delas se configuravam a partir de lógicas diversas, além de serem completamente distintas as características geomorfológicas e a forma como a gestão do território vem sendo empreendida em cada um dos diferentes trechos percorridos. Apesar de uma falta de consenso acerca da curiosa seca “repentina” do Rio Peruaçu, pesquisadores apontam para a combinação de fatores de ordem natural - associados às características próprias do ambiente cárstico - a fatores de ordem antropogênicos, expressos pelo desmatamento do Cerrado para a produção de eucalipto na região do gerais, onde encontra-se a cabeceira do Rio. O intuito dessa investigação, mais do que buscar respostas definitivas a esta questão, buscou levantar as inúmeras contingências físico-territoriais e técnico-políticas que, juntas, vem culminando na brusca diminuição da vazão do rio Peruaçu e em uma consequente vulnerabilização social.

A alternativa anunciada aos sujeitos que vivenciam esse contexto é o de habitar precariamente as pequenas e médias cidades da região, alimentando os lucros cada vez mais promissores das redes varejistas de supermercado e abrindo espaço, ao mesmo tempo, para que o braço mais forte desse oligopólio, o agronegócio, avance sobre as terras ainda agricultáveis do norte mineiro. Nesse sentido, nossa investigação buscou sublinhar a importância de tratar o tema da seca do rio desde uma perspectiva interdisciplinar, e que seja ao mesmo tempo multiescalar e multitemporal. Apostas metodológicas que permitem evidenciar as diversas contingências produzidas no âmbito das atividades econômico-produtivas; das políticas de arrendamento e concessão de terras; dos regimes de queima no Cerrado; da formação físico-química das veredas; das práticas de manejo para recuperação de nascentes; da proteção natural; das memórias dos grupos sociais.

Ao longo do percurso, buscamos evidenciar a maneira como as transformações socioespaciais nos diferentes trechos da bacia estão intimamente interligadas entre si. Elas são consequências de uma contingência de fatores que encontram centralidade, a meu vez, em dois principais processos. O primeiro deles, diz respeito a forma como se atualizam, no presente, as questões responsáveis pela conformação histórica da estrutura

fundiária brasileira: a grilagem de terras; a violência; a regionalização da produção agroindustrial; os movimentos campo-cidade; e a especulação imobiliária e fundiária. Nesse sentido, os cenários que buscamos descrever e analisar evidenciaram-se enquanto uma síntese de processos mais amplos que dizem respeito à maneira com que o capitalismo vem se reproduzindo espacialmente no Brasil e, ainda, sobre a geopolítica da água e da terra. É nesse ponto que as águas do Peruaçu encontram as águas do rio São Francisco, ao evidenciar localmente as questões que perpassam a estrutura político-econômica conformada ao longo do período colonial no contexto regional e supra regional, conforme demonstramos na Parte I.

O segundo processo que envolve as causas e efeitos da seca do rio, diz respeito às tentativas de controle do território por parte do Estado com vistas a garantir a conservação ambiental de parte do território. Esse processo, não deixa de produzir sínteses contraditórias, que pendem ora para o apagamento das relações de poder que sublinham a apropriação das terras, e ora enquanto fortalecedora das lutas e estratégias locais. No entanto, como vimos no último capítulo, são as redes que operam no interior destas contradições que vem tornando mais concretas as respostas às reivindicações dos atores locais.

O vale do Peruaçu, como vimos, abriga verdadeiros arquivos geológicos que nos permitem acessar e interpretar processos físico-terrestres anteriores à existência humana; além disso, sua impressionante estrutura geológica promove a divulgação de uma conjuntura (pré) histórica tão antiga quanto viva e pulsante, ao guardar vestígios de povos, sociedades e epistemologias distintas das nossas. Nesse sentido, o cenário contemporâneo de seca daquele curso d'água responsável por conduzir remotos processos geológicos e arqueológicos, nos revela uma espécie de recado. O que poderia significar o desmantelamento completo das águas que sobreviveram há tantos períodos?

O anúncio da morte do rio Peruaçu, não deve, entretanto, ser vocalizado sem cautela, pois em suas margens, um território expandido, lócus privilegiado de análise, habitam as redes de “povos vaga-lumes” cuja busca por liberdade de movimento parte de desejos reais e concretos, e por isso mesmo, conseguem ser capazes de emitir seus próprios lampejos e expandi-los a outros. Nestas margens, as águas sobrevivem também como vaga-lumes, a espera de que possamos efetivamente vê-las e ouvi-las.

Referências Bibliográficas

ALBERT, B. Post-scriptum: Quando eu é um outro (e vice-versa). In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do Céu: palavras de um xamã yanomami**. 512-549. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 15, p. 145-151. 1995

ANAYA, F. C., OLIVEIRA, C. L. de, RIBEIRO, L. M. M., ARAÚJO, E. C. Antiambientalismo racializado, apropriação privada de terras públicas e resistências no médio São Francisco, Minas Gerais, Brasil. **Revista Antropolítica**, n. 49, Niterói, p.189-215, 2020.

ANAYA, Felisa Cançado. **De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental –255 f. Tese (doutorado). UFMG, 2012

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Carlos Drummond de Andrade: poesia e prosa**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. p. 433

ANDRIOLLI, Carmen Silvia. **Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: “Mexer com criação” no Sertão do IBAMA**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ARAÚJO, Vanessa Marzano. RIBEIRO, Eduardo Magalhães. REIS, Ricardo Pereira. Águas no rural do semiárido mineiro: uma análise das iniciativas para regularizar o abastecimento em Januária. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 12, pp. 219-233. Universidade Federal de Lavras - MG, 2010.

ASSIS. Thiago Rodrigo de Paula. **Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)**. R. Pol. Públicas, São Luís, v.16, n.1, p. 179-189, jan./jun. 2012.

AUGUSTIN, C. H. R. R.; MELO, D. R.; ARANHA, P. R. A. Aspectos Geomorfológicos de Veredas: Um Ecossistema do Bioma do Cerrado, Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 10, p. 103-114, 2009

AUGUSTIN, C. NEVES, W. OLIVEIRA, F. ARANHA, P. **Dinâmica hidrogeomorfológica em bacia de drenagem de vereda – MG**. Revista Equador (UFPI), Vol. 4, Nº 3, (2015).

AZIZ, Ab’Saber. A terra e o homem, ou a terra dos homens. No domínio das caatingas (1994). Reproduzido. In: **Sertão, sertões**. BARROS, J.; PIRETO, G.; MARINHO, C. (org). 2019.

BAETA, Alenice Motta. **Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais** – região do vale do Rio Peruaçu. In: *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, UFMG, v. XIX, 2009

BARBOSA, Altair Sales. **O Cerrado está extinto**. Entrevista concedida em 04/10/2014, disponível no site: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/> Acesso em 29/11/2020. (2014).

BARBOSA, G. T. O. **Giro dos afetos**: a literatura rosiana no meio do redemoinho. Belo Horizonte. Editora Letramento. 2019.

BARBOSA, Gabriel T. O. **Ser-tão Cerrado de Guimarães Rosa**: espaço movimentante. 2013. 225 folhas. Dissertação de mestrado- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BARRETTO FILHO, H. T. 2004. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: F. Ricardo (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, pp. 53–63.

BEDIM, B. P. **Paraísos do Capital**: Intervenções socioeconômicas do turismo na Serra de Ibitipoca-MG. Editora UFOP. Ouro Preto. 2016

BEZERRA, J. E. Redes de supermercados e a governança do setor agroalimentar: a produção de frutas no nordeste brasileiro. **Ra'e Ga**. Curitiba, v.42, p. 104 - 119, Dez./2017.

BEZERRA, Marcia. “**As moedas dos índios**”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.-abr. 2011.

BORGES, Sílvia Laine; ELOY, Ludivine; SCHMIDT, Isabel Belloni; BARRADAS, Ana Carolina Sena; SANTOS, Ivanilton Almeida dos. Manejo do fogo em veredas: novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XIX, n. 3. p. 275-300. jul.-set. 2016.

BRAGA, P. L.; **Sertão sagrado, Sertão improfanável**: Ensaio sobre Acumulação de Capital e a terceira margem do Rio São Francisco. Monografia de Conclusão (Geografia), UFMG, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial**: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Montes Claros, MG: Unimontes/PPGDS, 2006.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. 1. ed. São Paulo: Annablume. v.1, 2000.

CAMPOS, D. BERTELLI, M. Plantadores de águas. **Revista Manzuá**. V. 3. Instituto Rosa e Sertão. Chapada Gaúcha. 2018

CAMPOS, J. N. B.; CAMPOS, V. R.; MOTA, F. A. **O custo da garantia da água bruta**: o caso dos rios intermitentes do Ceará. REGA – Vol. 6, no. 1, p. 55-66, jan./jun. 2009.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CARMO, R. OJIMA, A; OJIMA, R. **Água virtual, escassez e gestão**: O Brasil como grande “exportador” de água. *Ambiente & Sociedade*. Campinas v. X, n. 1. p. 83-96. jan.-jun. 2007

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998.

CASTILLO, R. ELIAS, D. PEIXINHO, D. BULER, E. PEQUENO, R. FREDERICO, S. Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo-cidade e Reestruturação Urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12 N.18, p. 265-288, 2016.

CASTRO, I. C. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios e novos discursos no Nordeste brasileiro. In. CASTRO, I. *et al.* (Orgs.) **Brasil, questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1996.

CINTRA, J. P. As capitâneas hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.23. n.2. p. 11-42. jul.- dez. 2015.

CORREIA, A. I. As histórias dos gerais. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianos**: englobamento, exclusão e resistência. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2003.

COSTA, S. H. G. **“Recantilados”, entre o Direito e o Rentismo**: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

CRUZ, Gildarly Costa da. **A seca no cotidiano**: estudo dos efeitos da estiagem sobre famílias de comunidades rurais de Januária, Minas Gerais. Montes Claros, 118 f. Dissertação (Mestrado), UFMG, 2018

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais. 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Sustentável) – Sede Ibero Americana, La Rábida, Universidade Internacional de Andalucía, Huelva (Espanha), 1998.

DEL GAUDIO, R. S; PEREIRA, D. B. As ideologias e a exclusividade da natureza. In: DEL GAUDIO, R. S; PEREIRA, D. B. (Org) **Geografias e Ideologias**: Submeter e qualificar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 204-235, 2014.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vagalumes**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2014

ESCOBAR, S. A. **Os projetos sociais do povo indígena Xakriabá e a participação dos sujeitos**: entre o “desenho da mente”, a “tinta no papel” e a “mão na massa”. Universidade Federal de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UFMG. 2012

FAGUNDES, Guilherme Moura. **Fogos Gerais**: transformações tecnopolíticas na conservação do cerrado (Jalapão, TO). Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2019.

FERREIRA, G. B. OLIVEIRA, M. MORAES, E. J. SILVA J. E RODRIGUES, F. G. Mamíferos de médio e grande porte do Parque Estadual Veredas do Peruaçu: riqueza, composição e estratégias de conservação. **MG.BIOTA**. Belo Horizonte v.4, n.2 jun./jul. 2011

FREITAS, F. O; RODET, M. J. O que ocorreu nos últimos 2000 anos no Vale do Rio Peruaçu? Uma análise multidisciplinar para abordar os padrões culturais e suas mudanças entre as populações humanas daquela região, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo. 20: 109-116, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida**: população rural, cultura e água em Minas Gerais – Tese (doutorado) IFCH/Unicamp. Campinas, SP: 2005.

GALIZONI, F.; RIBEIRO, R.; NORONHA, A.; SILVEIRA, L.; REIS, R. Águas dos Gerais. In: **Histórias dos gerais**. RIBEIRO, Eduardo. (org) Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

GALVÃO, W. N. **As formas do falso**. Um estudo sobre a ambiguidade no ‘Grande sertão: veredas’. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GEERTZ, C. Estar lá: A antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, C. **Obras e Vidas: O antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 3º ed. 2009. p.11-39.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. F. **Avaliação de Dados RADARSAT-1 e CBERS-2 para Estimativa da Estrutura do Cerrado**: uma abordagem utilizando dados alométricos e históricos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2006

HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M.A. e SPOSITO, E.S. (Org.) **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 271-290, 2009.

HOBBSAWM, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

JARDIM, C. H. DE MOURA, F. P. Variações dos totais de chuvas e temperaturas do ar na bacia do rio Pandeiros, norte do estado de Minas Gerais-Brasil: Articulação com fatores de diferentes níveis escalares em área de transição climático de cerrado para semiárido. **Revista Brasileira de Climatologia**: Belo Horizonte, 2018.

LANG, B. S. G. Trabalhando com História Oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa. **Cadernos CERU** - Centro de Estudos Rurais e Urbanos NAP-CERU, nº 11, série 2. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, p.124-134, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**: O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEITE, A. C. G. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do bóia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEITE, A. C. G.; GIAVAROTTI, D. M.; RIBEIRO, C. L.; **Mobilidade do trabalho e territorialização do capital em crise**: apontamentos sobre o sentido atual da superexploração da força de trabalho. Niterói, GEOgraphia, vol: 21, n.47, 2019: set./dez.

MAGNANI, J. G. C. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009

MARQUES, Marta Inês Medeiro. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p. 145-164.

MARTINS, G. I. **As tramas da des(re)territolização camponesa: A reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes. (1981)

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas: (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MAILLARD, P.; PEREIRA, D. B.; SOUZA, C. G. Incêndios florestais em veredas: conceitos e estudo de caso no Peruaçu. **Revista Brasileira de Cartografia**. Nº 61/04, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**; traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, D. R DE. **As veredas nos planaltos do Noroeste Mineiro; caracterizações pedológicas e os aspectos morfológicos e evolutivos**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 7. Curitiba, PR. Anais...Curitiba: UFPR, 1997.

MEYER, Gustavo; **O campo artístico e cultural em terras de Guimarães: uma entrada para o desenvolvimento**. 261 f. 2015. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

MONTEIRO, F. T. **Os (as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, Interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 09-39, 2014.

MORAES. Antônio Carlos Robert. O Sertão. **Terra Brasilis [Online]**, (Nova Série), 4 – 5, 2003.

MOREIRA, Hugo Fonseca. “**Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro**”: o norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

MORÈRE, L. **La participation institutionnalisée dans les espaces protégés habités.** Quelles contributions à l'éco-acteurisation des participants et au développement territorial?: Regards croisés sur 6 initiatives de développement du Parc naturel régional Scarpe-Escaut (France) et de la Mosaique d'aires protégées Sertão Veredas-Peruaçu (Brésil). Tese (Doutorado em geografia) – Université Lille 1 e Universidade Federal de Minas Gerais, Lille, 555 p. 2017

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra;** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.

MUNGAI, Mariana F.; **Mosaico de interesses, representações e conflitos:** o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu- MG. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFMG, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia).

NEVES, W.; BLUM, M.; HÜBBE, M.; WESOLOWSKI, V.; BARTOLOMUCCI, R.; Os remanescentes ósseos humanos do vale do rio Peruaçu, Minas Gerais: cura, caracterização geral e afinidades biológicas. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico** – UFMG Belo Horizonte. v. 23, n. 2, 2014

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009.

OLIVEIRA, I. P. M. **Barramentos Naturais no Vale do Rio Peruaçu: Consequências Ecológicas e Ambientais de Eventos Pretéritos e Futuros**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte. 2008.

PELBART, P. P. **Vida capital**. Ensaio de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo. 2003.

PEREIRA, Priscilla de Souza Costa. **Análise Multitemporal do Comportamento Estrutural e Espectral da Regeneração do cerrado sensu-stricto Priscilla de Souza da Costa Pereira**. Dissertação (mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2009.

PILÓ L.B. Caracterização regional do carste do Vale do Rio Peruaçu. **O Carste**. Belo Horizonte, 9(2): 22-29. 1997

PILÓ, L.B. & RUBBIOLI, E. 2002. Cavernas do vale do Rio Peruaçu. Januária – Itacarambi, MG. In: DNPM-CPRM, **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**, p.453-460.

PILÓ, L.B. & RUBBIOLI, E. Cavernas do vale do Rio Peruaçu. Januária –Itacarambi, MG. In: DNPM-CPRM, **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 2002.

PITTA, Fábio Teixeira; VEGA, G. **Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA: comunidades e meio ambiente**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Action Aid, v. 1. 82 p. 2017

PORTO, Carlos Walter. As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado de desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros/MG: CAA/NM-Rede Cerrado, pg. 19-45, 2000.

PRADO, F. C.; **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. 1ª edição. LUTAS ANTICAPITAL. Marília. 2020

PROUS, A. Histórico do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico** – UFMG Belo Horizonte. v. 23, n. 2, 2014.

PROUS, A. **O povoamento da América visto do Brasil**: uma perspectiva crítica. Revista USP, São Paulo (34): 8-21. Junho/Agosto 1997

PROUS, A. RODET, M. J.- Introdução. **Arquivos do Museu de História Natural**, vol. XIX, pg. 11-19. 2009

PROUS, A.; BRITO, M.E., LIMA, M.A. – 1994. **As ocupações ceramistas no Vale do Rio Peruaçu**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: USP, 4:71-94.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do Sertão**: o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REBOUÇAS, A. C. Água subterrânea, fator de competitividade. São Paulo: **Rede Latinoamericana de Organizações de Bacia**, 2000. Disponível em: <<http://bases.colnodo.org.co/reloc>>. Acesso em: 18 maio 2007.

RODET, M. J; RODET, J; HORN, A. Sistema geomorfológico e sistema antrópico pré-histórico no Brasil Central: Exemplo do estado de Minas Gerais. **Anais do 7º Simpósio Nacional de Geomorfologia**. Belo Horizonte, 2008

ROSA, H. D. R.; **O Governo da Lua**: relação natureza e cultura no contexto da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial nos Xakriabá. Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território. Dissertação. UFMG, 2017.

ROSA, João Guimarães. **Ave, palavra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães; Academia Brasileira de Letras. **João Guimarães Rosa**: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo- Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SILVA, F. A. El pasado en el presente de los Asurini do Xingu: Narrativas arqueológicas y narrativas indígenas. In: Rivolta, M. C. Mónica Montenegro, Lucio Menezes Ferreira & Javier Nastri. **Multivocalidad y activaciones patrimonial es enarqueología: perspectivas desde sudamérica**. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara. P. 131-154. 2014

SILVA, C. A. **Confrontando mundos: Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás / Cleube Alves da Silva - Dourados, MS: UFGD, 2006. 165 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.**

SILVA, M. R. R. **Ser-tão caminhante: velhas Fronteiras, novas mobilidades**. Monografia, UFMG. 2017

SILVA, P. C. G *et al.* Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. In: SILVA, P. C. G. *et al* (Ed.). **Semiárido brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.

SILVA, T. A; MAILLARD, P. Delimitação, caracterização e tipologia das veredas do Parque Estadual Veredas do Peruaçu. **Revista Geografias**. Belo Horizonte 07(2) 24-39 julho-dezembro de 2011.

SOUZA, A. R. **A dona do sertão: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 165 p.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 576 p. 2014.

STRÍKIS, N. M. **Paleopluviosidade no Norte de Minas Gerais durante o glacial tardio e holoceno com base em registros de espeleotemas**. São Paulo. IGC/USP. Dissertação de Mestrado. 2011.

VALADÃO, R.; SILVEIRA, J. ‘Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura’ – as migrações da água sob nossos pés. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 25, n. 1 e 2, p. 16-39, jan./dez. 2018

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1948.

VIEGAS, M. I. A. **O enigma do rosário: os mistérios da (r)existência nas correntezas da urbanização - um estudo a partir da Comunidade Negra dos Arturos**. 2014. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais. 485p. 2014

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o rural brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p. 82-98, 2004.

WICHERS, Camila. **Exposições arqueológicas e povos indígenas: passados excluídos e memórias exiladas**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v.7 (1) pp: 28-54. 2017

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se “neguceia”**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, p. 11-73, 1990.

XACRIABÁ, Célia Nunes Correa. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. Dissertação de mestrado, 218 p. Brasília – DF, 2018.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; e PEREIRA, D.B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Documentos e Sites consultados:

ATLAS DO DESENVOLVIMENTOS HUMANO DO BRASIL. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/janu%C3%A1ria_mg> Acesso em 20/05/2020

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Os conflitos no campo em 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>> Acesso em 20/05/2020

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF. Disponível em: < <https://www.codevasf.gov.br/>> Acesso em 14/06/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januarina/panorama>> Acesso em 15/06/2020

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. 2005. Disponível em: < <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1393>> Acesso em 04/12/2020)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA DO MSVP. 2008. Disponível em: < <http://mosaicosp.com.br/o-mosaico/>. > Acesso em 02/03/2020.